

A memória das favelas

Agradecimentos

Agradecemos ao Arquivo Nacional pela cessão do direito de imagem das fotografias do acervo do Jornal Correio da Manhã e ao CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) pelas fotografias do Arquivo Orosina Vieira - Rede Memória/CEASM

**Diretoria**

Sérgio Góes de Paula
Ângela Maria Silva Arruda
Antônio César Pimentel Caldeira
Patrícia Birman
Maurício Lissovsky

Secretaria Executiva

Rubem César Fernandes

COMUNICAÇÕES DO ISER n. 59**Conselho Editorial**

Ana Quiroga
Napoleão Miranda
Regina Reyes Novaes
Rubem César Fernandes
Samyra Crespo

Editoras deste número

Regina Reyes Novaes
Marilena Cunha
Christina Vital

Seleção de Fotos

Kita Pedroza

Secretaria

Helena Mendonça
Cleber Victorino



Agradecemos à ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento – Holanda) pelo apoio a esta publicação.

Design Gráfico e Editoração

Design Genuíno
Bernardo Lac, Maria de Oliveira

Foto de Capa

O “rola-rola”, sistema usado para levar água até as moradias na Cidade de Deus em 1970
Arquivo Nacional/Acervo Correio da Manhã
Ref.: PH.FOT.1672.04

Impressão

Imprinta Gráfica e Editora Ltda.

A memória das favelas

- 9 Para falar de favela
(ou para falar de amor)
Regina Novaes

Relatos da experiência da Rede Memória da Maré – CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré)

- 13 No início éramos um pequeno grupo...
Cláudia Rose Ribeiro da Silva

- 14 A preservação das memórias locais para a construção da cidade sem barreiras
Antônio Carlos Pinto Vieira

- 17 Novas fontes e projetos para contar a história da Maré
Alexandre Dias

- 18 Divulgar o tesouro: contar histórias e partilhar a memória
Eduardo Duque

Condutores de Memórias: retratar e reviver histórias de lutas e conquistas na Grande Tijuca

- 20 Idosos, jovens e mulheres: diálogos para a construção da memória
Ruth Pereira de Barros

- 22 Para mudar conceitos e preconceitos: uma história contada por quem morou e mora na favela
Mauriléa Januário Ribeiro

- 24 Correr atrás da história: obstáculos a transpor, apoios a conquistar
Maria Aparecida Coutinho

- 25 Idéias, desejos e sonhos: a gente acompanha
Naída Franca

- 26 O projeto promove integração e intervenção social
Marise Bastos Cunha

Comentários e Controvérsias I

- 27 História e identidade: a gestação de uma rede de memória das favelas cariocas
Dulce Pandolfi

Centro Histórico da Rocinha

- 30 Na Rocinha, tecendo memórias entre jovens e idosos
José Luís de Souza Lima
- 34 Com a palavra, os jovens da Rocinha
Alan Carvalho de Sousa
Maria Luene B. de Paiva
André Silva Martins
Charles Damasceno
- 36 Varal de Lembranças: recados para quem for reacender o balão japonês
Lygia Segala
- 41 Aprender a pescar juntos... lembranças dos mutirões na Rocinha de 1970
Cristiano Camermam

Centros de Estudo das favelas

- 44 UrbanData Brasil: pioneirismo na documentação sobre as favelas cariocas
Filipina Chinelli
- 45 Megacidades: reencontrar vidas e histórias
Lia Rocha

Comentários e Controvérsias II

- 48 Memória e identidade: as comunidades populares em uma cidade plural
Jailson Silva
- 55 Os museus e as novas formas de institucionalização das memórias: tecnologia e prática social
Mário Chagas
- 60 Bairros e favelas: limites e investimentos de diferentes atores sociais
Márcia Pereira Leite

Casarão dos Prazeres: construindo relicários de memória

- 67 Museu da Pessoa
Karen Worcmaan
- 72 Este morro tem história: primeiros passos de um projeto
Sônia London
- 73 A gente está lá
Deise Cristina dos Santos Lopes

Favela tem Memória

- 74 Aviso aos navegantes
www.favelatemmemoria.com.br
- 76 O portal Viva Favela: da favela para a favela e para o mundo
Cristiane Ramalho
- 78 Com a palavra, os Correspondentes Comunitários
Dayse Lara Sant'Ana (Cidade de Deus)
Cláudio Pereira da Silva (Maré)
Elisabete Silva (Alemão)
José Eduardo Casaes (Rocinha)
Rita de Cássia Pinto (Pavão/Pavãozinho, Cantagalo)
- 80 Para cada dúvida, a busca de uma resposta produtiva
Flávio Pinheiro
- 81 O Rio que eu não conhecia
Marcelo Monteiro
- 90 Imagens da memória
Kita Pedroza
- 94 Fotografias do passado
Tiago Pinheiro
- 95 Fio de Tempo: uma construção sem fim
Christina Vital
- 102 **A Serrinha: um museu a céu aberto**
Marilena Cunha (edição)
- Comentários e Controvérsias III**
- 104 Solidariedade e sociabilidade violenta: verso e reverso da "moeda" memória
Luís Antônio Machado
- 110 A favela venceu
Marcos Alvito
- 116 Moro na favela e vivo na comunidade
João Pinto
- 119 As mulheres como guardiãs da memória (da comunidade, da favela, do morro...)
Deley de Acari (Wanderley da Cunha)
- 121 **A memória das favelas: síntese e propostas de desdobramentos**
Márcia Pereira Leite



Para falar de favela (ou para falar de amor)

Regina Novaes

Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ e coordenadora geral do Projeto Favela tem Memória Viva Rio/ISER

“Penso na atitude pós moderna como a de um homem que ama uma mulher muito culta e sabe que não pode dizer-lhe “eu te amo desesperadamente”, porque sabe que ela sabe (e ela sabe que ele sabe) que esta frase foi escrita por Liala. Entretanto existe uma solução. Ele poderá dizer: “como diria Liala, eu te amo desesperadamente”. A esta altura, tendo evitado a falsa inocência, tendo dito claramente que não se pode falar de amor de forma inocente, ele teria dito à mulher o que queria dizer: que a ama em uma época de inocência perdida. Se a mulher entrou no jogo, terá igualmente recebido uma declaração de amor. Nenhum dos dois interlocutores se sentirá inocente, ambos terão aceito o desafio do passado, do que já foi dito que não se pode eliminar, ambos jogarão conscientemente e com prazer o jogo da ironia... Mas ambos terão conseguido mais uma vez falar de amor.” (Humberto Eco no Posfácio ao Nome da Rosa)

Vivendo nos tempos de hoje, não se pode falar em favela de uma forma inocente. Para falar em favela, não há como ignorar a própria história da ocupação do espaço no Rio de Janeiro. O mosaico das desigualdades sociais expressas na cartografia da cidade é resultado de disputas e de interesses econômicos, sociais e políticos. Processos sociais excludentes restringiram trânsitos e acessos, dividiram a cidade e os cidadãos. Parafraseando Humberto Eco, acima citado, falar em favela hoje “significa aceitar o desafio do passado, do que já foi dito (e feito) e que não se pode eliminar”. Na bela paisagem carioca, proximidades físicas e grandes distâncias sociais informam a oposição complementar entre asfalto e favela.

Desta história de preconceitos e discriminações fazem parte políticas assistencialistas e políticos populistas. Fazem parte as remoções e as resistências. Convivem a idealização e a criminalização, as ambigüidades e ambivalências de sentimentos. Ou seja, de fato, não se pode falar de favela de uma forma inocente.

Para falar de amor e, também, para falar de favela em uma época de inocência perdida é preciso entrar em um certo jogo social. Um jogo consciente no qual se fazem presentes estratégias e táticas de apresentação social e de sobrevivência nesta cidade tão marcada pela violência. Um jogo no qual diferentes participantes, para além das controvérsias, compartilham indagações. Para os interlocutores que não se sentem inocentes, que aceitam o desafio do passado, são pelo menos cinco as perguntas chaves.

Logo de saída, a pergunta é: *como nomear aqueles espaços da cidade conhecidos como favelas?* Para responder esta pergunta, durante o Seminário *A Memória das Favelas* – que aconteceu na sede do Viva Rio e do ISER em 2003 – entraram no jogo estudiosos do tema, um museólogo, historiadores, cientistas sociais e jornalistas, lideranças locais, jovens e adultos, gente que trabalha ou participa dos projetos sociais e nos “centros de memória” voltados para a história local. Naquela ocasião, e também neste número de Comunicações do ISER, cada qual chega com suas armas e bagagens. Alguns valorizam o nome “favela” reafirmando a história dos que lutaram para permanecer, para melhorar suas condições de vida e habitação. Outros preferem lembrar outros ângulos e evocam a poesia presente nas imagens do “morro”. Por outro

lado, há quem denuncie o estigma presente no substantivo “favela” (e no adjetivo favelado) e prefira falar em “comunidade” buscando evidenciar solidariedade, sociabilidade positiva. Mas, há ainda outras duas opções. Há quem jogue com os três termos “favela”, “morro” e “comunidade” mirando interlocutores, interesses e contextos diversos. E há quem prefira exorcizar velhas denominações, geradas em contextos de subordinação, buscando reafirmar a identidade das “comunidades populares”. Cada uso é uma aposta simbólica, afetiva e política que envolve seus próprios riscos. Como afirma Luís Antônio Machado, trata-se de um processo de apropriações reativas e apropriações propositivas no qual os moradores das “favelas”, a partir de suas “comunidades”, se aproveitam de rótulos que eles não criaram, para reverter rótulos a seu favor.

Chegamos, então, à segunda pergunta: *pode-se falar de favela (morro, comunidade, comunidades populares) como um espaço social específico com contornos culturais bem definidos?* Reconhecer especificidades sobre “a vida nas favelas” não significa certamente imaginar autonomia cultural e isolamento social. Já há bastante tempo, a idéia de “circularidade entre culturas” utilizada por historiadores, tais como Ginzburg e Bakhtin, aponta para as influências recíprocas entre cultura dominante e dominada no velho mundo europeu. Para pensar a modernidade na jovem América Latina, Nestor Canclini falou em “culturas híbridas” e relativizou as oposições entre tradicional e moderno, entre o culto, o popular e o massivo. Estas idéias podem nos ajudar encontrar parâmetros para falar em favela em pleno século XXI. Cada momento da história das favelas pode ser visto como produto de vários e assimétricos intercâmbios entre conteúdos oriundos de diferentes tradições culturais, tempos históricos, gerações e situações sociais. Assim como, no correr dos anos, evidenciam-se nas favelas cada vez mais novos símbolos e conteúdos

veiculados pelo sistema escolar, pela presença de igrejas e religiões, pelos projetos sociais governamentais e não governamentais e, principalmente, pelos canais eletrônicos de comunicação. Certamente, neste fluxo contínuo, são produzidos diferentes e contraditórios discursos que negam, constroem e reconstróem a(s) identidade(s) da favela. As favelas – com todas as suas diversidades – são resultados históricos da integração subordinada entre “favelas e asfaltos” e, ao mesmo tempo, das maneiras através das quais o Estado nelas se fez e se faz presente e/ou ausente.

Neste cenário de grande fluidez, surge a terceira pergunta: *quem pode falar sobre a favela?* Quando se fala em favela, sempre surge um velho expediente que busca separar – valorizar e/ou desvalorizar – o conhecimento produzido pelos “de dentro” e pelos “de fora”. Isto é, pelos que moram e observam e pelos que apenas observam. Muitos moradores das favelas já desenvolveram seus mecanismos para lidar com pesquisadores e jornalistas que os procuram. Alianças e críticas se sucedem em uma negociação sem fim. Não há ingenuidade possível neste cenário de luta por reconhecimento social e sobrevivência física.

Contudo, dada a diversidade social presente entre os moradores das favelas, cada vez é mais difícil estabelecer fronteiras entre o “nós” e o “eles”. Há jovens das favelas que chegam nas universidades, já existem os doutores das favelas e há centros e organizações não governamentais comunitárias, movidas com recursos humanos locais, que se propõem a produzir conhecimento e reconstruir a memória coletiva. Por outro lado, no contexto atual, o conhecimento produzido na academia não só é constantemente (re)apropriado pela imprensa e pelos formuladores de políticas públicas, mas também se incorpora na argumentação dos moradores das favelas em seus embates e reivindicações.

Mas isto ainda não é tudo. Cada vez mais, as pesquisas acadêmicas transformam as narrativas dos moradores e as representações e reportagens da mídia em fontes primárias de pesquisa. Dito de outra forma, fica cada vez mais difícil estabelecer fronteiras rígidas entre os argumentos e suas demonstrações empíricas. Claro que podemos distinguir estilos de discurso e linguagem. Mas, como separar o que seria genuíno da experiência de morar na favela e/ou o que seriam sentimentos expressos através de (re)apropriação da explicação sociológica socialmente disseminada? E nesta mesma trilha, como distinguir o que é conhecimento comprometido ou descomprometido, ingênuo ou crítico?

Em um tempo de questionamento de paradigmas iluministas e positivistas, mais do que nunca é preciso refletir sobre certas fronteiras entre tipos de conhecimento historicamente estabelecidos. E assim surge a quarta pergunta: *a quem cabe construir a “memória da favelas”*? O que se sabe hoje é que nenhum campo de conhecimento por si representa a possibilidade de fazer com que se instaure “a verdade dos fatos”. A história, a memória coletiva e o jornalismo têm métodos e objetivos distintos que devem ser reconhecidos, mas todos são campos de conhecimento em que se expressam sentimentos, versões, interesses e disputas.

Enfim, os “de dentro” ou “de fora” que participam de “grupos de memória” – presentes no seminário *A Memória das Favelas* e neste número de *Comunicações do ISER* – sabem que estão dentro de um desafiante jogo social cujo resultado não está dado *a priori* pela “pureza” ou “cientificidade metodológica”. Fluxos e refluxos, a favor ou contra a favela, se dão por embates no curso de um processo social mais amplo. Todos sabem – uns mais, outros menos, por vias diferentes, uns porque estudaram e outros porque experimentam no dia a dia – o quanto a memória social é seletiva. Sabemos que vida em socieda-

de produz esquecimentos, impõe silêncios. Nas favelas existem hoje silêncios intransponíveis. Trata-se de um tempo em que armas de fogo dos traficantes e dos policiais estão sempre por perto.

Daí surge uma quinta pergunta que pode até inviabilizar o jogo. *Podemos falar em construção da memória social em um espaço onde vigora a “lei do silêncio”*? Lembrando uma vez mais o texto de Humberto Eco que nos serviu de epígrafe, “todos sabemos que todos sabem” que a “lei do silêncio” – expressão usada pelos moradores, pela imprensa e pelos pesquisadores – foi imposta diretamente pelos traficantes e, indiretamente, por todas instituições sociais que fracassaram na construção do espaço público nas favelas. Se todos sabemos, neste jogo cada qual deve fazer conscientemente seu papel e, para falar de favela, construir cumplicidade. Como não há ingenuidade possível, é a cumplicidade que pode possibilitar o jogo. Tal cumplicidade está sobretudo em não pretender anular o passado e em não deixar de reconhecer os desafios do presente.

E, ao reconhecer os desafios do presente, talvez tenhamos que reconsiderar as diferenças entre “ser de dentro” e “ser de fora”. Não se trata de repor fronteiras entre cultura erudita e cultura popular. Não se trata de desconhecer os hibridismos nos diferentes espaços da cidade. Não se trata de obstruir os vasos comunicantes entre o que é fazer história, reconstruir memória ou fazer jornalismo. As diferenças aqui dizem respeito aos diferentes riscos que correm pessoas que moram e que não moram nas favelas. Isto é, não há como comparar os riscos que correm aqueles que vão às favelas por opção política ou escolha profissional e depois voltam para suas casas, com os riscos daqueles que nas favelas concentram seus laços de pertencimento familiares, seus amigos, seus bens materiais e simbólicos. Michel Pollack, antropólogo que escreveu sobre a memória de presos nos campos de concentração, diz

que a sociedade só começou a reconstruir a história do nazismo quando os próprios judeus sentiram que podiam falar sobre seu sofrimento. O que não aconteceu logo depois do fim da guerra, mas apenas quando já existiam condições sociais para a nova geração questionar o esquecimento, recolher memórias subterrâneas e quebrar o silêncio sobre o holocausto.

Nossa experiência no *site* “Favela Tem Memória” tem exigido da equipe esta reflexão¹. Nem tudo é perguntado, nem tudo que é perguntado é publicado. A cumplicidade está em refletir sempre sobre as condições de produção de informações e a regra geral é cuidar para não expor nem os correspondentes nem seus entrevistados. Respeitamos os “silêncios” em relação a determinados temas, mas buscamos registrar de alguma forma *como* e *quando* eles recrudescem ou são rompidos. A cada dia é preciso decidir como não deixar de falar do medo, da tirania e da dor dos moradores. E, ao mesmo tempo, convidando moradores das favelas para falar do passado, da vizinhança, das festas, dos grupos que foram chegando, das lutas, das músicas, das gírias, acreditamos estar fortalecendo identidades e pertencimentos que criem condições sociais para o fim da chamada “lei do silêncio”.

Nas “Orientações para os correspondentes comunitários”² podemos encontrar um tópico intitulado: “dez perguntas mais frequentes”. Uma delas é: “Como fazer para perguntar aquilo que o meu informante, meu entrevistado, sabe que eu sei porque também moro aqui?” Os caminhos encontrados pelos correspondentes comunitários para perguntar, para entrevistar, são variados. Nas reuniões de pauta, a cada segunda-feira, troca-se experiências e aumenta-se o elenco das possibilidades de abordagens para a construção da memória das favelas. As comunidades nas quais trabalham são diferentes e as relações comunitárias, também, o são. Por isso não adianta fazer receituários fixos.

Estamos apostando em uma coisa nova onde todos aprendemos sempre. O tripé de sustentação da experiência do *Favela Tem Memória* é o conhecimento jornalístico, o acadêmico e o da comunidade. Temos consciência das dificuldades de entrelaçar estes prismas e de perceber o alcance e os riscos específicos de cada um. Um destes riscos é menos teórico e é absolutamente prático: como registrar a violência presente nas favelas com as quais trabalhamos, sem reproduzir estereótipos, sem expor os participantes?

Por fim, para concluir estas notas introdutórias, gostaria de reafirmar o objetivo do seminário e desta publicação. Cada experiência aqui relatada escolheu o caminho que julgou mais adequado para reconstruir memórias, para fazer diferença na vida local. Compartilhar estas experiências entre líderes comunitários, projetos, pesquisadores, historiadores, jornalistas pode significar um outro momento do jogo, um outro patamar para o exercício da cumplicidade. Não se trata de igualar projetos e nem comparar processos não comparáveis. Ao contrário, a idéia é perceber o que cada um tem para dar especificamente, de acordo com a sua aposta e nesse tempo em que estamos vivendo. Costuma-se dizer que hoje o poder está ligado à comunicação. Quanto mais informação circular, mais difícil será a reprodução de relações de poder autoritárias, arbitrarias.

Com efeito, ao participar do seminário *A Memória das Favelas* que deu origem a esta publicação, os autores aqui reunidos fizeram uma aposta na construção da memória do passado, questionando o presente, com o olhar voltado para futuras possibilidades de sociabilidade e de solidariedade. A aposta é que essas informações se somem e possam tornar-se, em algum momento, memória compartilhada, parte da história de cidadãos e cidadãs cariocas.

1 Ver neste número as reflexões de Cristiane Ramalho, Dayse Lara Santana, Cláudio Pereira da Silva, Elizabeth Silva, José Eduardo Casaes, Rita de Cássia Pinto, Flávio Pinheiro, Christina Vital, Kita Pedrosa, Tiago Pinheiro, Marcelo Monteiro do Projeto *Favela Tem Memória*. Sobre o assunto da “memória da violência” ver, particularmente, as observações de Flávio Pinheiro.

2 Correspondentes comunitários são moradores das favelas selecionados pela equipe do *site* Viva Favela e responsáveis pela realização das entrevistas no seu local de moradia.

Relatos da Rede Memória da Maré

Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré CEASM

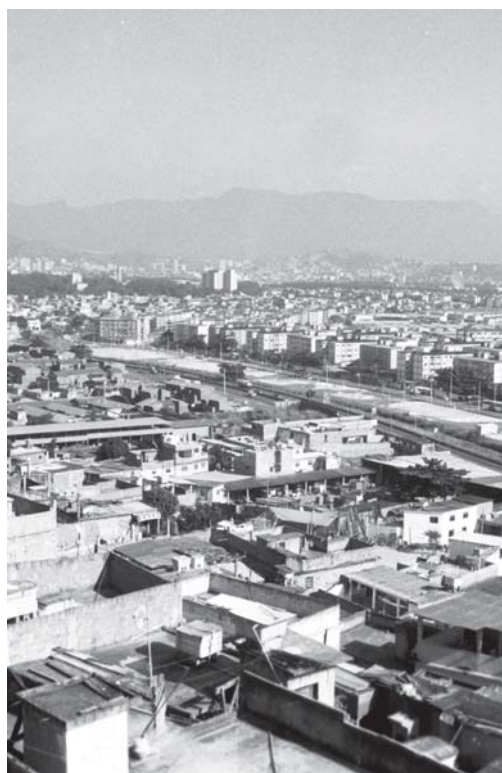
13

A memória das favelas



Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

Palafitas dominavam a paisagem da Maré nos anos de 1960



Raio R. Ripper / Arquivo Orosina Vieira - Rede Memória / CEASM

Maré em 1999: construções de alvenaria se expandiram pela área aterrada

No início éramos um pequeno grupo...

Cláudia Rose Ribeiro da Silva

Historiadora e coordenadora da Rede Memória da Maré

Nasci na Baixa do Sapateiro, uma das comunidades do Bairro Maré. Fiz História na UERJ, sou professora do Município do Rio, diretora fundadora do CEASM e coordenadora da Rede Memória da Maré.

O CEASM é uma instituição criada oficialmente em 1997. Mas antes disso, já pensávamos em realizar um trabalho sistemático e significativo na Maré, pois o grupo que fundou essa instituição já tinha uma história de militância no movimento social do bairro. No início, éramos um pequeno grupo que apenas imaginava por onde começar esse trabalho. Surgiu a idéia de formarmos um pré-vestibular comunitário, pois todos nós havíamos passado pela universidade, pela universidade pública, e queríamos contribuir para facilitar esse acesso aos jovens da Maré que tinham na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, um lugar tão próximo e tão longe ao mesmo tempo. O pré-vestibular comunitário foi o primeiro projeto a ser implementado pelo CEASM. Numa parceria entre nós e o Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ, que já promovia um curso pré-vestibular no Largo de São Francisco, iniciamos um na Maré. Em 1998, começamos com duas turmas de 70 alunos cada, ocupando salas da Igreja Católica local, a Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, cujo padre nos cedeu o espaço, enquanto eram realizadas obras na sede do CEASM, prédio cedido em comodato pela então diretoria da Associação de Moradores do Morro do Timbau. É importante ressaltar que mais de



Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

Em 1973, as casas avançavam sobre as águas da baía de Guanabara

90% dos professores do curso eram moradores ou ex-moradores da Maré.

Atualmente, desenvolvemos 14 projetos, dentre os quais está a Rede Memória da Maré, um projeto anterior à formação do próprio CEASM. A ideia de um projeto de memória surgiu em fins da década de 1980, com o pessoal da TV Maré, projeto de TV comunitária financiado pela Cáritas do Brasil. Todo material produzido pela TV Maré foi doado ao CEASM, pois algumas pessoas que encaminharam o projeto de TV comunitária também estavam participando da fundação do CEASM. Por isso mesmo, o projeto da Rede Memória começou bem, já que tínhamos um acervo considerável de fotos, vídeos, *slides* e documentos variados.

Gostaria de frisar que temos um arquivo, o Arquivo Orosina Vieira, que é a fonte geradora de todas as ações da Rede Memória. A partir deste arquivo, criamos outros projetos que, por sua vez, também geram material para o arquivo. Esse arquivo é subsidiado e vem subsidiando muitas iniciativas acadêmicas também. Temos inúmeros trabalhos concluídos e sendo desenvolvidos: mono-

grafias, teses e pesquisas diversas sobre a Maré e o CEASM. Vivemos hoje essa agradável relação de movimento do saber, de criar e recriar histórias e memórias.

A preservação das memórias locais para a construção da cidade sem barreiras

Antônio Carlos Pinto Vieira

Coordenador da Rede Memória

Nasci numa das comunidades da Maré, no Timbau, e participei do grupo da TV Maré. Na TV, tínhamos moradores de várias localidades da Maré. Hoje, esse complexo de comunidades é chamado bairro pelo governo municipal, apesar de toda a precariedade existente. Concordamos em dizer que muitos investimentos foram feitos na área, mas há ainda tantos outros a fazer.

Bom, a história, o passado da Maré estava se perdendo. Experimentei verdadeiro fascínio quando começamos a pesquisar e escutar nossos avós, vizinhos, seu Nildo, seu Albano e os pescadores. Percebemos que aquela história era muito maior do que pensávamos. Na ver-

dade, são várias comunidades com histórias também variadas. Começamos a valorizar coisas que antes não reparávamos como, por exemplo, elementos presentes desde o período colonial. A região da Maré já foi uma fazenda. Ali também existia um porto construído pelos jesuítas para escoar a produção colonial. E mais, Oswaldo Cruz descia naquele porto para ir até seu local de estudo.

A pesquisa realizada foi importante também para entendermos características da Maré, como os casarões antigos nas ruas de acesso ao antigo Porto de Inhaúma; a existência de pescadores morando no pé do Morro de Timbau e nordestinos na parte superior; a forma pela qual foram se dando as ocupações locais; a diferença de Nova Holanda para o restante da Maré... Somente o trabalho de pesquisa sobre a história nos possibilitou entender essas e outras coisas. Descobrimos a existência de um sem número de chácaras na área antes da construção da Avenida Brasil e, também, aprofundamos nosso conhecimento sobre a política de remoções do governo Lacerda e sobre o Projeto Rio...

Hoje, a gente vê a Maré distante do mar e pensa o que passa na cabeça das crianças que não conheceram as palafitas, que não viram a luta dos seus avós e pais para construir a comunidade. Acho a Maré singular, pois foi construída sobre o mar. Quem chegou primeiro não pôde ocupar direto, teve de preparar a terra. Muitos viveram em cima do mar. A história da Maré é uma história de luta e fomos aprendendo isso com os moradores mais antigos. Pensávamos, eu e o pessoal do grupo da TV Maré, o que fazer com todo o material recolhido. Foi com o surgimento do CEASM que conseguimos “abrir a caixa” e dizer: “temos um tesouro aqui e precisamos mostrá-lo para as pessoas”. Demos início, então, à Rede Memória que desenvolve vários projetos. Hoje, o que antes era uma caixa de papelão cheio de material se transformou numa sala inteira onde existe nosso arquivo. Cuidamos agora de catalogar tudo o que recolhemos.

Sou responsável pelo Arquivo Orosina Vieira. Minha formação é em Direito e não tem nada a ver com arquivologia ou biblioteconomia, mas sempre fui fascinado pela história do Rio, em particular, dos subúrbios cariocas e, é claro, depois do trabalho na TV comunitária, pela história da Maré: notícia de jornal, o retrato da dona Orosina, a estátua de São Jorge, a folia de reis, fotos, histórias, tudo isso me fascina.

Nosso trabalho influenciou vários alunos do pré-vestibular a buscar o curso de arquivologia e biblioteconomia. Já estamos colhendo os frutos, pois muitos dos graduados e/ou graduandos trabalham conosco. Eles têm, na Rede Memória, a oportunidade de praticar o que aprendem na faculdade e, assim, vêm montar o acervo de forma organizada, técnica, científica. É uma experiência muito interessante.

Tratando mais especificamente do trabalho no arquivo, tenho a dizer que desenvolvemos duas linhas de ação: uma é a estruturação do próprio arquivo com o estabelecimento de uma metodologia funcional. Outra é a pesquisa para coletarmos material com levantamento de histórias da comunidade e de material a ser resguardado. O que nos deixa mais felizes é que o arquivo funciona: recebemos pesquisadores de várias instituições e crianças das escolas locais. Podemos dizer que nosso centro é um centro de referência dentro e fora da Maré.

Temos duas mil fotografias, material fonográfico e vídeo. A concessionária da Linha Amarela – LAMSA – nos auxilia através de financiamento para o material de conservação, o que possibilita a recuperação do acervo ainda mal acondicionado e a organização do arquivo. Muito do que tínhamos guardado estava cheio de mofo e com esse recurso temos nos estruturado bem para conservar melhor os registros de nossa história.



Marcelo Pinto Vieira / Arquivo Ociosa Vieira - Rede Memória / CEASM

Em 1999, a Folia de Reis percorria ruas da Maré, com a participação de moradores

Estamos, felizmente, nos tornando um centro de referência interno, a ponto das pessoas virem até nós para doar material. Não sabemos ainda como captar esse material, mas já estamos definindo uma política. O trabalho é muito gratificante. Outro dia mesmo, estava na Rede Memória e vi alguns moradores querendo ver fotos antigas e outros que vinham trazer suas fotos pessoais. Reproduzimos, há pouco, uma foto na qual aparece uma família tendo como paisagem ao fundo, as ilhas, a região do areal e a região do porto.

Tem um lado afetivo também muito grande no nosso trabalho já que, a cada foto registrada, a cada depoimento prestado, vemos um pouco da nossa história. Queremos ampliar a divulgação do nosso trabalho o que até já fazemos através de exposições, mas desejamos fazer uma publicação de histórias da Maré: contos e lendas; um guia de ruas que conte o porquê do nome dado a elas. Livros didáticos...

É muito interessante, por exemplo, quando fazemos exposição de fotos em algum lugar público, como escolas. Os pais vêm, olham

para os filhos e dizem: “Olha, eu morei aqui! A minha vida era assim. Tinha que pegar água, tinha que atravessar palafita, tinha que trazer o sapato dentro de um saco plástico...”. Os próprios pais começam a contar a história para os seus filhos e netos que não viveram essa realidade. Isso nos dá muito prazer, ver as pessoas contando a sua história. Não queremos dar uma versão oficial e, assim, resguardamos identidades e não uma identidade única, pois a Maré é composta de 16 comunidades. Assim buscamos nos livrar da divisão entre “lado de lá e lado de cá”, buscamos nos identificar como um bairro numa construção coletiva e positiva.

Gostaria de levantar mais uma questão: algumas favelas no Rio têm, hoje, mais serviços do que os bairros. Os bairros vêm sofrendo um esvaziamento. Por exemplo, Bonsucesso tinha cinemas, teatro, tudo e, hoje, não tem quase mais nada. Pessoas ligam para o CEASM a fim de fazer nosso pré-vestibular e é gente que mora no “asfalto”, na Ilha do Governador, em Bonsucesso, e deseja uma oportunidade de estudar mas não tem como pagar. De qualquer forma, damos preferência a quem mora na favela. Será que

estamos acabando com a “cidade partida” ou estamos criando “micro cidades?”.

Acho que o governo vem agindo de forma paternalista, pois quer dar tudo para a favela no intuito de manter as pessoas dentro da favela. Na Maré, até hoje, não tem um banco, a gente tem que ir à Praça das Nações¹. Enfim, é essa troca que vai acabando com essa ruptura também. A gente não pode criar guetos. Tenho essa preocupação: o esvaziamento dos bairros e a criação dos guetos. Na minha opinião, o trabalho que desenvolvemos de preservação das memórias locais é um importante instrumento para a construção de uma cidade sem barreiras, onde o local e o global estejam integrados e as diferenças sejam respeitadas e positivamente valorizadas. Dessa forma, poderemos exercer livremente nossa cidadania.

Novas fontes e projetos para contar a história da Maré

Alexandre Dias

Estudante de História da UFRJ

Vou falar um pouco da minha experiência. Estou fazendo um ano de Rede Memória. Esse projeto me interessou por estar trabalhando um outro olhar sobre a história local. Na verdade, não criando nenhum racha, nenhum problema, mas tentando fazer uma história, e não falando: “essa história é que é a verdadeira, é a nossa, porque nós estamos aqui e tal.” Mas contribuindo com fontes para o trabalho de história local. Eu achei interessante. Eu vi que a Rede Memória, na verdade, ela está sendo construída ainda, ela é construída com essas pessoas, junto com a experiência do Carlinhos, que foi modesto em dizer que é advogado e que não entende nada disso. Bom, junto com o Carlinhos, com o Renato, com a Anna Karla, pessoas que estão trabalhando, está aqui o Eduardo também, pessoas que contribuíram e continuam contribuindo para mudar as perspectivas de como a gente está trabalhando.

A Rede Memória desenvolve vários projetos: tem o projeto de Contadores de História, tem o Arquivo... E tem o projeto de História Oral que, na verdade, foi incentivado, pelo que o Carlinhos falou, pelas entrevistas que a TV Maré realizou com seu Albano, seu Álvaro, ou seja, essas entrevistas eram bem interessantes e, assim, a gente resolveu trabalhar com história oral. Além disso, tem o projeto de exposição que são os *banners* com as fotografias que contribuem para a divulgação do projeto e, também, respondem à curiosidade das pessoas.

Gostaria de falar um pouco mais das nossas conquistas. Como estou quase o tempo todo por lá, vejo que a Rede de Memória já é uma referência de pesquisas dentro da Maré. As pessoas nos procuram, muitos estudantes estão sempre lá fazendo pesquisas. Pesquisas sobre o seu bairro, sobre a sua comunidade, ou mais pontuais, como por exemplo, da escola de samba que tem em Nova Holanda chamada Gato. Além disso, o trabalho atraiu a curiosidade das universidades próximas do CEASM e até de universidades mais distantes. A gente já recebeu muita gente da UFF e de várias áreas, como arquitetura, história, museologia. E conseguimos, com o acervo que a gente tem, contribuir bastante com a pesquisa dessas pessoas. Eu acho que a caixinha de fotos e outros materiais para arquivo que o Carlinhos falou, uma caixinha pequena, na verdade, era bem grande. Já tinha muita coisa ali. E tem muita coisa que a gente ainda está conseguindo. Os moradores também vão lá para pesquisar, as mães vão lá para pesquisar até para o filho. Existe muito morador que fala: “Espera aí, essa pessoa que está na foto, essa pessoa aqui é meu pai.”. Isso acontece. É interessante. Essa semana, inclusive, aconteceu isso. Acontece também da pessoa falar assim: “Espera aí. Essa foto daqui não está tão boa. Tenho uma foto melhor lá em casa. Eu trago para vocês aqui.” E levam as fotos pro Arquivo. A imagem e a fotografia têm dado uma grande contribuição para que as

¹ Referência de comércio do bairro de Bonsucesso e adjacências

para saber como é que são as experiências, sempre procurando captar essas contribuições. O trabalho com entrevistas é importante para a produção de fontes sobre a história local.

18 pessoas possam conhecer melhor sua história. Por exemplo, o jornal do CEASM, O Cidadão, em sua última página tem um pouco do histórico que o Carlinhos fez (e que é anterior à minha chegada na Rede Memória) com textos e fotos. Isso levantou muita curiosidade das pessoas em geral que, na verdade, foram ao CEASM mais por curiosidade do que por objetivos de pesquisa. E nas conversas que tivemos com essas pessoas, elas comentaram sobre a matéria que saiu no jornal, inclusive se colocando à disposição para contribuir com outras informações.

Uma outra coisa que me chamou atenção e que está no jornal O Cidadão é a palavra “mareense”. Mas será que isso existe? O jornal sempre chama de Maré, sempre trabalha com a categoria bairro. Porém, são dezesseis comunidades e algumas pessoas levantaram essa questão: “Mas, espera aí, Maré, não. Eu não moro na Maré. Eu moro na Nova Holanda”. Essa discussão é bem interessante. A gente mostra a história da Maré como um todo. E mostra que, por exemplo, a Nova Holanda, o Timbau, a Baixa do Sapateiro, na época do Projeto Rio, se uniram. As associações se uniram porque a dificuldade era uma só para todo mundo. E, na verdade, essa dificuldade ainda hoje tem a participação de todos, todos participam. Inclusive, na Rede Memória também é assim, no CEASM também é assim. Participam pessoas de todas as comunidades. Todas essas pessoas trabalhando na Maré como um todo.

Por fim, vou falar um pouco desse projeto de História Oral. A gente está trabalhando com algumas entrevistas. Já realizamos algumas e estamos planejando realizar outras. Não é uma coisa muito rápida porque não é tão simples. A gente está dando um tratamento sério nas fotos e nos documentos que estão chegando lá. Não é uma coisa da nossa cabeça, a gente está se baseando num estudo. A gente estuda, está sempre participando de encontros de história oral e discutindo com pessoas que estão ligadas a isso,

para saber como é que são as experiências, sempre procurando captar essas contribuições. O trabalho com entrevistas é importante para a produção de fontes sobre a história local.

Divulgar o tesouro: contar histórias e partilhar a memória

Eduardo Duque

Educador artístico, representante do Grupo Maré de Histórias

Moro na Vila do João, outra comunidade da Maré. Entrei na universidade, na UFRJ, em 1996. Fiz licenciatura em Educação Artística, habilitação em música e conheci o CEASM através de uma amiga que foi num encontro do Programa de Criança Petrobras, que é um dos projetos hoje do CEASM. E ela falou: “Estou lá dando aula de música”. Só que, na época, estava ligado na universidade a um outro campo, que era o campo da pesquisa. Trabalhei com um professor da escola de música chamado Samuel Araújo. Consegui também, através de uma prova, durante dois anos, a bolsa PIBIC. Entendo um pouco sobre essa questão da memória, história oral, de iniciativas de pesquisa. E aí ela falou: “Lá onde você mora tem uma galera que está fazendo um trabalho interessante”. E eu estava totalmente alheio. Isso começou a me incomodar de certa forma. Então, fui buscar saber quem era esse pessoal que estava trabalhando com educação artística. Esse, a princípio, foi meu primeiro contato com educação musical dentro da comunidade. Queria ajudar, queria fazer parte desse processo, desse projeto.

E, assim, fui ao CEASM. Estava fazendo na época um curso de contação de história com a Bia Bedran e estava havendo naquele momento também, por iniciativa da Rede Memória, uma oficina de contadores de histórias. Fui lá e me inscrevi. Iniciou-se, então, o processo de formação do grupo Maré de Histórias que tem como objetivo principal, como o Carlinhos falou outro dia lá na Nova



Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

Projetos do CEASM reúnem histórias das comunidades locais. Foto: Favela do Fundão, 1972

Holanda, divulgar aquele monte de papel que ele juntou e que depois descobriu que era um tesouro.

Hoje, este grupo já tem um ano e alguns meses. Do grupo Maré de Histórias também estão aqui presentes a Terezinha e a Marilene. Foi assim que nasceu o grupo Maré de Histórias, uma iniciativa da Rede Memória. A experiência de contação de histórias tem sido muito interessante na Maré. Primeiro, porque as histórias são baseadas em acontecimentos da realidade que a gente viveu e, segundo, porque as histórias são contadas de forma lúdica, na brincadeira. Hoje, a gente vê que as pessoas que ouvem as histórias riem, gostam, se encantam com todo esse processo. Todo mundo já conhece as histórias. Mas todo mundo se encanta e

se diverte quando você conta de uma forma um pouco mais organizada, um pouco mais sistematizada, pensando no que a contação de história representa para a sociedade, ou o que ela representou para a sociedade indígena, para as sociedades tribais, enfim.

É toda essa força que tem a figura do contador de história, toda a importância que em outras sociedades o contador de história tem e a gente na Maré também pode funcionar desse jeito, pode ajudar, pode ser um incentivo. É mais uma afirmação daquilo que realmente eu havia estudado na escola de Belas Artes, que já havia estudado em outros momentos, que a contação de história pode sim ajudar, pode ser uma forma artística, mas pode também ajudar de forma muito significativa na aquisição, no contato com o livro, no contato com a leitura.

O grupo Maré de Histórias também se iniciou na pesquisa. A gente está fazendo uma pesquisa sobre a Escola de Samba, que hoje se chama “Gato de Bonsucesso”, e que antes era um bloco carnavalesco chamado “Matarameu Gato”. E aí tem toda uma ficção sobre a lenda do nome. Como é que surgiu o nome? Uns dizem que foi lá no final da rua principal onde tinha uma moça que tinha um gato muito bonito e aí, a gente sabe que no samba o couro do gato servia para o tamborim. Então, mataram o gato dela e fizeram um tamborim. E aí comeram o gato numa churrascada e fizeram um samba: “Matarameu gato, tiraram o couro. Ai meu Deus do céu que desaforo. Matarameu gato. Tenham pena de mim. Meu Deus do céu por que eu sofro tanto assim?”. Essa é uma das histórias da Maré.

Enfim, tem uma série de histórias que vão colaborar com o objetivo do Maré de Histórias que é trabalhar junto aos moradores o sentido de pertencimento ao bairro e, realmente, afirmar que a favela tem memória e uma memória que pode ser compartilhada por todos.

Condutores de Memórias:

retratar e reviver histórias de lutas e conquistas na Grande Tijuca

20

Comunicações do ISEB

Idosos, jovens e mulheres: diálogos para a construção da memória

Ruth Pereira de Barros

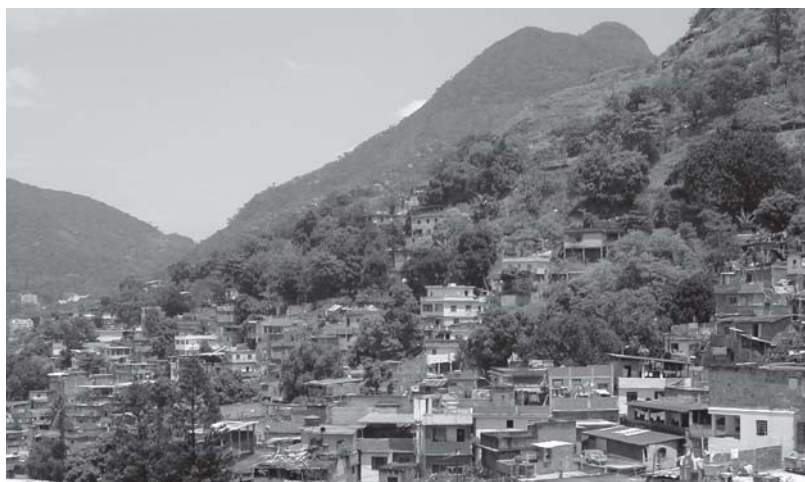
Coordenadora do projeto

Gostaria inicialmente de dizer que nosso projeto foi criado no ano de 2000. Porém, a proposta foi pensada durante um curso de gestores sociais, em 1999, na Grande Tijuca, uma iniciativa da Gestão Comunitária da Agenda Social Rio e, também, da Secretaria Municipal de Trabalho. O curso era voltado para lideranças locais, com duração de 3 meses, onde havia um grupo de 40 pessoas e do qual participei. Após o curso, eu, Cida e Mauriléa discutimos a idéia de fazer um projeto onde o morador pudesse contar sua história, suas histórias de lutas e conquistas, numa versão pouco conhecida pelas pessoas, aquela que o morador não conta e nem mesmo o morador recente na comunidade assim como os imigrantes não conhecem. Mas aquele morador que tem 50, 60, 70 anos de comunidade, ele sabe como foi para estar ali. Então, discutimos e fizemos o projeto. Tivemos a consultoria da Gestão Comunitária e da Agenda Social, pois não tínhamos experiência em projetos, e essas instituições nos deram algumas alternativas, nos ajudaram. Tudo começou com as oficinas. Mas antes de falar das oficinas, queria apresentar um pouco do caminho para a criação do projeto. Novamente nós três, eu, Cida e Mauriléa, já pensávamos muito em realizar algo assim no Borel. Isso foi motivado indiretamente pelo programa Favela Bairro, da Prefeitura, no fim do ano de 1999 e início de 2000. Bom, atuo como supervisora de área na participação comunitária e tal cargo nos

leva a trabalhar em várias comunidades, como na Pavuna, na Zona Oeste, passando pela Tijuca e Penha. Desta forma, se passa a ter um conhecimento da realidade das comunidades com as quais trabalhamos. E o que começamos a observar?

Com o Favela Bairro fazendo as obras de infra-estrutura, as comunidades passaram a ter melhores acessos e mais pessoas visitavam as favelas. Foi um *boom* de gente. E muitas pessoas queriam saber como era a história da nossa comunidade, assim como a de outras, saber porque tem tal nome, como surgiu. Mas os moradores, em geral, não sabiam como era essa história. E nós..., bem, eu, pelo menos, fui criada ouvindo da minha mãe e do meu pai, mais até da minha mãe, essa história que guardo comigo. Ela contava como foi toda aquela luta e aquela conquista. Nada ali foi por acaso. Lutou-se para ter tudo. Como disse um participante das oficinas: “Para se ter água, teve luta; para se ter luz, teve luta; para se ter uma casa melhor, teve luta”. Houve muita luta aqui. O morador teve que se organizar. O morador teve que lutar. O morador apanhou, brigou para poder ficar naquele espaço, mas as pessoas não conhecem essa história e a gente queria, com o projeto, reviver, retratar essa história que é bonita. É como digo: a memória é a pessoa. Quem tem a memória sou eu porque ela está aqui dentro da cabeça. Sei dessa história e ela precisa ser contada para outras pessoas que não sabem.

Isto precisava ser resgatado, se tornar visível. Porque, o que se mostra da comunidade? Só violência, só coisa ruim. “A comunidade é isso, a comunidade é aquilo. É favelado”. Toda a discriminação se dirige às favelas. Essas não têm nada bom, nunca têm.



O morro do Borel integra o conjunto de comunidades da Tijuca

E a gente precisava mudar isso, mostrando que a comunidade tem coisas boas sim. Tem o morador com suas lembranças, tem sua história de lutas, de conquistas. E, por isso, nós fizemos o projeto. A gente pensou em trabalhar com os antigos, com o morador com mais de 40 anos na comunidade, mas também com jovens. Denominamos este projeto de “Buscando, recordando e construindo a história”. O ‘buscando’ seria o trabalho com jovens fazendo pesquisa na comunidade e buscando essa história; o ‘recordando’ seria só com os moradores antigos, onde eles contariam as lembranças para a gente; e o ‘construindo’ seria a divisão de temas por grupos de trabalho. Só que quando você começa uma atividade, você vê que, às vezes, há coisas que não dão certo. Numa das oficinas, a coordenação teve a idéia iluminada de chamar um morador antigo para participar com os jovens e foi uma das melhores oficinas que houve. O jovem começou a debater com o morador questões sobre preconceito, exclusão, o porquê da palavra favela e o porquê da violência. Foi discussão “boca a boca”. O jovem falava: “Antes não era pior, agora que é pior”. E começou a expressar sua idéia. Percebemos que deveríamos caminhar por ali. Foi então que mudamos toda a nossa estratégia de atuação. Começamos a fazer as oficinas juntando idosos e jovens. E foi excelente. Bom, ao final das oficinas, produzimos um folhetim junto com os participantes onde são destacados os pontos mais fortes ali debatidos. Por exemplo, do Borel tem uma crônica que um morador fez falando da saudade do tempo antigo quando jogava bola de gude, não tinha quase casa, tinha espaço. Tem também uma crônica da Chácara

do Céu na qual o morador fala da luta do local para ter água, de onde vem o nome “Chácara do Céu” etc. Interessante é que essas são as perguntas mais freqüentes dos jovens nas oficinas. Temos crônicas também do Andaraí. Enfim, há muitas histórias pitorescas como, histórias de lobisomem, de mulher, do padre que é grandão. Os relatos são engraçados. Por exemplo, essa história de assombração acontecia sempre de madrugada na bica d’água. Como água era difícil, o morador marcava a sua vez lá. Mas aparecia algum esperto e, para poder pegar a água antes do outro, inventava que tinha assombração. E assim, todo mundo ia embora, esquecia da água e ele pegava a água toda.

Mais tarde, ampliamos nossas intenções e realizamos um trabalho para além da memória: começamos a tratar de meio-ambiente nas oficinas. A Cida coordenou uma delas e, como produto material, tivemos cadeiras de material reciclado.

Quero registrar ainda mais um dos projetos que faz parte do Condutores de Memórias chamado “Memórias Femininas: marcando passo, matando o medo”. Neste projeto temos como intuito reunir mulheres de várias faixas etárias para falar de relacionamentos afetivos, de como era a vida, do marido, dos filhos, dos desafios e das vitórias. Mas essas mulheres não somente contarão a sua história, elas farão uma espécie de “colcha de retalhos”. Meu sonho é que nas conversas elas aprendam a costurar, a cozinhar novos pratos, a pintar. A gente já fez o projeto, agora só está faltando receber o financiamento para começar a fluir.

Para finalizar, gostaria de dizer que CONSEGUIMOS. Pois é, o projeto foi crescendo e conseguimos mostrar para o morador que aquela comunidade precisava da participação de todos. E tudo começou a dar certo. O morador percebeu a importância de sua vida, de sua história. É isso.

Para mudar conceitos e preconceitos: uma história contada por quem morou e mora nas favelas.

Mauriléa Januário Ribeiro

Coordenadora do projeto

Como já foi dito aqui, a favela é vista sempre sob o aspecto negativo. O próprio falar em favela já tomou a conotação de coisa que não serve: “isso é favela. Isso aqui está parecendo favela”. Se a gente também não se policia, acaba repetindo. Mas, a gente sabe que favela não é isso. Ela tem os seus valores. Uma coisa importante no projeto é procurar mudar a imagem da favela. Tem um morador no Borel, o seu José Calegare, que chama muita atenção porque quando chegou na comunidade só havia três barracos. Esse senhor tem uma história dentro do Borel. Ele se emociona quando conta a história. Essa pessoa para nós tem que ser valorizada, ser respeitada. E nosso projeto procura dar visibilidade a essas pessoas.

Outra coisa importante que se percebe é quando o morador de comunidade carente passa a conhecer a sua história. Com certeza, ele vai lutar para melhorar mais e mais a sua qualidade de vida. Essa é a nossa visão com esse projeto. A luta não foi apenas pela ocupação. A luta continua. A luta se perpetua. E essa luta é contra tudo o que está aí. É contra a discriminação social. É contra essa quebra de valores. É contra esses conceitos, esses preconceitos.

Temos um vídeo que vamos passar no final da palestra, onde uma adolescente moradora da Chácara do Céu conta que foi à praia, encontrou várias pessoas e fez amizades. Pessoas de classe média, classe alta. Bem, como a adolescente era branca, no início, não houve diferença na questão da cor. E conversando, estabelecendo amizade, a outra jovem perguntou: “Onde você mora?” E ela disse: “Eu moro no morro, na Chácara do Céu”. A jovem ficou meio assustada e dis-

se: “Espera aí que eu vou ali e daqui a pouco volto.” Não voltou.

Devemos pensar melhor, então, sobre a discriminação social. E o Condutores procura trabalhar com isso o tempo todo. O que se quer é levantar a auto-estima dos moradores e promover uma integração entre as gerações, já que trabalhamos com crianças, jovens e idosos.

É interessante ver o idoso da Chácara do Céu, por exemplo, contando a história da comunidade para os jovens e eles atentos ouvindo, como foi o caso de seu Cícero. Mais interessante ainda foi o parecer dos jovens sobre o que ouviram. Acreditamos que assim, contribuímos para o estreitamento dos laços de afeto entre os moradores da comunidade. Isso contribui, em última instância, para a identidade comunitária. Outra contribuição do projeto é para o respeito do jovem em relação ao idoso. Esse que podia ser visto como “gagá”, como se diz na gíria, ao falar da sua vida mostra que seria impossível a existência daquele jovem ali não fosse a luta árdua que travou em toda a sua vida em prol de melhorias para todos. O jovem que não respeitava o idoso, esse e tantos outros idosos, passa a respeitá-los.

O mais importante para nós do Condutores é tornar notória essa história de lutas e conquistas. E para chegar a este objetivo, conseguimos estabelecer parcerias com diversas instituições, entidades, comércio, igrejas, escolas, Ongs etc.

Mas nossa atuação é diversificada. Por exemplo, somos procurados para administrar palestras e exibimos o material produzido e atuamos em festas juninas. Aliás, a festa junina é um evento importante no Borel. Há sorteios e brindes para quem responder: “Como foi na sua comunidade? Em que ano começou? Por que tem este nome?”.

Além disso, fazemos visitas a outros projetos. Fomos ao CEASM e foi ótimo para co-

nhecemos um pouco o trabalho deles. Mas uma integração surpreendente foi com as escolas públicas da comunidade e do entorno. Fizemos uma exposição do material produzido pelo projeto e as escolas abraçaram. Lógico, nem todas. Houve recusas, mas umas seis escolas da Grande Tijuca abraçaram o projeto com entusiasmo. A escola Barão de Itacuruçá – e vocês podem ver que a maioria dos trabalhos expostos aqui é da Barão de Itacuruçá – foi a que trabalhou o projeto como um todo. Os 749 alunos trabalharam e vocês podem observar na exposição que eles passaram para o papel, produziram um trabalho em cima do que ouviram e viram do material exposto. Uma coisa interessante, também, é que não vamos para a escola com a receita pronta: “Ah! Tem de ser assim!”. Nada disso. Vamos à escola, geralmente numa reunião do centro de estudos, falamos com os professores e com a direção que nos abre esse espaço. Mas é a escola que vai buscar a metodologia mais conveniente para desenvolver o projeto. Com isso, acabamos fazendo a escola criar um projeto. Há escolas que optam, por exemplo, pelo debate. Os alunos assistem ao vídeo, começam a discutir o que viram no vídeo e o que leram no nosso informativo Condutores de Memória em parceria com a Agenda Social Rio.

A escola Afonso Pena trabalhou, por exemplo, com integração geracional. Trouxeram as avós que fizeram um chá ao final do dia. E, neste encontro, as avós recordaram o passado. É lógico que há dificuldades. A gente ainda vai falar um pouco disso. Mas a gente está conseguindo resultados positivos. E, por que trabalhar as escolas? Porque a gente entende que as crianças das escolas públicas, em sua maioria, vêm de comunidade. E a criança ouvindo o professor falar da sua comunidade, vai se sentir importante. Isso está sendo de uma riqueza muito grande para o projeto.

Já realizamos oficinas no Borel, na Chácara do Céu e no Andaraí, num total de dezesseis oficinas, atingindo 2.640 pessoas. Para dois

anos, é bastante considerável. Entendemos que a partir do momento em que a comunidade conhece o seu passado, vai poder estar melhor entendendo o seu presente. E, assim, vai ter condições de estar influenciando no seu futuro de uma forma positiva. O jovem, por exemplo, quando sabe que os avós, os pais lutaram para ele estar ali, que antes não tinha água, luz, não tinha nada, e que hoje tem praticamente tudo, esse jovem vai ficar sensível em relação à luta. Estamos buscando despertar no jovem, na criança, esse espírito de luta constante. Porque a luta não pode parar, porque o estigma ainda é muito grande. Embora, tente-se com alguns projetos mudar essa imagem, ela ainda é muito forte. E estamos num momento muito difícil, onde isso está patente: “é da favela..., é meio complicado”.

Mas para mudar essa imagem, é preciso que o morador de favela se sinta um cidadão. Devemos buscar o fim da idéia de cidade partida. O morador de favela é parte, ele paga seus impostos, ele é integrante dessa sociedade que está aí. E vai poder pensar sua exclusão, vai se sentir inserido na cidade, na sociedade. Ele faz parte de tudo isso. Ele não é apenas um mero espectador ou, pior, um discriminado. Não. “Eu sou, eu participo disso, estou envolvido nisso, estou dentro disso. Tenho que me inserir de alguma forma”. Novamente, é a luta.

Nós entendemos que a sociedade tem uma dívida social muito grande com as comunidades carentes. Acho que é o momento da gente, da sociedade, de nós todos estarmos reparando nisso. Tenho cinqüenta anos de moradora de morro. É uma história que também é a nossa história. É uma história contada por quem morou e mora na favela. Quer dizer, a gente está ouvindo uma história, está contando uma história que é nossa própria história. Acho que isso é interessante. E quando o morador conta que não tinha luz, era lama, lembro que saía para a escola e levava um paninho para limpar o pé porque

quando chovia era lama mesmo. Acho isso de uma riqueza muito grande. Estamos conseguindo que os moradores se sintam importantes, pois eles são importantes.

Fico refletindo: nesta época em que está se pensando em regularizar a situação das comunidades carentes, acho que nada melhor do que chamar esse pessoal que começou, que batalhou para se fixar ali. Obrigada.

Correr atrás da história: obstáculos a transpor, apoios a conquistar

Maria Aparecida Coutinho

Coordenadora do projeto

Em minha fala, gostaria de ressaltar o que achei de suma importância na primeira oficina realizada no Borel. Nós não esperávamos que os moradores recebessem tão bem, que tivessem a reação que tiveram. Para nós foi uma vitória ver no morador, logo na primeira oficina, a felicidade estampada nos olhos e nas palavras dele, de se sentir realizado porque alguém lembrou de abrir um espaço para ele passar tudo aquilo que estava armazenado na memória. Era como um grito que queria sair, queria passar para os jovens e ninguém dava essa oportunidade. Então, quando a gente realizou a primeira oficina e eles perceberam que era para eles serem as estrelas da oficina, nossa, um deles falou: “Vocês estão de parabéns. Eu nunca imaginei que fosse viver para ver alguém me chamar para um trabalho como esse. Estou me sentindo muito importante. Quero que vocês expandam esse trabalho para todas as comunidades. Quero que todos os jovens conheçam um pouco da história das suas comunidades porque é uma história muito rica”.

Quero também acrescentar uma reflexão sobre o que a Ruth e a Mauriléa já disseram. Quando chegávamos em outras comunidades e dizíamos que éramos moradores de comunidades como eles, os olhares eram de admiração,

principalmente os adolescentes. Isso porque os moradores de comunidade estão acostumados a receber o que pessoas de fora levam para eles. Ao verem coisas sendo produzidas pela própria comunidade, por gente como eles, valorizam e se espelham no intuito de conseguirem, algum dia, criar algo de bom para os seus locais de moradia também.

Bom, agora me resta falar das dificuldades que encontramos no percurso do projeto Condutores de Memória. A Ruth falou das oficinas de jovens. Acontece que esquematizamos as oficinas e, num dia, tinha só moradores antigos, pessoas mais velhas. Não tinha moradores novos. E era nos jovens que queríamos despertar o interesse individual de “correr atrás da história”. Não queríamos que recebessem tudo já mastigadinho, queríamos construir com eles e assim, já de início, excluíamos os não interessados genuinamente. A quantidade de jovens nas oficinas não importava, a qualidade da entrega é que tinha valor. Por isso, não nos incomodaria termos poucos jovens trabalhando conosco, desde que estivessem realmente engajados.

Bom, a primeira dificuldade a enfrentar era a dispersão de alguns jovens. Eles foram à oficina e pedimos para que fizessem um trabalho de casa. Porém, isso não foi muito interessante, pois quando retornaram no encontro seguinte, observamos que muitos não tinham feito o trabalho. Foi então que nos perguntamos: “E agora, como vai ser a oficina?”.

Surgiu uma brilhante idéia: convidar um morador antigo que vivia próximo ao local onde estávamos realizando essa oficina para participar. E foi maravilhoso. A gente percebeu que eles gostam mesmo é daquela coisa mastigada. E quando não recebiam tudo pronto, interrogavam a pessoa. E aquele debate foi super interessante. Percebemos que a fórmula deu certo e adotamos, não só no Borel, como também em outras comunidades. Outro obstáculo para nós diz respeito ao espaço. Ao receber a programação deste

evento, percebi que todos já são centro de memória. E nós, apesar de já termos quase três anos de existência, ainda temos isso como um objetivo. Contamos com o apoio da UERJ que nos convidou para trabalhar como observadores urbanos, o que nos abriu um espaço. Mas isso ainda não se concretizou. Fico muito feliz por vocês já terem alcançado o que pretendemos alcançar.

Ainda há uma outra dificuldade: escassez de material para trabalho. Apesar de algumas ajudas financeiras, ainda nos falta muita coisa, como uma máquina fotográfica profissional, uma filmadora e um gravador legal. Dentre essas dificuldades incluímos também a de conseguirmos, nas próprias comunidades, material para fazer o acervo, como materiais registrados em áudio, em vídeo, em papel, fotos etc. Ainda tem uma outra questão. É a dificuldade que a gente encontra entre os moradores. Eles mesmos não sabem o valor de determinadas peças. Mas essa dificuldade ainda pode ser vencida. A relação com as escolas também é um tema que gravita entre as dificuldades que enfrentamos. Algumas escolas aceitaram o projeto e foi gratificante. Mas, infelizmente, esbarramos em escolas que nos rechaçaram. Talvez não tenham entendido bem nossa proposta e puseram como empecilho à nossa entrada, por exemplo, o fato do local ser manipulado por facção inimiga.

Uma última “dificuldade” que enfrentamos e que até nos deixa muito felizes é a demanda que o projeto vem recebendo. Muitas comunidades pedem o projeto, pedem para que a gente vá às comunidades e que incentive os moradores a promoverem projetos parecidos com esse. Só que, infelizmente, além de idealizadoras somos executoras também. A gente sente que a equipe é pequena para poder atender a tantos pedidos. Mas isso é um problema que esperamos resolver.

Gostaria de fazer um agradecimento em nome de todo o grupo àqueles que nos aju-

daram. Agradecemos à Gestão Comunitária e a Agenda Social, mas também, ao pastor Antônio Carlos da Igreja Batista Peniel do Morro do Borel e mais outras pessoas que nos deram incentivo moral para chegarmos aqui hoje. Finalizando, ao vir para cá li um texto que me fez pensar nesse encontro: “A memória existe para nos levar ao passado e os sonhos para nos levar ao futuro.

Idéias, desejos e sonhos: a gente acompanha

Náida Franca

Pesquisadora do IBASE e integrante da coordenação da Agenda Social Rio

O projeto “Condutores de Memória” está apoiado por uma série de instituições. Ele recebe um pequeno apoio da Agenda Social porque surgiu no âmbito desse movimento. A Agenda Social Rio não é uma instituição, não tem uma sede própria, nem é uma pessoa jurídica, mas sim um movimento que reúne uma série de entidades, pessoas, grupos, associações de moradores, bairros, favelas.

A Agenda Social trabalha de uma forma bastante autônoma, com várias iniciativas acontecendo ao mesmo tempo. Assim, tem um grupo discutindo meio ambiente; tem outro de mulheres, aliás, as mulheres estão numa discussão grande atualmente, na linha de economia solidária; tem um outro fórum de juventude, que é Juventude e Política da Grande Tijuca. Nossa área de atuação é na Grande Tijuca que reúne favelas e bairros, asfalto e favela, enfim, a cidade. Temos tentado a integração e iniciativas conjuntas como essa do “Condutores de Memória”.

Recebemos apoio financeiro da Fundação NOVIB. Foi ela quem possibilitou a produção do vídeo do Condutores de Memória que será exibido, dos folhetos e, também, contribuiu com um pequeníssimo apoio para transporte e alimentação para as três educadoras. Este trabalho vincula parcerias, agrega cada

vez mais pessoas, mais entidades que possibilitam ao projeto estar nas comunidades levando boas idéias.

A Agenda deu um bom apoio no início, agora vem acompanhando, faz uma supervisão conjunta com a Gestão Comunitária. O projeto propõe idéias, desejos, sonhos e a gente acompanha. Mas hoje, a gente só vem aqui para aplaudir, para ouvir os sucessos porque o Condutores de Memória já criou pernas e está aí se multiplicando.

Temos a proposta de entrar com o Condutores no Salgueiro e no morro da Formiga porque os próprios moradores ficaram sabendo do projeto e estão pedindo. Neste caso, chamamos as educadoras, fazemos uma articulação local. Salgueiro e Formiga são a quarta e a quinta comunidades da Grande Tijuca, respectivamente, que vão ser contempladas com o projeto.

O projeto promove integração e intervenção social

Marise Bastos Cunha

Pesquisadora técnica da Rede de informação da Agenda Social Rio

Bom, no início, demos uma assessoria para as educadoras montarem o projeto. Fui coordenadora da Gestão Comunitária e uma das coordenadoras do projeto Condutores. Hoje, a Neiva Vieira da Cunha que está aqui é a coordenadora que está na Gestão. E tive a felicidade, eu e a antiga supervisora Mariana Cavalcanti, de acompanhar o projeto nos primeiros anos. Na minha memória, o que fica do Condutores? O que acho que o Condutores tem de diferente?

Um aspecto importante é o público alvo, o público privilegiado do Condutores, isso porque o público alvo são as comunidades e as escolas de uma forma geral.

Isso tem muito a ver com o fato do Condutores ser elaborado dentro de um programa

como o da Agenda Social que vinha pensando os processos de mudança das comunidades da Grande Tijuca contempladas com o Favela Bairro. O que tinha de bom nisso? O que tinha de ruim?

Discutia-se, então, o papel dos jovens dentro desse processo e eles sendo convocados a participar. Tem aquela história que a gente já sabe, do jovem que está na rua, do jovem sem perspectiva. E o espaço que os moradores antigos estavam perdendo com tantas mudanças. Por exemplo, havia, em várias comunidades, moradores que tinham o papel de educadores, faziam trabalho de saúde voluntário e que agora estavam perdendo esse espaço, sendo substituídos e sendo relegada a memória deles. Isso estava até na própria paisagem. Então, se privilegiou esse público alvo e uma forma de trabalhar que a gente chama de troca entre gerações. No início, isso não estava previsto.

Outra questão sempre discutida e fundamental é que o Condutores trabalha com levantamento de dados, pesquisa, busca de dados, registro de memória, ou seja, ele proporciona a visibilidade a tudo isso. É uma pesquisa feita com intervenção, quer dizer, funciona como interação social, pois integra morador antigo com jovem, crianças de escola pública com seus professores e com as educadoras do projeto e essas com os professores da rede pública que muitas vezes têm uma origem social diversa e esse contato interclasse em pé de igualdade, com voz de construção é importante para ambos os lados.

Por último, estávamos sempre atentos a uma questão: se a gente queria levantar uma história e trabalhar com ela num programa de intervenção social e combater o estigma do favelado, a gente tinha que reconhecer todos esses atores como sujeitos dessa história e caminhar.

Comentários e Controvérsias I

Dulce Pandolfi
Antropóloga, pesquisadora do CPDOC/FGV e professora da PUC/RJ

História e Identidade: a gestação de uma rede de memória das favelas cariocas

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite e parabenizar Regina Novaes e as demais pessoas que participaram da organização do Seminário *A Memória das Favelas: iniciativas, conquistas e desafios*. Não tenho dúvidas de que estamos diante de um momento raro e, por vários motivos, considero esse um evento muito especial. A idéia do Seminário é propiciar um debate entre os diversos Centros e Projetos Sociais voltados para a valorização da memória das favelas do Rio de Janeiro. Todos os que estão envolvidos com a questão das favelas enfrentam muitas dificuldades. Uma delas é a falta de diálogo. Sabe-se pouco sobre os projetos e as ações que estão em curso nas favelas do Rio de Janeiro. As informações e os dados estão dispersos e, lamentavelmente, não existe uma instituição que organize esses dados, que centralize essas informações. Além de propiciar um diálogo entre diferentes comunidades, o evento conseguiu trazer para o debate dois temas relevantes e atuais: memória e favela. E sobre cada um deles, vou dizer algumas palavras.

Mas antes de fazer meus comentários, quero também parabenizar os expositores das duas iniciativas aqui apresentadas: o Rede Memória do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) e os Condutores de Memória do Morro do Borel. São duas excelentes experiências. Criado em 1997, o CEASM, apesar de muito jovem, é uma instituição bastante consolidada. Sabemos que seis anos representa pouco tempo na vida de uma instituição. Em 1999, quando conheci o CEASM, tive uma grata surpresa. Olhando de longe é difícil imaginar que no Complexo da Maré exista uma iniciativa desse porte. Além do projeto Rede Memória

que busca resgatar a história da Maré, o CEASM atua em várias frentes, propiciando aos moradores um leque de opções. Desenvolve ações na área da cultura, da geração de renda, da educação. Oferece, ainda, um curso pré-vestibular de muito bom nível. Dizer que o CEASM está consolidado não significa dizer que o CEASM não enfrenta dificuldades. Eu, por exemplo, trabalho no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, uma instituição que tem mais de vinte e cinco anos. Apesar da sua estabilidade e do seu reconhecimento acadêmico, o CPDOC ainda se depara com sérios problemas, inclusive, problemas de financiamento, de verbas, etc. Quanto ao segundo grupo, o Condutores de Memória, a sua apresentação muito me emocionou. Eu assisti o seu nascimento. Em dezembro de 2000, eu participava de uma reunião da Agenda Social, na Tijuca, quando a proposta de criação de um centro de memória foi apresentado por lideranças do Morro do Borel. Naquela ocasião, parecia que essas lideranças estavam falando de um sonho. E eu me perguntava: “Será que vai dar certo?”. Hoje vi que o sonho virou realidade. Apesar das dificuldades, sobretudo das dificuldades financeiras, o projeto, que tem um pouco mais de dois anos, deu certo e começa a se expandir em outras comunidades da Grande Tijuca.

Feitas essas considerações iniciais, vou tecer breves comentários sobre os dois temas do Seminário: memória e favela.

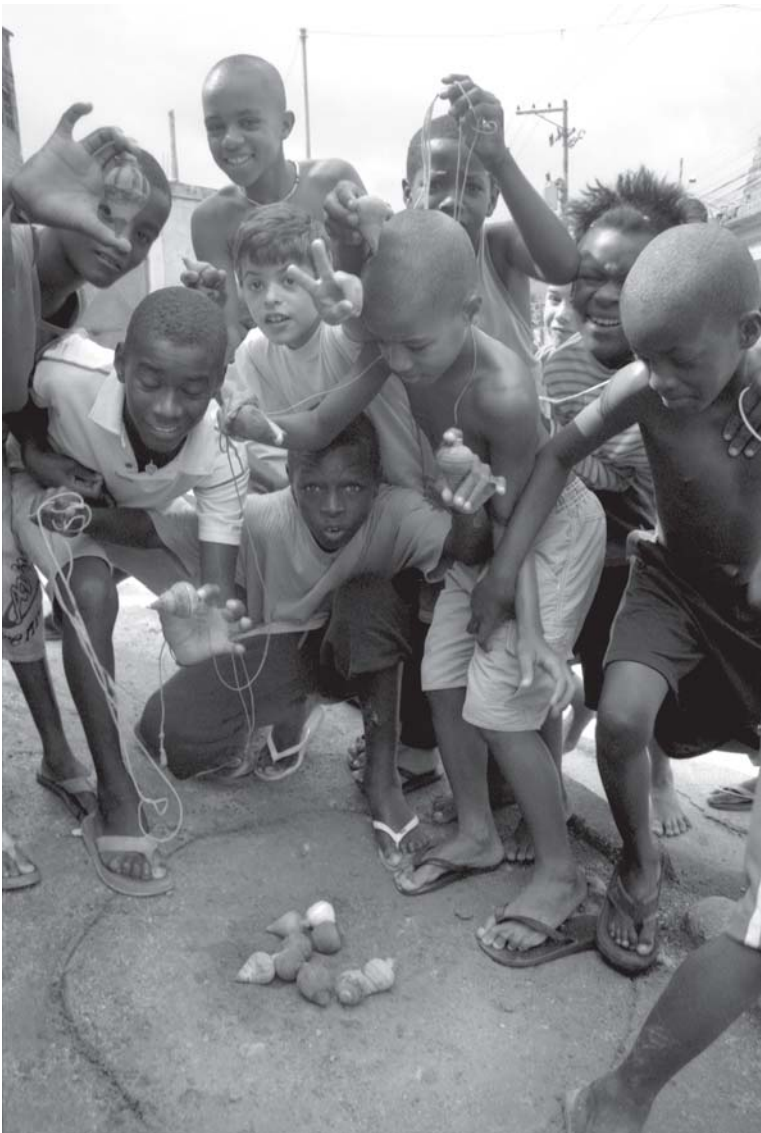
Nas falas dos expositores ficou clara a vinculação entre memória e identidade. Sabemos que a construção da identidade de qualquer agrupamento social não se dá de forma gratuita, não se dá sem investimen-

tos. E nesse processo de afirmação da identidade, a memória exerce um papel fundamental. Sabemos também que várias são as formas de manifestação da memória. A que estamos aqui assistindo é aquela que alguns autores chamam de “memória subterrânea”. Ou seja, os projetos que estão sendo desenvolvidos nas comunidades estão trazendo à tona uma memória que estava submersa, que estava subterrânea, mas, que a partir de agora, começa a se tornar pública.

Na realidade, o que está em gestação é a formação de uma rede sobre a memória das favelas cariocas. Uma rede que, em certo sentido, poderá se contrapor à “memória oficial” da cidade. Ela, também, será um instrumento de reafirmação da identidade das favelas e, conseqüentemente, de reafirmação da identidade da cidade do Rio de Janeiro. Muitos moradores dessa cidade desconhecem parte da sua história. Desconhecem parte da história de uma cidade que não queremos que seja “partida” mas, que a cada dia, fica mais difícil percebê-la como não “partida”. Um dos méritos dos projetos aqui apresentados talvez seja o de atenuar a percepção de cidade “partida”; evitando que esse tipo de visão se cristalice. Certamente eles contribuirão para diminuir o estigma, diminuir a idéia negativa que se tem hoje sobre as favelas do Rio de Janeiro. E, ninguém melhor do que vocês conhecem esses preconceitos. Em parte, esses preconceitos são produzidos por falta de informação, por falta de diálogo. Ou seja, se por um lado as favelas vêm despertando um interesse crescente na mídia, na academia e no poder público, por outro, o desconhecimento sobre elas ainda é grande. Por isso, podemos dizer que poucos termos são ao mesmo tempo tão evidentes e tão opacos como o termo favela. Na verdade fala-se muito sobre as favelas, mas conhece-se pouco sobre elas. Ao mesmo tempo que estão em evidência, que existe até um certo “modismo” em torno delas, a visão sobre elas é negativa, é carregada de preconceitos e estigmas. Qualquer pessoa

ao ouvir a palavra favela sabe do que se trata. Mas muitos não sabem que elas são diferentes entre si e que muitas são as diferenças dentro delas. Se elas são tão diversas e têm grandes diferenças internas, como lidar com essa diversidade? No caso da Maré, por exemplo, esse é um ponto delicado. São quinze comunidades que formam o Complexo da Maré e, conseqüentemente, são quinze associações de moradores. Muitas vezes, essa diversidade gera competição. Como articular as diversas iniciativas? Como o morador de uma comunidade percebe o morador da outra comunidade? Como transitar entre as diversas áreas da Maré? Para tentar uma articulação entre as diversas comunidades, em meados dos anos de 1990, foi criada a Unimar, a União das Associações de Moradores da Maré. No entanto, à semelhança do que vem ocorrendo com entidades como esta, a Unimar enfrenta uma série de problemas, vive um certo desgaste político.

Se no passado as associações de moradores das favelas eram um espaço de mobilização e participação, hoje elas sofrem um esvaziamento. Em muitas comunidades, os grupos do tráfico passaram a disputar as eleições para a diretoria das associações, provocando medo e afastamento dos moradores. O esvaziamento também está relacionado a uma redefinição do papel dessas entidades, que data dos meados dos anos de 1980, momento em que se inicia um contato mais estreito com o Estado. A partir dessa aproximação, desse contato mais estreito, as associações de moradores foram se tornando mais prestadoras de serviços do que implementadoras de projetos; mais um instrumento de intermediação do que agente de pressão e mobilização. Essa redefinição do seu papel e a interferência do tráfico produziram um esvaziamento. Inclusive, é sintomático que os projetos sociais apresentados nesse Seminário não estejam vinculados às associações de moradores das suas respectivas comunidades. Ainda que de forma incipiente, parece haver hoje um movimen-



Tony Barros/Viva Favela

Crianças brincando na Cidade de Deus em 2003

to de retomada das associações de moradores. Sem dúvida, elas são um instrumento importante e a retomada desse espaço é mais um desafio a ser enfrentado.

A grande novidade desse Seminário é que estamos diante de iniciativas desenvolvidas pelos próprios moradores das favelas. É a favela falando sobre ela, construindo suas instituições de memória, divulgando suas histórias. Até então os estudos e os projetos sobre as favelas eram realizados por pessoas de fora das comunidades. Ou seja, até então quem era o porta-voz das favelas? Quem estava intervindo nas favelas? De que maneira se dava a intervenção? Ao longo de muitas décadas, as intervenções do poder público foram direcionadas para a remoção; visavam afastar as favelas das chamadas zonas nobres da cidade. A partir dos anos de 1980, as propostas remocionistas foram sepultadas e foram criados diversos programas voltados

para a urbanização dessas áreas. No entanto, a despeito desses programas, o Estado acumulou uma dívida enorme com as favelas. Foi também a partir dos anos de 1980 que surgiu um novo ator: as ONGs, as organizações não governamentais que passaram a ter presença forte e importante nas favelas. Mas, gradativamente, as comunidades sentiram necessidade de criar suas próprias ONGs. Surgiram as chamadas “ONGs de dentro”. Algumas criadas, inclusive, com o apoio do governo, ou até mesmo das “ONGs de fora”. Muitas, no início, eram simplesmente repassadoras de verbas. Outras passaram a elaborar e desenvolver seus próprios projetos. Hoje, como parte de um processo maior de afirmação de identidade, as favelas estão criando entidades voltadas para a valorização da sua memória.

Sabemos como é difícil manter em funcionamento um centro de documentação, uma instituição que trabalha com projetos de história oral, com organização de arquivos, com coleta e conservação de documentos, inclusive com material fotográfico. Como vocês vão enfrentar isso? Certamente essa será uma dificuldade recorrente. Insisto em dizer o que está em jogo com a manutenção desses projetos, não é apenas a memória das favelas, mas a memória da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, divulgá-los é tarefa urgente. Mais do que nunca é necessário buscar parcerias com o governo, com as instituições privadas, com as “ONGs de fora”.

Enfim, eu quero concluir convidando vocês para uma visita ao CPDOC. Experiências tão ricas como essas que aqui assistimos, precisam ser conhecidas por outras instituições que também trabalhem com a questão da memória. É necessário buscar uma maior aproximação entre o “morro” e “asfalto”. É necessário continuar o diálogo. Espero que o debate não se esgote nesse Seminário.

Centro Histórico da Rocinha

30

Comunicações do ISEER

Na Rocinha, tecendo memórias entre jovens e idosos

José Luiz de Souza Lima

Historiador e membro fundador do Centro Histórico da Rocinha

Fui morador da Rocinha por 38 anos dos meus 40 anos de vida e, assim, não tenho como me desvincular do lugar. Desejo, cada dia mais, mesmo não morando mais na Rocinha, contribuir para que aquela comunidade seja um espaço melhor, seja um lugar melhor para as pessoas viverem, tocar suas vidas, criar seus filhos. Mesmo não morando na Rocinha, continuo indo lá todas às quartas-feiras e sábados. Quarta-feira me encontro com esses jovens para conversarmos sobre história e memória e, aos sábados, dou aula no pré-vestibular comunitário.

Gostaria de falar como nasceu o Centro Histórico da Rocinha. Começou por volta de 2000, quando ainda trabalhava no Balcão Sebrae da Rocinha. Eu e um colega, o Raimundo Avelino, estávamos discutindo sobre a possibilidade de ter um lugar na Rocinha onde pudéssemos concentrar informações sobre a comunidade: número de habitantes, as vocações econômicas daquela comunidade, as vocações culturais, os negócios. Enfim, reunir informações que pudessem auxiliar no entendimento e na elaboração de futuros projetos locais. O Sebrae, por exemplo, tinha um grande interesse de estar concebendo e até motivando algumas iniciativas, principalmente, na área econômica. Nestas discussões sobre a criação desse centro de armazenamento de dados e informações, a gente foi pensando como isto poderia acontecer.

Na época, já estava na UFRJ cursando História e então falei com o Professor Silvio Almeida, orientador da minha monografia: “Nós estamos interessados em desenvolver um trabalho na Rocinha, na área de pesquisa. O senhor teria interesse em conhecer a comunidade, nos ajudar, nos orientar sobre como nós podemos fazer isto?”. E, de pronto, ele se interessou em estar com a gente, de estar pensando como isso poderia acontecer. E foi assim que a gente iniciou um processo de discussões, convidando outros jovens universitários da comunidade para tentar organizar um espaço onde pudéssemos concentrar estas informações. E seriam, como eu já disse, informações de várias áreas: saúde, educação, economia, arte, cultura, esporte, lazer, ou seja, todo tipo de informação que pudéssemos levantar.

Havia ainda uma outra questão a tratar: a juventude da Rocinha. Quem tinha sido jovem naquela comunidade sabia dos desafios que a gente tem que enfrentar no dia a dia, o que é viver numa comunidade, viver numa favela. Fiquei pensando o seguinte: “a gente pode trabalhar com estes jovens e estar discutindo com eles esta questão de história e memória. Peguei o livro “Varal de Lembranças”, que resgata o lugar da memória na comunidade da Rocinha, que a Professora Lygia Segala ajudou a organizar lá na década de 1980 junto com a Tânia Regina, uma educadora comunitária da Rocinha. Então, comecei a ler o livro página por página. Lia e relia e pensava o seguinte: “como é que a gente poderia trazer para o presente essa discussão, principalmente, a de uma identidade, uma identidade jovem. Nas várias discussões que nós tivemos com os jovens, uma coisa que a gente podia perceber é o quanto de



Favela da Rocinha em 1960: época anterior à construção da auto-estrada Lagoa-Barra

potencial esses jovens têm e como podíamos motivá-los para as coisas mais positivas que aparecem na cabeça deles. Num primeiro momento, comecei a discutir a imagem que se tem sobre a favela, a imagem que se projeta sobre a favela, de forma negativa, e que isso é uma construção, não é um dado natural. A favela não é isso, ela não nasceu assim. Ela não é esse espaço de marginalidade, de ladrão. Ontem à noite, nós vimos no livro “Um Século de Favela” exatamente essa questão, essa imagem que atravessou todo o século XX – da favela como espaço da marginalidade, da malandragem, e, hoje, associado à violência – e como isso age na vida desses jovens, como eles conseguem reagir a essa realidade que lhes é imposta. E mais, como a memória e a história poderiam servir de instrumento de reflexão, de produção de uma identidade positiva, de uma identidade de afirmação e como poderiam funcionar no sentido de ajudar esses jovens a interpretar o espaço social que é a favela no Rio de Janeiro.

Para termos mais elementos de reflexão peguei alguns exemplos no “Varal de Lembranças” que remontam a história da favela da Rocinha, na década de 1970 (que é a discussão da minha monografia), época na qual a Rocinha começa a demarcar uma identidade a partir da organização comunitária. Então, a favela se organiza para resistir à

remoção, se organiza para melhorar as condições da favela com a limpeza de valas, das encostas, da luta pela água, pela luz, pela implantação de uma passarela sobre a Estrada Lagoa-Barra. E dentro desse movimento comunitário as várias lideranças presentes foram percebendo que eram capazes de mudar aquela imagem da favela, através de uma ação coletiva, de uma auto-afirmação, de se unirem em torno de um objetivo comum, que é exatamente melhorar as condições da favela e mostrar ao poder público que eles podiam permanecer ali. Ontem, alguém falou que quando o Favela Bairro chegou na Rocinha perguntaram aos moradores: “Vocês querem se mudar daqui, querem ir para um aluguel, ou querem ficar?”. Muitas pessoas disseram que queriam mudar. Mas no tempo da remoção não havia essa opção. Uma forma que a favela encontrou de dizer que queria ficar foi através do movimento comunitário, da organização de base. Inclusive, foi fundamental o papel da Igreja Católica nesse momento de organização das pessoas. Acho muito interessante este momento da fala do morador, um momento em que ele tem a oportunidade de não precisar de interlocutor para representá-lo perante o poder público.

Voltando a falar dos jovens, o que queríamos mostrar para eles? Existe a possibilidade de mudar e melhorar o lugar onde eles

moram. Não só na questão da estrutura, da infra-estrutura, de ter ruas asfaltadas, ter um posto de saúde, escola, policiamento, mas na questão das relações humanas. Esse é o ponto fundamental nessa discussão que a gente vem tendo com os jovens.

Estamos trabalhando com a memória – através do “Varal de Lembranças” – no intuito de perceber a vida dinâmica das pessoas na Rocinha, da vida na Rocinha, a diversidade de cultura, de arte. A Rocinha é dividida em cerca de 21 localidades e cada uma tem suas especificidades, suas diferenças, sua forma de se organizar. A gente está começando a entender isso. Nossa discussão com esses jovens é pensar que dentro dessas diferenças nasce também um processo coletivo. A gente não quer igualar a comunidade para que todos pensem igual, todos queiram as mesmas coisas. O que a gente busca é recriar, reconstruir dentro da favela o movimento comunitário.

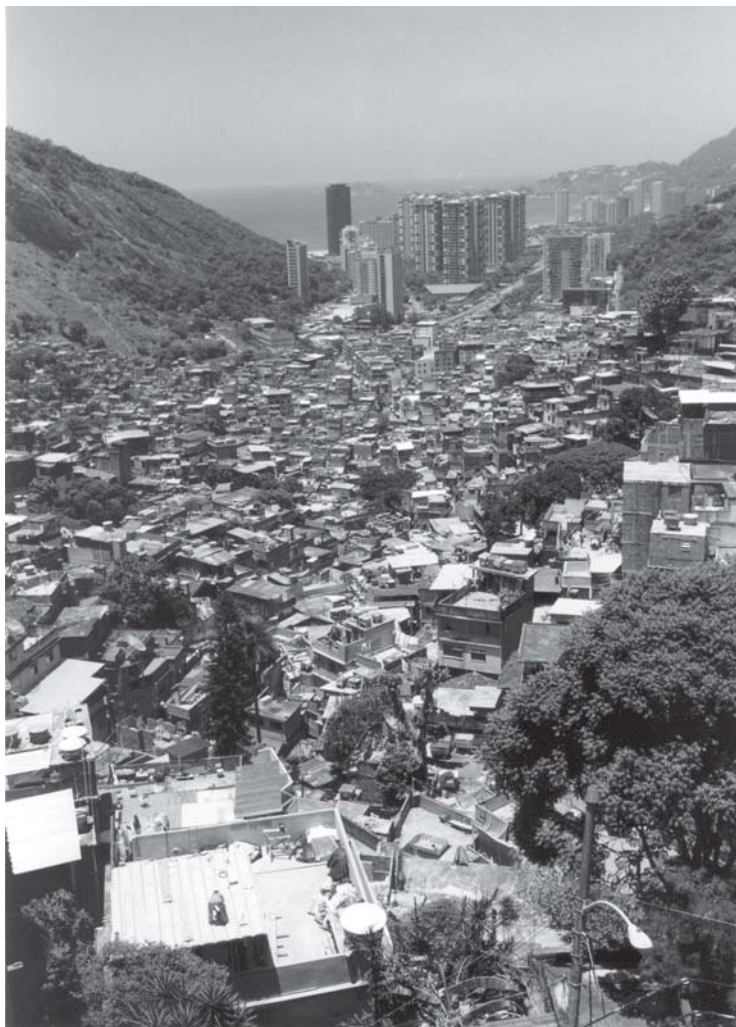
Vou citar uma fala de ontem no encontro: “A importância de dar ao idoso, aos nossos velhos, no bom sentido, o papel de educação, dele ser reconhecido dentro da comunidade” e, graças a Deus, nós temos muitos idosos na Rocinha que podem estar contribuindo para este trabalho que a gente está dando continuidade e que, inicialmente, foi feito pela Lygia Segala e tantos outros. Os jovens irão, assim, ter contato com os idosos para entrevistá-los. A gente sonha um dia fazer um encontro sob o título ‘Tecendo memórias entre os jovens e os idosos’. Vamos ver no que vai dar.

A memória é só uma parte do trabalho que estamos realizando na Rocinha. Por exemplo, temos aula de fotografia todos os sábados para os jovens. O importante é perceberem a foto como um documento, um registro. Eles aprendem também a realizar uma entrevista, como tratar os documentos e também estudam textos, uma parte mais teórica, sobre história e memória.

Trouxe comigo a fala de uma menina de 15 anos que participa desse nosso projeto. Confesso que fiquei muito emocionado. Ela diz: “Nós precisamos conhecer nossa história porque teremos capacidade suficiente para mudar a nossa história de luta. Ao pensar na Rocinha, penso no quanto ela pode melhorar a cada dia”. E enfatiza: “que melhore para melhor”. É coisa de jovem: “melhorar para melhor”. Ela não quer só melhorar, ela quer que melhore para melhor. Eu fico encantado cada vez que posso estar com eles e escutar o que estão falando. São essas e outras histórias que vamos colocar no jornal comunitário da Rocinha, no site www.mundorocinha.com.br. Quer dizer, colocar isto aqui para que as pessoas possam ler e perceber o quanto esta comunidade é capaz de produzir e o que ela já produziu.

Ontem, aqui no seminário, ouvi atento ao debate sobre “pesquisador de fora, pesquisador de dentro”. A discussão era qual tem mais ou menos validade, qual traz benefícios para a favela, enfim, foram muitas as questões debatidas neste sentido. Lembro de uma conversa que tive com a Lygia Segala, por ocasião de uma entrevista, e ela me disse que o importante é atentar para os vários discursos, para as várias falas e assim termos um debate mais rico. Não vamos botar uma cancela ali na porta da Rocinha e falar que pesquisador de fora não pode entrar, não pode falar sobre a história da Rocinha. Acho que pode e deve. Imaginem se somente os franceses pudessem falar sobre a história da França? Seria até difícil para eles se afirmarem. E fico pensando sobre a importância de ter esse diálogo. Acho que é um ganho para a comunidade no momento em que nós temos a possibilidade de colocar a nossa fala nesse debate, sem querer anular a voz dos outros, dos de fora, mas a gente conseguir dialogar. Um texto da Leidiane¹ pode ser colocado na mesa junto com o livro da Lygia Segala, do Marcos Alvito, da Regina Novaes e de tantos outros. É incrível a oportunidade de ver onde essas falas se encontram e,

1 Leidiane é uma jovem integrante do projeto ‘Centro de Documentação e Memória da Rocinha.



Klita Pedrosa/Viva Favela

Rocinha, em 2003, junto ao bairro de São Conrado

acima de tudo, no que essas falas podem ajudar a melhorar as condições de vida das pessoas. Vou pedir licença ao Raimundo para utilizar uma fala dele: –“O importante é o que faço com o conhecimento que tenho”. Qual a utilidade deste conhecimento? Acho que isto é fundamental. Esse espaço aqui que nós temos para o encontro de várias falas ajuda a construir uma cidade melhor. Se ela é partida, como diz o Zuenir Ventura, ou se ela é cerzida, como diz o Adair Rocha, isso nós vamos responder pelas nossas atitudes, pelo que cada um está fazendo. E assim, vejo este seminário como um início, da gente começar realmente a melhorar esta relação favela e asfalto.

Só para encerrar, ontem conversava com os jovens o seguinte: fisicamente, como espaço geográfico dentro da cidade, nós temos como dizer onde a Rocinha começa e onde ela termina. Ela começa ali no final da Estrada da Gávea, na Marquês de São Vicente, subindo depois do Colégio Americano e termina nas Sendas, já em São Conrado. Esse é

o espaço geográfico da Rocinha. Ele está demarcado, é reconhecido como favela desde 1993. Mas e as pessoas? Nós só podemos circular ali dentro da favela? Não. E estávamos falando sobre isso: “aonde nós vamos ao cinema?” “Aonde nós trabalhamos?” Se esta imagem negativa da favela ainda persiste, é porque não entendemos que nós nos encontramos em todos os espaços da cidade, queiram ou não, no ônibus, no metrô, no shopping, no cinema, no supermercado... Então, como é que nós podemos continuar sustentando esta divisão da cidade, essa separação da cidade entre favela e asfalto? Isto para mim é coisa das pessoas que querem continuar afirmando esta diferença, trabalhando pela exclusão, buscando manter o pobre no seu lugar e falar: –“Você vai ficar aí, numa sub-cidadania. Você não tem direito”. Mas nós, que estamos na academia, que estamos discutindo sobre memória, favela, cidade, violência, acho que nós temos o papel fundamental de dizer o seguinte: para nós existe uma cidade com muitas diferenças. Mas acima de tudo, o que nós queremos em comum é viver numa cidade melhor, com direitos para as pessoas. Lembrei de uma música dos Titãs onde dizem: “A gente não quer só comida / A gente quer comida, diversão e arte”. É isto o que o jovem da favela quer. É isto o que os favelados querem. Direito à vida, direito à sua cidadania. Quer arte, quer comida, quer trabalho, quer namorar. Coisas comuns, nada além disso. Nosso trabalho, gente, está nessa direção. Encerro minha fala agradecendo a atenção e lembrando sempre para os jovens: daqui a alguns anos, vocês é que vão estar assumindo os lugares de liderança da Rocinha, de administrador regional, de presidente da associação de moradores, tocando o projeto do jornal comunitário, pois eu e o Carlinhos² vamos passar. Não é verdade, companheiro? Nosso tempo tem um limite e a gente está preparando essa garotada, como tantos outros que estão aqui do nosso lado.

2 Carlos Roberto da Silva Costa líder comunitário e coordenador da área de Segurança Pública do Viva Rio

Com a palavra, os jovens da Rocinha

Alan Carvalho de Sousa

Gostaria de iniciar dizendo que, aos 15 anos, estar aqui nesta mesa apresentando minhas idéias e escutando vocês é uma honra. Estou acabando o segundo grau e já conversei com tanta gente importante aqui: professor de faculdade! Nunca imaginei. Bom, vou falar agora das minhas atividades e a de outros jovens na Rocinha. Participo de alguns grupos dentro da comunidade, como o grupo de prevenção da AIDS, o GRAAPAR; um grupo de teatro, o Roça CaçaCultura, que tem como maior projeto a Via Sacra da Rocinha. Também faço parte do grupo Ecoar. Gostaria de mostrar o lado positivo da Rocinha já que o jornal só mostra o lado negativo. Como algumas pessoas estão sabendo, não sei se todas, a Rocinha passou neste último final de semana por um transtorno. Teve invasão, prenderam e tal. E a gente recolheu algum material de jornais para mostrar. Mas a gente queria mostrar que tem outras coisas na Rocinha como a Escola de Música da Rocinha. Lá existe um sexteto super bacana que vai para Alemanha agora em agosto. Nossa insatisfação é que o jornal não mostra isso. Com isso encerro dizendo: a favela tem memória não só negativa como positiva também. Acho que é isso.

Maria Luene B. de Paiva

Também tenho quinze anos e faço parte, há um ano, do grupo GRAAPAR de prevenção à AIDS e às DSTs e agora estou neste projeto com o Zé Luiz. É uma honra estar aqui com todos vocês. Bom, daqui para frente a gente está com este projeto e, se Deus quiser, a gente vai conseguir mostrar o lado positivo e o lado negativo de viver numa comunidade como a Rocinha. Porque sempre tem um positivo, como o Alan disse. E, contar a história da Rocinha é importante porque muitas pessoas não conhecem e podem conhecer mais. É isso.

André Silva Martins

Também faço parte do projeto Memórias e Estórias da Rocinha, do grupo de teatro Roça CaçaCultura. Participo de um outro grupo que tem na comunidade que é o A Hora é Essa e faço parte do projeto Ecoar, e assim, cada vez mais, me interesso em participar destes projetos. Foi num momento da minha vida dentro da comunidade que me virei, olhei para Rocinha e vi o valor, o valor que ela tinha para mim e para todo mundo. Olhei assim para ela e pensei: 'Caramba, se a gente, nós, jovens da comunidade, não nos interessarmos, não nos esforçar-

mos, valorizarmos o que a gente tem, quem o fará?'. Conheço pessoas de outras comunidades que perguntam: 'Como é que é lá?' E a gente fala: 'Lá tem lugar para sair, para curtir, é uma comunidade maneira, a gente conhece todo mundo, tem conceito para conversar com todo mundo'. Nós curtimos o lugar e os moradores de outras comunidades também acham nosso lugar de moradia legal.

Quero lembrar ainda que vou participar de projetos ambientais na comunidade. Faço isso verdadeiramente por amor à comunidade onde moro. Meu objetivo não é individual. Quero ver a comunidade crescer, se projetar, mas não com as coisas ruins que a mídia mostra. Quero que falem da escola de música, dos grupos teatrais, dos espetáculos na comunidade. Assim quero que a minha comunidade se projete. Não só para nosso país, mas para o mundo, pois quem vem de fora poderá descobrir que aqui não é só violência, que aqui é um poço de alegria, solidariedade e cultura.

Charles Damasceno

Faço parte de algumas ONGs na Rocinha e de grupos como, por exemplo, o GRAAPAR, de prevenção à AIDS, o Roça CaçaCultura, uma companhia teatral da Rocinha que promove o espetáculo da Via Sacra, como já foi dito. A maior luta do nosso grupo é ter um Centro Cultural na Rocinha digno, com cinema, teatro, biblioteca, espaço para esportes etc. Faço parte do Ecoar e do projeto do Zé Luis, Memórias e Estórias da Rocinha. Também faço parte da Escola de Música, como vocês também já viram. E, tenho um desejo, como o André, de que a Rocinha seja vista por seus grupos teatrais e pela sua cultura. Não quero que um dia os turistas cheguem à Rocinha e ouçam (como ontem ouvi) alguns guias turísticos falarem que 'é dos colégios da Rocinha que saíram vários chefes do tráfico'. Isto é uma tremenda mentira. Eu quero que eles falem que lá tem escola de música e que, desde 1994, já passaram 500 crianças por lá. Quero que falem dos grupos teatrais, quero que falem dos esportes. Não quero que falem só do tráfico, que a Rocinha é um lugar de marginais, todo mundo que mora lá é marginal. Não. Estamos nós aqui provando isso. Nós estamos lutando para ter um futuro digno, para melhorar a nossa comunidade. Um dia, a Rocinha vai ser reconhecida como um marco na cidade do Rio de Janeiro. E também falar do projeto Via Sacra, que leva 10 mil pessoas, toda sexta-feira santa, às ruas da Rocinha para ver o espetáculo. É lindo, é maravilhoso. Aconselho a todos vocês assistirem. Queria que vocês chegassem na Rocinha e vissem o tráfico, mas (se quisessem) poderiam também ver arte e cultura. Esse é um grande sonho. Vou lançar uma pergunta para vocês: preferem ver a Rocinha assim, sendo invadida por policiais ou assim, cheia de pessoas participando da arte, da música, das variadas formas da cultura local?

Varal de Lembranças, histórias da Rocinha: recados para quem for reacender o balão japonês

Lygia Segala

Antropóloga e professora da Faculdade de Educação da UFF

Eu gostaria de começar esta conversa pelo tempo presente. Sou professora de Antropologia na Universidade Federal Fluminense. Lá estamos criando um Laboratório de Educação Patrimonial onde procuramos desenvolver pesquisas, projetos de extensão, seminários sobre o patrimônio cultural brasileiro material e imaterial. Recentemente, concluímos com alunos da Faculdade de Educação, que são, na sua maioria, professores do Ensino Fundamental da região metropolitana do Rio de Janeiro, um Almanaque de histórias para contar sobre a cidade de Niterói. A partir da pesquisa sobre os bens tombados da cidade – casas antigas importantes na história do lugar, fortes, igrejas, monumentos – o grupo escreveu pequenos textos, misturando informações documentais e ficção, emendando papéis de arquivo e casos de amor, de pirataria e de assombrações. Importou ver como essas alunas-professoras se apropriavam do espaço urbano, da trama das ruas, dos tipos de moradia, do movimento da praia. Foram processualmente incorporadas, nesse repertório, entrevistas com pescadores, ambulantes, benzedeiras; trovas, desenhos, fotografias, cartas inventadas. Criamos caminhos pela cidade que passam pelas ‘esquinas reais’ e pelos ‘canteiros do imaginário’. No Almanaque Bandas d’Além (antigo nome dos lados de Niterói) essas alunas-professoras, trabalhando com a memória social, recriaram o espaço da cidade. Terminado este primeiro ensaio, começamos a explorar mais atentamente o que se discute hoje como patrimônio imaterial ou intangível. Que “saberes”, que “fazeres”, que “meios de expressão”, que festas, que ritos constituem a vida cotidiana dessa cidade, nos bairros, nos *morros*, nos sítios mais afastados.

Pois bem, é nesse momento, acabando de sair de uma reunião do Laboratório, para acertar nossos projetos e planos de curso, que Regina Novaes me liga convidando para participar deste Encontro, para realizar este trabalho sobre a memória: recordar a Rocinha de fins de 1970, o nosso *Varal de Lembranças*¹.

Ontem, escutando os colegas da Maré e do Borel, percebi como este trabalho, o *Varal*, que já tem 20 anos, tem profundas conexões com as discussões, com as idéias, com as perguntas aqui apresentadas e, hoje, trazidas pelo José Luiz liga fortemente com o que desenvolvo atualmente na UFF, no âmbito da educação patrimonial. Lembrando do Eduardo do Maré de Histórias, da contação de estórias, podemos iniciar, dizendo que há muitos e muitos anos atrás, no tempo em que se fazia tamborim com a pele do gato da vizinha, eu alfabetizava adultos na Escola Comunitária da Aspa – Ação Social Padre Anchieta, na Rocinha. Sobre a Aspa e o trabalho comunitário lá desenvolvido, acho que o Cristiano certamente vai falar aqui com todos os detalhes. Eu abrevio esse pedaço.

Porém, antes de entrar na sala de aula da escola noturna, gostaria de, retomando o que Dulce Pandolfi já falou ontem, frisar rapidamente alguns pontos sobre o lugar das favelas na história do Rio de Janeiro, até aqueles anos. Esses espaços físicos e sociais eram vistos, freqüentemente, desde o início do século 20, como lugares anti-higiênicos, onde a sujidade sugeria os vícios e a desordem social. A favela era realidade patológica, doença, praga, quisto, calamidade pública. As políticas sociais – há vários estudos nesse sentido – se preocupavam em disciplinar e moralizar esses espaços “promíscuos e perniciosos”, ou então, em eliminá-los das áreas mais valorizadas da cidade, levando suas populações para a periferia. Ao mesmo tempo, é preciso considerar como, nessas décadas, a favela aparecia, recriada e saudada nas artes, na construção de um típico carioca, malandro, bom de ginga, safo. O movi-

¹ Refiro-me ao livro *Varal de Lembranças: histórias da Rocinha*, apresentado pela União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, publicado no Rio de Janeiro pela Editora Tempo e Presença, em 1983.

mento modernista dos anos de 1920, discutia, principalmente em São Paulo, como devorar os saberes estrangeiros, mastigar a cultura francesa, européia, digeri-las transformando-as em coisa nossa, amorenada, brasileira. No Rio de Janeiro, intelectuais e artistas, interessados nesse “retrato nosso”, frequentavam a festa da Penha, estavam nas rodas da Tia Ciata, nas favelas da cidade. Na música, na poesia, no bloco, no traço e nas tintas, a pobreza e a inventividade dos morros eram temas recorrentes, sinais da “nossa” identidade. A lata d’água na cabeça, o telhado de zinco que espalhava estrelas no chão, o equilíbrio precário das casas emendadas marcavam o contraste e paradoxalmente afirmavam um dos símbolos da cidade: “quando derem vez ao morro, toda cidade vai cantar”. A favela era assim “câncer urbano que precisa ser extirpado” e, ao mesmo tempo, desenho sinuoso, re-encantado do Rio. Lembro de quando era pequena e assistia a chamada, o “plim-plim” do canal 13 de televisão que era um malandro de camisa listrada e chapéu de banda, o Pão de Açúcar, o barraquinho no morro e um “esquindô-esquindô” do tamborim e da cuíca: “TV-Rio...Guanabara...Brasil!”.

É claro que precisamos levar em conta os diferentes contextos intelectuais e políticos da história do país, para compreendermos melhor as celebrações desses “tipos e aspectos cariocas”. Houve momentos em que a cultura popular era mais solenizada, em outros, velada, silenciada... No começo de nossa história na Rocinha, este é um primeiro ponto, estamos ainda nos anos da ditadura, de políticas públicas duras para a remoção das favelas, de intervenção e esvaziamento das associações de moradores. Lembro que íamos lá pro Vidigal. Uma parte do Vidigal fora destruída e algumas famílias eram removidas, num clima de muita tensão, com os policiais armados. Tentávamos acompanhar e documentar fotograficamente esse processo, ligados com a imprensa, atentos para denunciar nos espaços possíveis essas

formas de violência. Havia muita insegurança nessas favelas. A ameaça de remoção pesava sobre a Rocinha, ali estendida nas belas encostas de São Conrado e da Gávea, na zona sul do Rio, área muito cobiçada pelo mercado imobiliário. O medo da remoção atravessava todas as conversas, todos os debates na escola, nos grupos comunitários locais. Dizia-se: “Tudo o que eu construí, tudo o que eu trouxe pra cá, agora vou perder. Vamos pra onde? Pra que beirada da cidade?”

Por outro lado, quero ressaltar um segundo ponto: nas brechas desses processos, rearticulava-se um movimento para a revitalização da FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro), fechada, depois de anos sob intervenção. Ao mesmo tempo, a Pastoral de Favelas da cidade também abria espaços para uma discussão sobre essas políticas, pensando alternativas, projetos de urbanização e de posse da terra. Nesse encontro, reviam-se antigas lideranças, formavam-se novas. Além dos *grupos de base* mais diretamente ligados à Igreja Católica, era importante a participação do Partido Comunista, de algumas organizações da esquerda revolucionária. Essas reuniões mais amplas, trocas de idéias, de experiências, alimentavam o trabalho comunitário de cada dia.

Um terceiro ponto, que quero chamar a atenção, como pano de fundo deste trabalho, era que nesse momento, há uma retomada, ainda que pequena, de discussões sobre cultura popular brasileira, no âmbito de instituições públicas federais. Cá e lá, no anúncio da abertura política do final dos anos de 1970, falava-se na valorização da educação popular, das culturas populares brasileiras, silenciadas, por vezes folclorizadas, no período da ditadura. Foi marcante a proposta de Aluísio Magalhães para a criação do Centro Nacional de Referência Cultural e depois, na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação, já no início dos anos de 1980. Deseenhava-se, nos primeiros traços, a idéia de

reencontrar o Brasil, ‘desclandestinizar’ experiências comunitárias, abrir novas parcerias de trabalho com prefeituras, sindicatos, associações, comunidades de base. Volto a esse ponto adiante porque é a Secretaria de Cultura do MEC que financia a publicação do nosso *Varal*.

Entendidas as ‘janelas’, voltamos para dentro da sala de aula, do curso de alfabetização. A urbanização da Rocinha, como já disse, era um tema que costurava o nosso curso. Promovido por uma das igrejas católicas do local, havia um grupo de saneamento, um projeto de mutirão para a limpeza das valas, para a urbanização da favela. Tentávamos orquestrar o trabalho da escola com essas iniciativas, desdobrando-as na produção de reivindicações junto à Prefeitura por serviços urbanos.

Recebíamos nas escolas lotes de livros doados pelas editoras, pelas escolas das redondezas. Eram livros usados ou de pouco uso que constituíam a nossa biblioteca de referência na época. Em uma das aulas, procurávamos ver nesses textos, como é que a Rocinha ou outras favelas do Rio apareciam na história do Brasil, na história da cidade. Não encontramos qualquer referência. Um ou outro comentário revelava a favela como espaço de todos os males, avivando o estigma e o preconceito. Resolvemos entrar nessa discussão. Como o José Luiz falou: “Afinal de contas, que história é essa?”.

Os meus alunos, eram 16 alunos entre adolescentes e adultos, começaram a buscar respostas. Frequentava a nossa escola um senhor, uma figura absolutamente fantástica, o seu Inácio de Almeida. Tinha 72 anos na época, era faxineiro em domicílios e tinha um conhecimento da história, da geografia, impressionante. Era autodidata, gostava de fazer poesias. Ele, muitas vezes, assistia às minhas aulas. Tinha muito prazer de expor o que lia, ensaiava escritos sobre a formação das favelas na cidade, um projeto de livro:

“Cidade de latas”. Foi nosso primeiro entrevistado. Vale comentar aqui com mais detalhes a produção das entrevistas. Vocês que hoje estão trabalhando com isso, talvez possam aproveitar alguma coisa dessa experiência.

Na reunião da turma, as primeiras questões dos alunos foram: “Mas como é que nós vamos entrevistar, Lygia?”. Como é que é isso de entrevista? A gente vai gravar? Como na TV Globo? Como é que vai ser?” Começamos por fazer um roteiro com o que interessava registrar, pra cada um, quais eram suas curiosidades, que conexões a gente podia fazer entre uma idéia e outra. Dividimos os assuntos, armamos a ordem das perguntas. Cada um escolheu a sua. Quando Seu Inácio chegou na sala de aula, explicamos que queríamos recuperar histórias, a memória social da Rocinha. A primeira coisa que ele disse foi que a favela não tinha história, tinha rotina de sofrimento..., história tem esses aí, o Dom Pedro, o Getúlio, que estão aí nos museus, nas praças públicas. E continuou: “A nossa vida é levantar e trabalhar, levantar e sofrer... a gente não tem história”. Essa sua apresentação foi uma coisa muito forte, porque ele era uma pessoa bem contundente. Houve um certo embaraço, de início, mas logo depois começaram as perguntas: “Como foi a água, a história da luz, o primeiro morador, os primeiros barracos, a brigalhada na Associação, a polícia, a remoção?” As questões seguiam rápidas, cortando muitas vezes as digressões, os casos de Seu Inácio. Lá pelo meio da entrevista, ele se emocionou completamente, dizendo que se dava conta, naquele momento, “que nós temos história”. Falou dessa história cotidiana que a gente muitas vezes descarta, que a gente esquece, que não estava nos livros que ele juntava guardados em estantes de caixotes de maçã. “Mas essa é a nossa história e a gente precisa ir adiante, a gente precisa construir...”. Foi um momento de muita emoção, que mobilizou, contagiou os alunos. Lembraram nomes de antigos moradores que podiam ser

consultados: o tio de um, o pai da namorada de outro. Não fechamos uma lista de pessoas de destaque na comunidade, a priori. Trabalhamos, e o pessoal da Maré falava nisso antes, a partir de uma rede de indicações, uma rede de memória. Um ia indicando o outro: “Esse pedaço eu não me lembro, mas sabe quem lembra? Dona Fulana que mora... Sabe quem é? Ela sabe este pedaço da história, e este outro”. E, através dessa rede, fomos construindo o nosso grupo de referência. Eu quero dizer também que nem todas as pessoas contatadas na comunidade se interessaram ou se encantaram pelo nosso projeto. Ficou claro que o processo de construção dessa memória era atravessado por disputas, por desafetos, por relações de amizade, de lealdade, de parentesco, envolvendo gente de dentro e de fora da favela. Um morador mais velho, muito importante no movimento comunitário, se negou a dar entrevista. Uma outra pessoa, educadora renomada no pedaço, foi também taxativa: “Se eu entrar, fulano vai ter que sair. Se entrar este aqui, eu não entro”. Tivemos o tempo todo que negociar, contemplar diferentes versões, diferentes pontos de vista. Desistir por vezes de algumas histórias.

Um outro aspecto foi a própria lógica interna da entrevista. O José Luiz estava falando aqui sobre como aprender a entrevistar. Naquela época, não procurei formar os alunos no sentido de eles controlarem técnicas de coleta de dados... Para mim era mais importante compreender o que e como queriam perguntar. E mais, como eram muitos entrevistadores, interessava ver como se levava essa conversa, como se aprendia a escutar o outro. É bom lembrar, que muitos dos entrevistados eram pessoas idosas da comunidade. Então, sair à noite, subir a ladeira da escola era difícil. Outros chegavam tarde do trabalho, cansados. Começamos então, a fazer entrevistas em fins de semana. Eram encontros convenientes, nada daquela coisa obrigatória: “No sábado, às três horas, entrevista.” Acho que, neste sentido, o traba-

lho do livro se distinguia um pouco de outras organizações de trabalho comunitário. A gente se encontrava, tomava um cerveja... aí, como era fim de semana, um já levava o namorado, o outro a cunhada que estava na casa passando o dia. Aí, ia aquele grupo entrevistar... Às vezes, eram quase 20 entrevistadores. Você chegava na casa da pessoa, quase que não dava pra entrar... era todo mundo ali. O outro lado também acontecia, pois algumas pessoas iam ser entrevistadas e costumavam chamar o marido, o filho a fim de certificar a lembrança: “José, como era mesmo aquela história? Você lembra disso?”. Chamava uma vizinha, um conhecido. Multiplicavam-se os entrevistados e freqüentemente os entrevistadores também viravam entrevistados. Um ou outro dizia: “Lembro disso que a senhora está contando, minha mãe estava aí, sabe como é que foi?” Assim, entrava o depoimento dele. A leitura da transcrição das fitas mostra bem essas histórias cruzadas, esta ciranda de idéias, esta conversa polifônica.

É interessante notar que, paralelamente a esse trabalho, fiz minha dissertação de mestrado sobre a Rocinha². As respostas dos moradores à minha pesquisa “de tese”, eram bem diferentes daquelas mais soltas, apresentadas nas conversas do ‘*Varal*’. Não era muito claro, apesar das minhas explicações, o uso das suas histórias na Universidade.

Um terceiro ponto, ainda a considerar na realização das entrevistas do *Varal*, diz respeito às versões da história. O José Luiz já mencionou isso. De início, o nosso grupo resistia às narrativas desencontradas. “Lygia, cascata pura o que ele está falando. O outro não disse que foi assim? Como é que agora já é um negócio completamente diferente? Onde é que está a verdade desta história? Cada um inventa um negócio, cada um puxa para um lado. Quem está com a razão?” Discutimos muito sobre isso, as versões que fazem parte da história. Buscamos compreender que, dependendo da posição onde estava

2 Segala, L. (1989) O Risco do balão japonês; trabalho comunitário na Rocinha. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ.

esse entrevistado, dependendo do interesse que ele tinha naquele acontecimento ou naquele conflito, ele dava a sua versão, a sua interpretação. Lembro como essa descoberta foi importante, colocando em questão mesmo as certezas dos livros didáticos. Atentaram para ‘outras’ histórias. Neste caminho, a história foi ficando muito mais complexa, muito mais densa, criando e recriando combinações novas.

Um último ponto sobre a coleta de dados que queria comentar com vocês, diz respeito às fontes. De início, nosso plano era produzir um pequeno folheto mimeografado sobre a Rocinha que pudesse ser utilizado na escola. Com o correr do tempo, a idéia de um livro foi ganhando o grupo, envolvendo a associação de moradores. Queriam um livro do tamanho dos álbuns de retratos – daqueles que guardam nas casas, a memória de cada família e da própria comunidade – e com capa brilhosa! Depois de algum tempo, já éramos o *peçoal do livro*. Lembro-me de encontrar pessoas que diziam: “Ah, você que é do livro? Lá em casa tem uma foto, tem um recorte de jornal, uma carta”. Uma turma de baloeiros queria botar o balão, o balão no livro. A dona Maria das Dores de Mello fez questão de incluir a música que fizera para o Papa. O Fábio, que era na época fotógrafo, ia guardando o que as pessoas ofereciam para o livro. Muitas vezes eram objetos, quadrinhos, poemas, desenhos, letras de música. Para além das entrevistas, esse era o nosso material. Foram dois anos de trabalho. Chegamos então a um ponto delicado: como vamos editar este conjunto de depoimentos, essa mala de coisas? Foram horas e horas e horas de reuniões, de discussão.

O Ivan, do Unidos da Rocinha, que naquele tempo era bloco, deu uma pista fundamental: “A história do morro está contada nos sambas, está contada nos blocos...”. Por que a gente não organiza essa história como se fosse o desfile de uma escola de samba? Ele foi nos explicando: tem a Comissão de

Frente, o Mestre sala e a Porta-Bandeira, enfim, as diferentes alas. Esta idéia das alas foi ótima porque pudemos jogar na montagem das entrevistas com diferenças de gênero, de classe, de idade, de geração, de local de moradia. Por exemplo, as mulheres falam na ala das baianas, a *rapeize* na ala do veneno, a ala das crianças aparece no final etc. Por outro lado, percebemos que, no interior das entrevistas, havia recorrentemente menções a ‘tempos’. Raramente recordavam-se datas precisas: “Mas quando foi isso? Ah, não sei não, mas foi no tempo de um político ou foi no tempo da enchente”. Esses ‘tempos da memória social’, foram nos fornecendo um desenho da história. Fizemos então um cartaz grande na parede da escola, onde colocamos cada entrevistado nessa trama cruzada entre a ordem do desfile da escola de samba e os tempos da memória social. O título foi também decidido em um concurso. Escolhemos *Varal de Lembranças*.

A edição final dos textos, a seleção das imagens, foi um trabalho que fiz com a Tânia Regina da Silva. Tânia era datilógrafa, educadora comunitária, membro da Associação de Moradores. Foi um trabalho exaustivo. Muitas transcrições foram feitas no grupo, mas a edição final, a datilografia do textos nós fizemos, virando noites e fins de semana. Para a produção gráfica, tivemos o apoio do CEDI³, da editora Tempo e Presença. Algumas pessoas do grupo quiseram acompanhar a diagramação, o plano das páginas. Palpitamos no que foi possível. Lembro que o projeto gráfico, na primeira versão era muito arrumadinho. Era um que dizia: “mexe aqui nesta letra”. O outro: “tira esse negócio. Bota aqui um santo, faz não sei o quê, bota uma caricatura”. Fomos aprendendo nessas conversas as artes do livro.

O *Varal* acabou se desdobrando em dois outros livrinhos: o *Picolé, picolé, água pura ninguém quer* e *A Gata Vitória caiu na lixeira e acabou-se a história*, editados pela Editora Salamandra (RJ). Esses livros reúnem histó-

3 Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Rio de Janeiro.

rias da Rocinha contadas pelas crianças das escolas comunitárias. A ala das crianças, que é a última do Varal, na verdade, abre este novo trabalho. São desenhos contados, histórias ilustradas. Esses livrinhos e o *Varal* foram, na época, bastante usados nas escolas comunitárias e na Escola Municipal Paula Brito. Nas escolas municipais, fora da Rocinha, que trabalham com crianças da Rocinha, porém, como foi ontem comentado aqui, a entrada dos livrinhos foi praticamente impossível. Orientadoras e professoras, várias delas, comentaram que aquelas histórias falavam de violência, de sujeira, de macumba, eram casos para psicólogos e que não podiam entrar na escola. Foi uma coisa muito impressionante. Cabe dizer que naquela época, os livrinhos ganharam páginas nos jornais. Saiu matéria sobre o trabalho na revista americana *Times*, apareceu em uma TV alemã, ganhou menção honrosa da Sociedade de Críticos de Arte de São Paulo, rendeu dois filmes documentários. Um deles, o da Eunice Guttman, ganhou a Margarida de Prata da CNBB. Mas as escolas municipais de fora do morro, olhavam os livros de banda. Uma das diretoras me disse: “Isso me repugna. Não vai entrar na escola”. Sentimos aí esse limite, o problema desse investimento, falado por José Luiz, na fronteira, na passagem, nas conexões, nas mediações com a cidade.

Naquela época, éramos todos muito jovens no grupo e todos muito mobilizados, tanto os que moravam no morro quanto os de fora. Essa divisão entre os *de dentro* e os *de fora*, ainda que fosse marcante em inúmeras atividades do trabalho comunitário, eu acho que na experiência do livro ela foi relativizada. Todos nós estávamos muito empenhados em recuperar esta história, o que era o nosso trabalho de todo dia. E entusiasmados, queríamos levá-la para a cidade, para o país. A Secretaria de Cultura do MEC que financiou a edição, estimulou essa direção. Os livros foram referência para inúmeros outros projetos no Brasil que a Secretaria apoiava e que tinham como objetivo a “interação entre a

educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”. Recordo que os livros andaram pelas favelas de Novos Alagados na Bahia, de Peixinhos em Olinda, pelas periferias de Teresina, em escolas comunitárias do Maranhão, de Minas Gerais. Foram reapropriados criando outras histórias...

Nesta onda, neste fazer e esquecer, deixar pra depois, retomar, recriar, reapropriar..., desenhem-se, acho, o exercício do recordar, a dinâmica do trabalho comunitário. Seu Nestor Viana, morador da Rocinha, que se apresentava, naqueles anos, como o “sapateiro Luís XV”, dizia que o trabalho comunitário era como o riscado de um balão japonês. Você acende. Ele sobe brilhante, iluminado, aquela festa. Aí, de repente, ele bate lá numa antena, bate lá na árvore..., lambeu. Ou vem o menino e tasca..., acabou. Um outro vai subindo, subindo, apaga..., cai. Aonde? Ninguém sabe. Mas, mais tempo, menos tempo, chega alguém, estica papel fino, cola bem as dobras e acende de novo um outro balão.

Aprender a pescar juntos... lembranças dos mutirões na Rocinha nos anos de 1970

Cristiano Camerman

Coordenador Geral do Centro de Assessoria ao Movimento Popular – Campo

A Rocinha é uma grande comunidade e eu aprendi muito com a população local. Na realidade, eu vim para o Brasil em 1964, como padre jesuíta, e tinha 20 anos de idade. A minha primeira residência foi o Colégio Santo Inácio, na Rua São Clemente, em Botafogo, onde fui muito bem recebido, ao contrário do General Charles De Gaulle, presidente da França, que chegou ao país no mesmo dia. O Colégio era o local onde moravam os padres e não havia nada para fazer, a não ser aprender a Língua Portuguesa, que os jesuítas da Bélgica não me deixaram aprender antes da viagem. A vista do colégio dava para a favela Santa Marta e eu tinha interesse em conhecer uma comunidade como aquela. Então, no primeiro dia, à

tarde, fui até lá. À noite, quando retornei, contei aos outros jesuítas a minha visita: “Olha, eu descobri a favela Santa Marta...”. A resposta que veio foi “Cristiano, nunca mais”. Essa foi a primeira coisa que me falaram, com firmeza: “Nunca mais”. Isto foi em 1964. Não tenho nada contra os jesuítas. Não sou mais jesuíta. Mas, naquela época, favela já era uma coisa violenta. Porém, conhecer uma comunidade de baixa renda me interessava. Eu era jovem e avaliei que tinha que estudar primeiro e depois pensaria na questão.

Dez anos depois, já em 1974, comecei a trabalhar na Rocinha. Acho que uma coisa foi importante: vocês todos sempre ouviram falar de trabalhar com comunidades de base, de dar o peixe... Pois é, as pessoas têm que sair disso e aprender a pescar. Naquele momento, pra mim, aprender a pescar já era uma coisa ultrapassada. Dar o peixe, não. Aprender a pescar? Não é bem assim. Eu não sabia nada sobre a Rocinha. Então, pensei: vamos aprender juntos a pescar. Isto é uma coisa que está presente dentro de mim. Isso eu aprendi até com os gregos. Eles já pensavam um pouco nisto. Vamos aprender juntos a pescar e cheguei a uma comunidade que não conhecia e queria conhecer, mas que era tão diferente pra mim.

Então, soube da existência de uma organização não governamental chamada Ação Social Padre Anchieta (Aspa), que já existia mas funcionava precariamente. O que queria realmente era trabalhar com comunidade, mas como não tinha experiência, imaginei que íamos aprender juntos a pescar. E realmente, acho que fiz muito isto na Rocinha. A Aspa, a Igreja..., bem, na época, em 1974, estávamos em plena ditadura. Então, tomavam conta do que a gente fazia e do que a gente podia falar. Foi um momento bem diferente do que vocês estão vivendo hoje. Mas era um momento muito forte da ditadura e começamos a trabalhar juntos. De fato, a Aspa foi importante. Costumo falar que a primeira creche comunitária na Rocinha, foi a creche da Aspa, em 1975,

apesar de já existir uma creche em Copacabana, mas era uma creche muito da Igreja.

Uma outra coisa que a gente dava muita importância: a comunidade faz o seu trabalho e a gente pode apoiar, mas a gente tem que aprender senão vai fazer a coisa errada. Aí começaram a se formar uns grupos que se juntaram com a creche, inclusive um, na Rua 2. Agora, pensando, acho de grande importância, e o Varal de Lembranças fala bastante disso, o mutirão de limpeza. Isso mudou muito o trabalho nas favelas. Foi uma coisa extraordinária, e era época de ditadura, em 1977, um período que vocês devem saber melhor do que eu. Naquele ano, todos os domingos, nos 52 domingos do ano, a gente trabalhou em mutirão. Mas “trabalhou” significava também, trabalhar todos os dias: segunda, terça, quarta, quinta... Havia um grupo, à noite, que circulava e conversava sobre o mutirão. E o mutirão ajudou muito a Rocinha.

Na época, conheci um arquiteto que trabalhava no município e que me disse, em 1976: “Você sabe que a Rocinha vai se mudar para Santa Cruz?” Aí, eu e a comunidade fomos até lá para ver e, de fato, havia uma obra para a Rocinha. Vendo a distância e o local, a insatisfação mobilizou o grupo que insistiu no mutirão de limpeza na comunidade. Houve uma importante participação de agentes externos, mas principalmente, do pessoal da Rocinha. Então, todos os domingos participavam 30, 50 ou 100 pessoas. Nós começamos pela parte de baixo da comunidade porque não conhecíamos o pessoal de cima. Agora, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, todo dia tinha um grupo passando, tinha um grupo recolhendo o lixo. A única coisa que conseguimos da prefeitura foram umas padiolas para tirar o lixo. Havia casas construídas em cima de valas e quando chovia inundava tudo. Os moradores demoraram a aceitar que isso acontecia. Mas durante um ano, com todo mundo nesse trabalho comunitário, que não existia tanto naquela época, recolhendo o lixo, realmente mudou a Rocinha. Em 1974, o movimento nas comuni-

dades de base, na realidade, quem mais participava eram as mulheres. Depois, é verdade, existiu a Pastoral de Favelas, mas isso foi depois. Naquele tempo, ninguém falava nada. Eu lembro de quantas vezes pensando numa creche, qual local, quem participaria, como seria..., ninguém falava. Estou falando isso porque, em favelas, naquela época da ditadura, era completamente diferente. Graças a Deus, hoje todo mundo fala.

Mas enfim, as coisas começaram assim. Estou procurando lembrar coisas que realmente aconteciam. Por exemplo, ter contato com o poder público municipal. Hoje, você pode ir a uma secretaria, ter contato com o município. Naquela época, o que a gente tinha que fazer era alugar um ônibus, ir todo mundo junto e gritar: “queremos entrar, queremos entrar”. A Pastoral de Favelas foi muito importante. Também foi importante trabalhar na Zona Sul, na Zona Norte, em outros lugares. Era a primeira vez que pessoas de várias favelas se encontravam. Todo mundo participava. Era organizado pela Igreja, mas era uma igreja aberta. Havia um padre de Copacabana, padre Ítalo, que realmente respeitava muito e acho que foi um momento de encontro de pessoas de outras favelas. Todo mês, a gente se encontrava em alguma comunidade. Em termos de movimento comunitário, alguma coisa surgiu. As coisas nascem do grupo. Muitas ONGs não se acostumam a isso. Na Aspa, a diretoria era formada também por pessoas da comunidade. Houve quem falasse que eu, por ser da Igreja, teria que ser o diretor. “Não, mas eu não quero.”, respondi. Acabei aceitando ser o diretor espiritual com direito a veto.

Os agentes externos..., bem acho que eram uns quarenta da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Reconheço que foram importantes também. A gente se encontrava aqui, em Botafogo, no IBRADES, onde trabalhava com os jesuítas, e domingo ou sábado pela manhã, a gente passava o tempo todo pensando no trabalho. E os agentes externos querendo trabalhar. Acho que eles tiveram uma

grande importância para a Rocinha poder crescer de uma maneira que acho interessante. Na Associação de Moradores, houve grupos de mulheres e de homens que começaram a participar. A Rocinha também é uma favela tão grande. Naquela época não se sabia, mas se falava em duzentas mil pessoas. A Igreja toda devia se interessar por isso. Participei um pouco também de comunidades no interior, na Ilha de Marajó, no Pará. Sempre que tinha férias, passava um mês na Ilha do Marajó e vivi muito o trabalho comunitário e achei coisas extraordinárias.

Acho que a Aspa realmente tinha um grande número de pessoas que em termos de trabalho comunitário sabia muito bem o que isso significava. Infelizmente muitas já faleceram. Maria já faleceu, Zeni e seu Nestor já faleceram. E todos os outros, que eram diretores, a Rosilda e Joselita. Estou falando dos anos de 1970. Podia acontecer qualquer coisa com qualquer um... era um grupo, era uma comunidade de base na Rocinha. Claro que a gente não abrangia a Rocinha toda. Só abrangeu a Rocinha toda com o mutirão, porque começando embaixo, depois foi subindo e chegamos até a Rua 1, que é a parte mais alta da Rocinha. O essencial que talvez ajudou a Rocinha a ter o seu desenvolvimento, a crescer, a não remoção, acho que foi muito este tipo de trabalho comunitário, aquilo que eu falo: aprender junto com os outros a pescar. As pessoas de fora que trabalhavam na Rocinha sabiam muito bem que trabalhar com a comunidade significava aprender juntos a pescar. E acho interessante que vocês jovens, aqui presentes,...aliás, os jovens, numa comunidade, os jovens na Aspa eram importantíssimos. Várias vezes, acompanhei os jovens da Igreja para a Pedra da Gávea. A gente subia à tarde, passava a noite lá em cima e, às 5 da manhã, celebrávamos a missa olhando para a nossa querida Rocinha, lá de cima. Hoje, ter grupos de jovens em muitas comunidades é muito mais difícil. Por isso, acho interessantíssimo falar sobre os jovens porque a Rocinha vai continuar com eles.

Centros de estudo das favelas

44

Comunicações do ISEER

UrbanData Brasil: pioneirismo na documentação sobre as favelas cariocas

Filippina Chinelli

Antropóloga, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ e pesquisadora do UrbanData Brasil

Vou falar em nome do UrbanDataBrasil a respeito da pesquisa da qual participam vários membros da nossa equipe. Desempenho a função de consultora do projeto “Memória do Pensamento sobre o Brasil Urbano”, financiado pela Faperj, em andamento no UrbanData. O UrbanData é um centro de documentação e pesquisa que possui um imenso banco de dados sobre a pesquisa urbana no Brasil, reunindo uma quantidade enorme de referências – mais de onze mil – com resumo, classificação por área temática, disciplina do autor e localização, ou seja, em que biblioteca e/ou instituição de pesquisa pode ser encontrado o texto.

Atualmente o UrbanData sedia a parte brasileira de um projeto cujo tema está relacionado ao deste encontro. A equipe é coordenada pela prof^a Licia Valladares e é constituída pelo prof^o. Edmond de Preteceille, pela prof^a. Bianca Freire-Medeiros, também editora do nosso boletim eletrônico, o InfoUrbanData, por mim, e conta com a colaboração de Lídia Medeiros, aqui presente, e de Suelyemma Franco. Trata-se de um estudo comparativo que, além do Brasil, abrange mais cinco países latino-americanos: Argentina, Chile, México, Peru e Uruguai, sob a coordenação geral dos professores Alejandro Portes (Princeton University) e Bryan Roberts (University of Texas). De forma bem resumida, o objetivo do “Research Project on Urbanization and Models of



Kliza Pedrosa/Viva Favela

Licia Valladares, coordenadora do UrbanData Brasil

Development in Latin America” é conhecer e analisar as transformações que ocorreram nas principais cidades dos países mencionados durante o período neoliberal, ou seja, de 1980 até hoje, no que se refere aos seguintes aspectos: sistema urbano, mercado de trabalho, violência e formas de mobilização e organização popular. A prof^a. Licia e o prof^o. Edmond estão trabalhando em termos quantitativos os três primeiros temas. Eu, a Bianca e a Lídia estamos engajadas no último tema que, conforme exigência do projeto, no que diz respeito à coleta de dados, está sendo tratado etnograficamente em duas favelas cariocas: Borel e Rio das Pedras. Ou seja, a partir de bases territoriais específicas, a idéia é tentar perceber qual foi o impacto do modelo neoliberal sobre os movimentos populares e outras formas de ação coletiva, como as associações de moradores, ao mesmo tempo em que ocorreu a proliferação de ONGs, cuja atuação está voltada sobretudo para as populações pobres. Em fevereiro, as equipes dos diferentes países reuniram-se em Buenos Aires com os coordenadores norte-americanos para apresentação e discussão dos primeiros resultados do trabalho, e em agosto próximo, ocorrerá um outro encontro, desta vez em Montevideu, para a avaliação dos trabalhos finais que deverão resultar em dois livros a serem publicados em inglês, português e espanhol.

Megacidades: Reencontrar vidas e histórias

Lia Rocha

Socióloga e pesquisadora do projeto Megacidades

Estou representado aqui a Professora Janice Perlman que não pôde vir. Faço parte do Projeto de Pesquisa “A Dinâmica da Pobreza Urbana: Um estudo das Favelas no Rio de Janeiro (1969-2002)” organizada por Janice, professora de Estudos Urbanos da Universidade de *Trinity*, em *Connecticut*. Janice se encontrou com a Prof^a. Regina Novaes, Christina Vital e Marcelo Monteiro no início do ano para conversarem sobre a idéia de fazer esse seminário, idéia essa que a interessou muito. Foi fonte de satisfação para ela também saber da criação de uma rede dentro das comunidades para reconstruir sua história e para apresentar essa história. Ao perceber que não poderia vir, pediu que viesse representa-la. Estou gravando todas as falas para que ela possa conhecer o que aconteceu aqui e tenho certeza de que teria gostado muito das falas de todos.

Janice Perlman fez uma pesquisa no Brasil no final dos anos sessenta. O projeto inicial era fazer uma pesquisa sobre migração e como os moradores de favelas que tinham vindo do interior se adaptavam à vida na cidade. Ela escolheu três comunidades que pudessem apresentar uma variedade de possibilidades, ou seja, uma favela na Zona Sul, uma favela na Zona Norte e algumas favelas e loteamentos em Duque de Caxias, na área metropolitana do Rio. Junto com uma equipe de pesquisadores, entrevistou 600 moradores de favela e 150 líderes comunitários sobre suas histórias de vida e seus valores. Além disso, morou nessas comunidades enquanto a pesquisa estava sendo realizada, fez uma imersão mesmo nesses lugares, teve uma experiência muito pessoal. E percebeu que o tema mais pungente e interessante naquele momento era pensar como as favelas estavam inseridas dentro da cidade, qual a relação que o “asfalto”, seja ele o poder público, a



Kika Pedrosa/Alta Favela

Janice Perlman, coordenadora do Megacidades

elite, o mercado de trabalho formal etc. tinha com essas comunidades. É importante pensar que o fim dos anos 1960 e começo dos 1970 foi um período em que a política de remoção de favelas estava muito forte. O resultado dessa pesquisa se transformou no livro “O Mito da Marginalidade”, que discutia a idéia da inserção das favelas dentro da cidade do Rio de Janeiro.

Na época, a versão oficial era que as favelas eram locais à margem da sociedade, que não tinham inserção dentro da cidade, não faziam parte da cidade. Era apenas o local onde moravam marginais, pessoas com valores contrários ao trabalho, à moral, etc. E no seu livro, Janice busca mostrar que as favelas e seus moradores tinham uma inserção profunda dentro da estrutura social da cidade, só que de forma assimétrica, de forma desigual. Eles faziam parte do mercado de trabalho. Eles faziam parte do mercado cultural. Mas sempre numa posição de desigualdade. Eles tinham os piores trabalhos, geralmente em serviços domésticos e outros trabalhos precários, como biscates. Eles também participavam ativamente da vida cultural da cidade. Mas nunca era dado valor ao trabalho que executavam, à sua luta pela sobrevivência. Em outras palavras, não lhes era dado crédito pela contribuição para a vida social de então.

De 1969 para cá, ela tentou voltar ao Brasil para retomar esse estudo, mas nunca pôde. Saiu do Brasil meio corrida, na época da ditadura, já que o regime militar não queria



Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

Situada no bairro do Leblon, na década de 1960, a favela da Praia do Pinto foi removida definitivamente em 1969

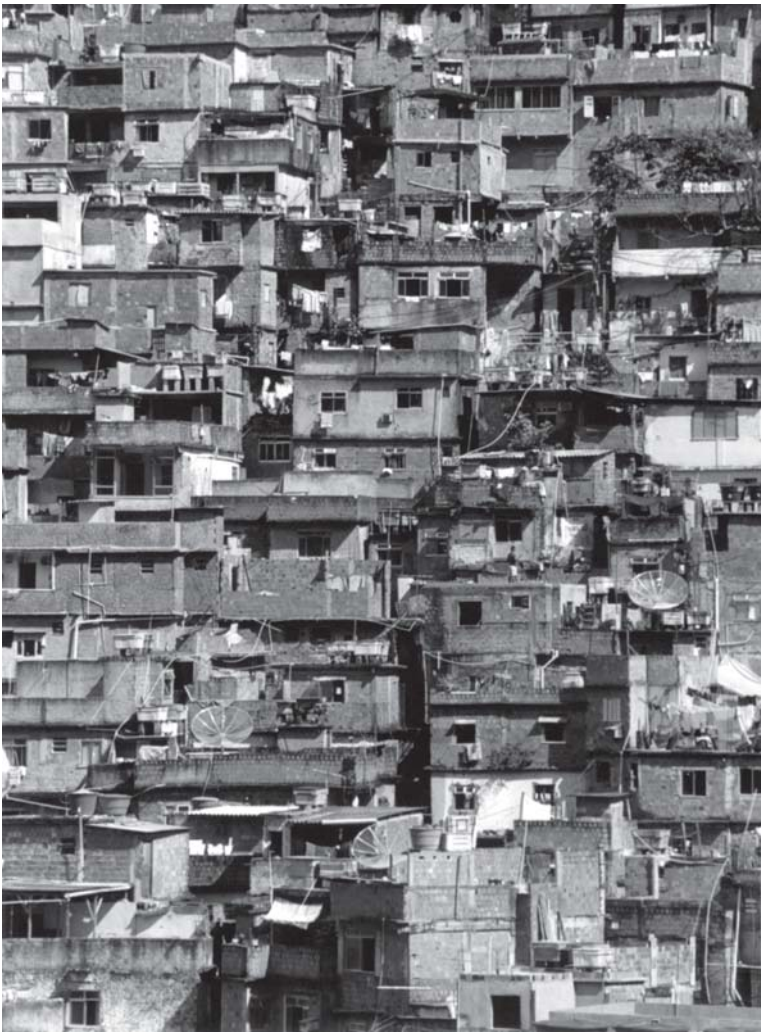
que ela levasse os dados da pesquisa para fora do país. Ela teve que levar os dados escondidos, como se fosse muamba. Depois disso ela tentou voltar, mas além do problema com o regime militar, ela não conseguiu financiamento. Mas desde de 1999, ela está aqui fazendo essa pesquisa na qual estou inserida.

A idéia inicial era entrevistar as mesmas pessoas entrevistadas em 1969, depois entrevistar seus filhos e comparar, tanto em termos de dados sócio-econômicos como em termos de inserção política, de participação, de associativismo, dos direitos sociais, essas duas gerações.

Nesse momento, nós estamos finalizando a fase de procurar as pessoas entrevistadas em 1969. A pesquisa é meio fluida, meio contínua, porque você está sempre reencontrando novas pessoas que foram entrevistadas. Então, é um trabalho constante. Cada pessoa que você encontra, encontra também sua família, seus filhos e temos, assim, outras pessoas para entrevistar. Pretendemos, no segundo semestre, iniciar a aplicação de questionários entre os netos dos entrevistados originais, já que Janice tem como hipótese que a melhora no *status* econômico dessas pessoas deve estar mais visível na terceira geração, já que os entrevistados originais e seus filhos continuam ainda em situação muito difícil.

A gente já encontrou 170 entrevistados originais. Já entrevistamos cento e setenta filhos e nós temos ainda mais cento e setenta filhos para entrevistar. Mas nós já temos algumas conclusões iniciais e quem tiver interessado, posso enviar algum artigo da Janice sobre a pesquisa. Essa taxa de localização, para os padrões de um estudo longitudinal, é muito acima da esperada, já que a maioria desses estudos só consegue localizar de cinco a dez por cento das pessoas, ainda mais com um prazo tão extenso quanto trinta anos. A principal razão para esse sucesso na localização é que nós utilizamos os laços de parentesco e amizade existentes nessas comunidades, que permanecem ainda bastante fortes. Com a ajuda dos entrevistados localizados inicialmente, com os quais a Janice manteve contato nesses anos todos, e contratando como localizadores moradores dessas comunidades, nós pudemos re-entrevistar boa parte da amostra original.

A principal contribuição metodológica da pesquisa é uma matriz de história de vida que tem tanto no questionário de 1968 como nos questionários atuais. Essa matriz nos permite conhecer, a cada ano da vida do entrevistado, qual era seu domicílio, cidade e estado, bem como sua ocupação e tipo de vínculo empregatício. Nós contaremos com a ajuda de economistas para, a partir desses dados,



Kita Pedroza/Viva Favela

A Rocinha tem, oficialmente, 55.493 moradores (Fonte: Censo/IBGE - 2000)

conhecer a mobilidade ocupacional dessas pessoas e sua história migracional.

Mais para o final do ano começaremos a Fase 3 da pesquisa, que irá entrevistar uma nova amostra aleatória dentro das mesmas comunidades entrevistadas em 1968. Pretendemos aplicar um novo questionário, que foque menos na questão da mobilidade econômica, como o questionário com os re-localizados, e mais no perfil sócio-econômico dos moradores atuais dessas comunidades. Devemos entrevistar o dobro de pessoas, mil e duzentas contra seiscentas em 1968, e também 25 líderes em cada comunidade. Com essa nova amostra, pretendemos englobar dois níveis de análise, não só o nível do indivíduo, sua renda, ocupação, educação e sua visão de mundo, mas também conhecer as mudanças sofridas pelas comunidades nesses 30 anos. Qual a composição dessas comunidades, quem são seus moradores, no que trabalham, etc. Ou seja, existe uma nova inserção dessas favelas dentro da estrutura social e da vida da cidade do Rio de Janeiro?

Gostaria também de falar sobre as principais hipóteses da pesquisa. Inicialmente, acreditamos que mesmo depois de 30 anos, as favelas continuam sendo um *locus* de pobreza e privação e que seus habitantes continuam a desempenhar um papel similar dentro do estrato mais baixo da estrutura social e do mercado de trabalho. Acreditamos que encontraremos sinais de mobilidade social e de melhoria nos níveis de vida dos moradores das favelas, mas ainda com um limite para essa melhora. Esperamos ainda mostrar que, apesar de terem conquistado um espaço dentro da sociedade, os moradores de favela ainda são bastante estigmatizados pela sociedade, seja por parte do poder público, da mídia ou das classes mais ricas. Outra hipótese é que o nível de associativismo dentro dessas comunidades diminuiu muito, apesar do evento da redemocratização no país. E ainda temos como hipótese que a violência é uma das principais mudanças vividas pelos moradores de favela nesses 30 anos e a que possui maior impacto na vida cotidiana dessas populações.

Algumas dessas hipóteses puderam ser testadas com os dados obtidos dos entrevistados originais localizados. Mas algumas delas precisam ser testadas através da nova amostra aleatória que iremos realizar.

Para finalizar, gostaria de agradecer a presença de Estreliane Vidal, que está aqui, e que também trabalha conosco na pesquisa. E aos organizadores do Seminário pelo convite feito à Janice e pela oportunidade que me deram para falar um pouco sobre a nossa pesquisa.

Para aqueles que estiverem interessados no artigo da Janice, que será publicado no livro “*Urban Informality in the Era of Liberalization*” organizado pela professora Ananya Roy, nós estamos à disposição. Gostaria de repetir que Janice está muito interessada nas discussões realizadas aqui e tenho certeza de que ela estaria tão feliz quanto eu de estar aqui.

Comentários e Controvérsias II

48

Comunicações do ISEER

Memória e identidade: as comunidades populares em uma cidade plural

Jailson Silva

Geógrafo e professor da Faculdade de Educação da UFF e pesquisador do IETS / Observatório de Favelas

Início saudando a idéia da Regina Novaes e o importante trabalho dela e de sua equipe, pela construção dessa Rede de Memórias. Saudar sua tentativa de trabalhar o projeto de forma sistemática, ordenada e na perspectiva de ter uma ampliação cada vez maior. O ideal é que a gente consiga envolver novas comunidades populares nesse processo. E quando se realiza um projeto como esse, abre-se uma discussão, não só sobre as comunidades populares com projetos de memória, mas sobre a própria noção de cidade. E é a respeito desse tema que gostaria de falar com vocês. Falo isso a partir de um lugar muito plural. Sou um dos diretores do CEASM, sou professor da Universidade Federal Fluminense, junto com a Lygia Segala, inclusive somos do mesmo departamento, na Faculdade de Educação. Nós temos vínculos diferenciados lá. Sou geógrafo e ela é antropóloga. E tem o IETS que é um instituto formado, em geral, por economistas que trabalham sobre a temática da desigualdade e pobreza. É uma rede plural. Tem várias posições dentro do IETS e nessa instituição, trabalho com a coordenação do Observatório Social de Favelas.¹

Observatório das favelas: intervensões nas universidades e nas comunidades

A idéia do Observatório de Favelas é criar uma rede de pesquisadores de espaços po-

culares, jovens de espaços populares que possam adquirir instrumental teórico e conceitual para analisar a sua própria realidade. E a partir daí, criar condições para se repensar também o estatuto da cidade, o estatuto dos espaços populares.

Nós temos vários núcleos: Rio das Pedras, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Maré, Vila Kennedy, e estamos em negociação para ir para a Rocinha, já conversando com o José Luiz de Souza Lima e, também, para a Mangueira. O eixo central do Observatório é criar uma rede de pesquisadores que possam estar o tempo todo fazendo a ponte e, inclusive, repensando a própria universidade. A relação da universidade com os espaços populares é profundamente conservadora, é um trabalho com um forte caráter de filantropia. Ainda se abre muito pouco para um diálogo com as comunidades, com os seus atores. Nosso desejo cada vez mais é de estimular esse trabalho. Buscamos construir uma relação com todas as reitorias de extensão das universidades públicas e da PUC do Rio de Janeiro para construir essa rede mais geral. A gente espera que até o final do ano, uma centena de jovens dos espaços populares esteja fazendo essa intervenção na universidade e em suas comunidades.

E estamos encaminhando outras iniciativas. A principal delas é a produção de um grande livro sobre o fenômeno da favelização do Rio de Janeiro. Com efeito, na década de 1960, existe um livro referência sobre esse tema que é o “Mito da Marginalidade” da Janice Perlman. Na década seguinte, tem um livro importante da Licia Valladares, o “Passa-se uma Casa”. No início da década de 1980, tem o livro do Antony Leeds e da Elisabeth Leeds.

1 Em agosto de 2003, o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro tornou-se uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e adquiriu autonomia em relação ao IETS.



Sandra Delgado/Viva Favela

Favela Salsa e Merengue, uma das áreas mais recentes na história da Maré

Depois disso, a gente saiu com obras muito picadas, não tivemos nenhuma obra com uma visão integrada do fenômeno da favelização do Rio de Janeiro. O Observatório está se propondo a esse desafio. O livro deverá ser lançado no meio do ano de 2004.

No livro, a equipe trabalha buscando compreender o tema desde o processo de constituição das favelas, a expansão e como ela chega até agora; as representações em relação à ela; as práticas cotidianas; quais as mudanças ocorridas; quais os cenários futuros possíveis e assim vai. É um livro que trabalha com variadas linguagens: fotografia, dados gráficos, charges, relatos. A expectativa é entender de forma abrangente o fenômeno, trabalhar com ele de uma forma mais integrada.

Bairro, favela, comunidade, cidade: a construção da identidade da Maré

É a partir disso que quero entrar na temática de hoje, a forma como vemos a questão da memória no CEASM. A gente começou o CEASM em 1997, com uma série de conversas em torno de um pequeno grupo; em 1998, começaram as atividades. E a memória sempre foi uma coisa muito presente. Tinha a questão da Cláudia Rose ser historiadora, do Carlinhos ser um historiador amador muito envolvido com a questão da história da Maré. Mas tem também um sentimento que a gente queria trabalhar muito. A Maré, na verdade, é uma construção artificial. Não existe a Maré. Existe um conjunto de comunidades que foi, no início da década de 1990, organizada numa região administrativa pela prefeitura e denominada de Maré. Nesse sentido, o

último número do “O Cidadão”, nosso jornal, discute o que é ser mareense. E quem mais trabalha com a idéia de Maré é o CEASM. O CEASM tem trabalhado muito na difusão e construção dessa identidade. Todo trabalho do CEASM é feito na perspectiva das pessoas da comunidade se articularem com pessoas de outras redes sociais, tanto internas como externas.

Tradicionalmente, há muita discussão sobre a origem do termo favela. Tem pelo menos umas três versões. A maior parte das pessoas da mesa não fala favela, fala comunidade e não é possível ignorar-se que as pessoas das próprias comunidades populares não tratam o seu espaço como favela.

Há duas posições em relação a essa questão. Tem um grupo no campo da esquerda que acha importante garantir o termo favela. Nós já tivemos ene discussões sobre isso: eu, Eliana, Itamar Silva e outras pessoas. Esse grupo acha que é importante chamar de favela porque, oficialmente, a Maré não é favela, a Maré é bairro. A Rocinha não é favela, é bairro. O Alemão também é bairro, o Jacarezinho também é bairro, formalmente falando. E a gente tem uma longa discussão: se a gente chama favela da Maré ou bairro da Maré. Alguns acham que se a gente chama a Maré e as outras de bairro está descaracterizando e não demarcando a identidade desse espaço. No entanto, se a gente chama favela, trabalha-se com um termo que não é usado pelos próprios moradores da favela e não foi definido por eles. Na verdade é uma forma de denominação dirigida ao povo da favela. E cada vez mais, a gente utiliza como se fosse uma coisa natural. Então, a gente quer garantir um nome, que, na verdade, não é uma construção original dos moradores das favelas. Hoje, sabemos que dez pessoas em nove denominam o seu próprio território de comunidade. O pessoal da Maré chama a Rocinha de favela, mas chama a Maré de comunidade. Chama o Alemão de favela e vice-versa. Isso ocorre em todas as dimensões. Por quê?

O termo favela está marcado por uma lógica estigmatizante, marcado principalmente pelo “discurso da ausência”. Tradicionalmente, quando se define favela, define-se por aquilo que ela não teria. “Favela é aquele lugar que não tem água, não tem luz, não tem esgoto, não tem saúde, não tem educação, não tem renda, não tem cidadania!!”. Ora, ninguém quer ser classificado sob a marca do carente... Inclusive pessoas do PT estão usando o termo “carente”, falam de “comunidade carente” de um modo absolutamente natural. O governo do PT no ano de 2002, que fiz parte, falava em “ocupação social”.

Essa é a discussão fundamental sobre a noção de cidade que devemos fazer. Porque quando você fala de ocupação social, você está falando de um espaço que é fora das fronteiras da cidade, fora da *polis*, fora do espaço da civilização e que você vai levar determinado conjunto de equipamentos, acesso a serviços públicos para que ela, enfim, se incorpore. Está implícita essa idéia também no conceito de cidade partida, como se houvesse uma cidade dos incluídos e uma cidade dos excluídos. O que também é uma aberração.

Tem duas formulações que acho de uma violência profunda. Primeiro, essa história de resgate da cidadania. Você resgata uma coisa que as pessoas não têm. Ou essas pessoas já tiveram ou essas pessoas vão ter um dia. Então, qual é o problema fundamental? O problema fundamental, se você reconhece isso, é colocar essa pessoa numa posição secundária. Da mesma forma quando se fala em inclusão e exclusão social...

Estava conversando ontem com um menino lá na Nova Holanda. O menino tem doze anos, a mãe está presa, o pai foi assassinado. E ele está com outro menino que morava com a irmã, a irmã engravidou e saiu de casa. Eles apareceram lá na Nova Holanda, morrendo de fome e começaram a ajudar na ‘boca’. Esses dois meninos são excluídos sociais. O problema é que o povo do CEASM que veio aqui fa-

zer a apresentação também é excluído socialmente. Demarca-se então uma identidade de exclusão como se houvesse dois espaços, dois universos; como se não houvesse uma cidade plural e ao mesmo tempo única, singular.

Afinal, qual é a gradação dessa inclusão? O que é estar incluído? É ter poder de consumir? É ter acesso à escola? Na Maré tem treze, catorze escolas, por exemplo. Na Maré tem oito postos de saúde; na Maré tem asfalto, tem comércio, capacidade de consumo, pelo menos, os meios de consumo têm níveis variados. O que significa exclusão social? O que significa preparar para cidadania?

No fundo, a gente utiliza uma série de mecanismos ou explicações que não trabalham com alguns conceitos básicos. Existe uma cidade unificada, existe uma cidade plural mas unificada que é marcada pela relação de exploração e de opressão da grande maioria da população. Então, existe uma relação direta, por exemplo, entre a condição de vida da Rocinha e os salários que são pagos aos porteiros, às empregadas domésticas na Zona Sul do Rio de Janeiro. E como na Maré, como no Vidigal ou na Zona Oeste. Existem relações dentro da cidade, existe uma circularidade nela, que a constitui enquanto uma cidade única. Eu gostei muito do exemplo que a Lygia Segala deu do sambista, por exemplo. Existe uma forte identidade, uma marca no Rio de Janeiro associada ao futebol, à cultura popular, ao samba. Mas quando você fala da identidade carioca é como se a favela não constituísse essa cidade. É como se o Rio de Janeiro fosse só a cidade maravilhosa.

Tem um discurso contraditório em relação às favelas. Quando interessa, a favela faz parte do espírito da cidade, principalmente a “boa favela” e o saudoso “bom favelado”. É o bom sambista que é o cara agradável, um cara alegre, brincalhão, que samba bem. E existe no cotidiano, uma favela julgada, marcada, estigmatizada, sob o signo da violência.

Quando a gente faz esse seminário “Memória das favelas”, por exemplo, estamos falando para quem? Por que não chamamos, por exemplo, comunidades populares têm memória? ... – não estou defendendo, estou só provocando, sou debatedor, estou aqui para isso...

Quando uma pessoa resgata a sua memória, ela resgata muito mais pela afirmação de uma história e não pela ausência. Todo signo de favela está vinculado a ausência. Então, precisamos redefinir o conceito de favela. Estava conversando com um amigo gaúcho e quando ele soube que o termo usado pelo IBGE para favela e similares é “aglomerado subnormal”, ficou horrorizado. O IBGE continua trabalhando com o conceito do mesmo jeito que era na década de 1950, na década de 1920, marcado pela ausência.

Como se a favela não fosse uma fantástica experiência, e não estou realizando nenhuma idealização, pois não dá para recuperar o culto ao “bom favelado” das décadas de 1950 e 1960. Ela representa um processo gigantesco de enfrentamento de condições adversas por parte de um grupo social que construiu seu *habitat*. A Maré era uma área de mangue. Era uma área que tinha um problema ambiental seríssimo, um conjunto de dificuldades de circulação, no plano de localização e assim vai. Ela foi então, assim, como um conjunto de favelas do Rio de Janeiro, fruto de processo de construção gigantesco. E isso tem história. E isso tem identidade. É nesse sentido que a gente precisa resgatar a memória.

Tem um livro que me marcou muito, há alguns anos. Era um livro de Carlos Mesters chamado “Paraíso Terrestre: saudade ou esperança?”. E essa interrogação pode funcionar também para nós: quando a gente está discutindo memória, alguns costumam ter uma referência nostálgica de um passado meio mítico, do qual costuma-se secundarizar o que não foi saudável ou negativo. Mas a gente também pode dar uma referên-

cia de memória para o futuro. Tentativas de construir referências agora, porque esses garotos que estão aí têm uma memória muito mais próxima. O que ainda é presente para nós já é memória para eles. Fico impressionado quando falo sobre as “Diretas Já”. Para mim, o movimento “Diretas Já” não podia ser memória. Memória teria que ser uma coisa mais atrás. “Diretas” foi um dia desses. Lembro muito bem do que aquilo significava. Evidentemente, uma visão dominada pelo senso comum.

Tradicionalmente, memória se refere a uma história do passado. Porém, acho que o fundamental nesse processo é buscar pensar a memória como um resgate cotidiano das práticas sociais e das representações. Nesse sentido, o registro da memória de forma regular e permanente, em variados níveis, é fundamental. Inclusive, a memória da esperança, a memória da favela que a gente quer, para que a gente consiga lembrar no futuro como é que a gente queria a favela.

E hoje cada vez mais, a favela que a gente queria há trinta anos, a Rocinha já é, a Maré já é. Não tem barraco mais, na maioria das favelas, quase nenhum barraco. As casas são de alvenaria, tem acesso a um monte de coisas. O problema não é, em muitas comunidades, o acesso às coisas públicas. O problema é a qualidade do acesso. O problema não é escola. O problema é que a escola é precária. O problema é que o posto de saúde é precário.

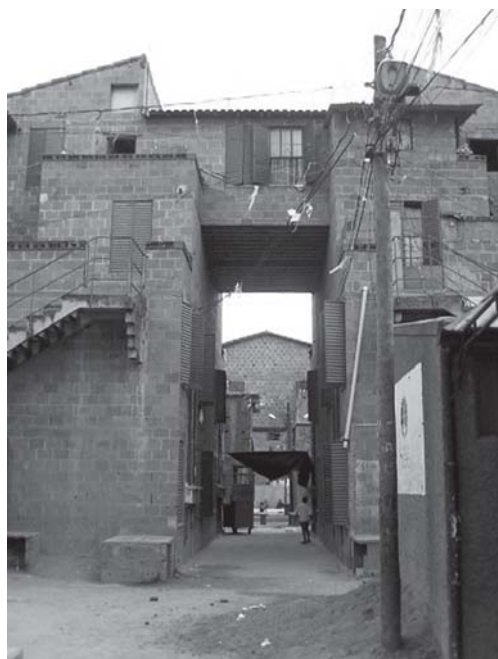
O posto de saúde da Maré é administrado pelas associações de moradores. O lixo também é colhido por garis comunitários. Por que na cidade “formal” o lixo é coletado por uma empresa pública e dentro da favela tem que ser por garis comunitários? Ou por que a cidade “formal” não tem também garis comunitários? Por que na favela tem que ter saúde privatizada ou terceirizada, sob o controle de associações ou de ONGs? Se a gente trabalha com essa idéia, vai constituindo

uma cidade diferenciada, por causa da própria lógica do poder público, que se articula com a lógica de setores da mídia e setores sociais dominantes.

O nosso desafio fundamental é: existe uma cidade só. E nela, todos devem ter direitos plenos em todos os níveis. Isso significa que tem que ter escola de qualidade em todos os cantos, coleta de lixo da mesma forma, tem que ter saúde da mesma forma, tem que ter regularização da propriedade da mesma forma, tem que ter respeito ao espaço público da mesma forma, tem que ter respeito aos padrões de civilidade urbana da mesma forma.

Temos que acabar com o discurso paternalista existente em relação à favela. Um exemplo: A Light quis fazer um trabalho voltado para a redução da inadimplência e das ligações irregulares – o “gato” – em comunidades populares. Foi procurar uma ONG do Rio de Janeiro. Aí, uma determinada pessoa dessa ONG falou que não poderia trabalhar com isso, porque o “gato” era um direito de sobrevivência dos moradores das favelas. Bem, se o “gato” é um direito de sobrevivência, não pagar água também o é. Praticamente todos os moradores de favela do Rio de Janeiro não pagam água. Também ocupar o espaço público colocando um *trailer* no único lugar que tem para jogar bola é um direito de sobrevivência. Comprar objetos roubados também é um direito de sobrevivência. Cometer-se pequenos furtos também é um direito de sobrevivência. Botar uma AR-15 na cabeça do cara para tomar um belo carro, que deve ter seguro, também é um direito de sobrevivência.

São dois discursos padrões: de um lado, o discurso criminalizante que bota a favela para fora da cidade; de outro, o discurso paternalista, que trabalha numa lógica de que o morador de comunidade popular é uma vítima passiva do sistema injusto e desigual. Quando você trabalha com esses dois discursos, você não reconhece a favela.



Nova Maré, Maré, 2002

Débora Lane/Viva Favela

Quero discutir com vocês o seguinte: quando nós estamos querendo discutir memória, estamos querendo discutir identidade; quando estamos querendo discutir identidade, nós temos que caracterizar essa identidade a partir do modo como ela vai se constituindo.

Tem dois aspectos fundamentais da identidade. Primeiro, a questão da construção. Ela efetivamente está sendo (re)construída de forma permanente. Então, a identidade da favela está se construindo de forma histórica. A favela hoje não é mais o que era há quarenta, cinquenta anos atrás. E ela se constitui necessariamente pela diferença. Eu, por exemplo, sou tricolor, gosto de MPB, de um determinado tipo de comida, de um determinado tipo de prática sexual, sou heterossexual. Evidentemente, as minhas práticas não são iguais as de outros. A minha mãe e meus irmãos são muito diferentes, assim como as práticas de um morador da favela e de um morador da classe média da Zona Sul. E vamos construindo a nossa identidade a partir necessariamente da diferença e de valores particulares. Uma coisa que atesta isso: em minha casa tocava muito Roberto Carlos e eu detestava. Mas, quando a Betânia gravou Roberto Carlos, passei a gostar. Caetano gravando Roberto Carlos é outra coisa. Roberto Carlos hoje já está muito mais aceito pelos setores chamados de esquerda,



Beco na Rocinha, 2004

liberal, progressista. Mas durante muito tempo não foi. Isso porque me afirmo como alguém sem preconceitos, embora também não suporte o pagode paulista. Logo, fica evidente que nesse processo de construção da identidade da favela, nós temos de afirmar um posicionamento.

O meu é: a gente precisa pensar urgentemente nossa conceituação de favela. Uma forma da gente intervir nos espaços populares e no conjunto da cidade é reconceituar a favela. É reconceituar para entender a identidade da favela. Então, hoje, para mim, compreender o espaço da vivência da favela passa por tentar entender o discurso desses meninos que estavam aqui. Eles querem que a favela seja reconhecida também na sua positividade.

E não é deixar de reconhecer os problemas que têm na favela. O problema é quando os signos dirigidos em relação à favela são sempre marcados pela ausência e pela violência. No “O Cidadão”, a gente não trabalha com notícias ligadas à violência porque a mídia já trabalha isso demais. A gente não precisa trabalhar mais isso.

O que a gente quer mostrar é o seguinte: morar na Maré é habitar um território marcado por diferenças e semelhanças, identi-

dades e, cada vez mais, por encontros desiguais, e o que queremos é registrar mais essa realidade, criar possibilidades para que as pessoas se articulem, para que elas vivenciem e possam, então, registrar o seu cotidiano. E nós queremos construir um projeto de futuro.

Cidadãos da Maré, do Rio de Janeiro, do Brasil e do Mundo

Porque, concluindo, o que caracteriza basicamente ainda muito de nós é uma noção presentificada de realidade. A gente entende muito o cotidiano como um eterno agora, por isso a dificuldade de construir um projeto de utopia, de futuro. Por que vou estar preocupado com a natureza? Por que vou ter preocupação ambiental, se vou morrer uma hora dessas? Por que vou ter preocupação de chegar à universidade, se eu estou dominado pela necessidade imediata aqui? E aí prefiro sair da escola cedo porque a permanência é um investimento muito longo com um retorno muito distante.

Além da lógica da presentificação, precisamos romper com a lógica da particularização. Nós definimos, por exemplo, na última reunião do conselho editorial do Cidadão que vamos colocar a guerra do Iraque. Nós nunca colocamos um tema de fora da Maré, em geral, sempre trabalhamos com temas ligados à Maré. Só que depois do número no qual tratamos da identidade ‘mareense’, estamos buscando trabalhar com níveis plúrais de identidade. Queremos afirmar que somos cidadãos da Maré, cidadãos do Rio de Janeiro, cidadãos brasileiros e cidadãos do mundo. Nesse sentido, como cidadão do mundo é que a gente sofre e se solidariza com aquela intervenção criminoso de um estado poderoso e desumano.

Então, quando a gente está trabalhando nesse espiral, tentando pegar o particular e ao mesmo tempo trabalhando o universal, a gente está construindo identidades muito mais comprometidas com a democracia,

com a justiça, com a fraternidade, com a solidariedade.

Nesse sentido é que me parece fundamental esse trabalho de memória que está se desenvolvendo, é a tentativa de ver essa vida dentro das comunidades populares com muito mais riqueza, com muito mais pluralidade e com muito mais sabedoria. E que a gente possa sentir como é que essa história vai sendo construída, vai sendo trabalhada e vai sendo feita.

Acho que essa é a perspectiva da gente no CEASM e no Observatório. E tenho certeza que é a perspectiva de todas as pessoas de bem que estão aqui querendo construir um Rio de Janeiro mais legal.

Está claro que nessa questão da identidade, da denominação que a gente utiliza tem uma clara disputa colocada. É uma disputa política. Eu me coloco o tempo todo como militante social. Detesto a idéia de empreendedor social, assim como a idéia de terceiro setor. Sou militante da sociedade civil na tentativa de construir uma cidade com muito menos opressão.

Nesse sentido, questiono a noção de cidade partida, a noção de exclusão social, a idéia de resgatar a cidadania e questiono o termo favela. Não acho que tem problema dele ser utilizado. O meu problema com ele é o mesmo problema que tinha com “ditadura do proletariado”. Quando um conceito não consegue explicar um determinado aspecto do real ou tem que ser explicado para ser utilizado é melhor esquecê-lo. O conceito é só um instrumento para a compreensão da realidade, para apreender a realidade. Assim, em relação ao termo favela, não entendo o apego a um termo que não foi construído efetivamente pelos próprios moradores da comunidade e não é assumido por eles. Prefiro pessoalmente o termo comunidades populares. Pelo menos é mais neutro, não está marcado pelo estigma, mesmo que não diga muita coisa. A definição do Plano Diretor do Rio de Janeiro para bairro é:

“área marcada pela historicidade comum e o acesso a serviços de forma delimitada”. Essa é a noção de bairro. Isso pode ser uma favela. Você pode utilizar essa definição para qualquer tipo de espaço. Nesse sentido, chamar a Maré de bairro não tem problema algum. Porque a noção de bairro é absolutamente imprecisa como a grande maioria de proposições nesse campo.

O negócio é que na questão da favela, embora possa haver ene definições, há um pressuposto comum e geral, o pressuposto da ausência. Favela é o lugar que não tem. Ora, se a favela é definida pela falta de saneamento, falta de água, esgoto, luz, a Rocinha não é mais favela, a Maré não é mais favela, o Alemão não é mais favela.

Acho que a gente não tem ingenuidade, vale a pena ir para o debate e para o embate. Tem gente que acha que temos de brigar pelo legado do companheiro Marx e do companheiro Lenin e, por isso, manter até o termo “ditadura do proletariado”. Desculpe, mas isso é ridículo. Temos de saber, no que diz respeito a manter o termo favela, até onde podemos ir.

Acho que o termo favela, do modo como ele é impreciso conceitualmente, não dá conta de caracterizar os espaços populares. Esses espaços são diferenciais. Então, a proposição que venho defendendo é: ou se usa favela para os tipos de ocupação que ainda estão marcados por essa ausência e, ao mesmo tempo, uma afirmação da luta, do esforço de estar construindo um *habitat* e aí, cria-se outro termo para designar as comunidades já estabilizadas, tal como a Rocinha, Maré etc. ou, simplesmente, esquecemos o termo favela e passamos ao termo “comunidades populares” tentando dar outra conceituação muito mais afirmativa do que o termo usual.

Tem mil questões para a gente falar, mas o mais importante aqui é a possibilidade de estar refletindo juntos sobre isso, é a gente conseguir avançar nessa reflexão e construir ar-

gumentos comuns para essa construção da cidade plural. Acho importante reconhecer isso. A cidade é diferenciada, sim. Só que nós podemos ver essas diferenças como formas de construção de uma identidade humana muito mais plural e rica ou como forma de estabelecer e legitimar a desigualdade.

Então, a diferença pode ser instrumento para a desigualdade ou pode ser instrumento de uma sociedade muito mais humana, rica e diversificada. Cabe a nós resolver esse impasse.

Os museus e as novas formas de institucionalização das memórias: tecnologia e prática social

Mário Chagas

Museólogo e professor da UNIRIO

Inicialmente, cabe um breve esclarecimento. No CEASM, tenho funcionado como uma espécie de colaborador, um amigo do CEASM, um rótulo que em tempos recentes me agrada mais. Cabe também esclarecer que tenho um interesse específico no campo da memória. Um interesse que decorre da minha formação profissional, dos meus vícios e deformações profissionais.

Na verdade, me considero, sobretudo, um militante da museologia, um militante da memória nos seus vários aspectos. É nessa condição que gostaria de discutir alguns pontos.

Falarei, nesse caso, não sobre o CEASM, onde já situei bastante claramente a minha participação de um amigo, de um colaborador que eventualmente atende, com carinho e prazer, a alguma demanda mais urgente nesse campo do museu, do arquivo e da memória.

Gostaria de ter participado do Seminário no dia de ontem, quando o pessoal do CEASM se apresentou. Mas, por outro motivo, eu precisei participar de uma reunião para discutir políticas de museus e memória, em Brasília;

na verdade, junto da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. De qualquer modo, penso que foi importante estar presente lá, pois pude, no mínimo, informar de que estávamos aqui, num seminário para discutir a memória das favelas.

Então, pude, em Brasília, anunciar esse nosso Seminário e dizer: “Bom, se estamos pensando numa política de museus e de memórias para o país, é conveniente saber que, no momento, tem, no mínimo, uma contra-memória sendo pensada, organizada. E como os poderes públicos olham para isso, como os poderes públicos se relacionam com isso?”.

Esse anúncio que fiz do nosso Seminário foi possível e, segundo penso, foi pertinente, porque em dado momento entrou na pauta das discussões o papel do poder público. E nesse sentido, foi importante sublinhar que é notável a presença do poder público nas favelas no combate ao tráfico, mas é um grande ausente quando se trata de favorecer a organização da cultura, a organização da memória, como um direito do cidadão. As favelas têm memória e os moradores das favelas têm direito de acionar os dispositivos de preservação e dinamização de suas memórias. Acionar esses dispositivos é também reconhecer que o direito à memória faz parte da dignidade humana.

Convém adiantar que estou falando em memória de maneira genérica, mas estou ciente de que a memória não é, em si mesma, emancipadora ou coercitiva. Penso que esse é um ponto importante para o nosso Seminário.

Memória e Política, Memória e Poder

Gostaria de trazer para a mesa dos debates, a partir da minha área de atuação profissional, alguma contribuição para desnaturalizar um pouco essa noção de memória. Nós falamos muito de memória. Mas, na verdade, a

memória é um campo de disputa, a memória é um campo de litígio, a memória é um campo de briga. Não se pode pensar que esse campo se constitui sem uma relação direta com o poder. E não é apenas o poder público, são as diversas esferas do poder, do micro ao macro, do individual ao coletivo, do familiar ao empresarial etc.

Eu penso que as falas anteriores, de algum modo, já apontavam para isso, sobretudo quando evidenciaram que para a constituição da memória existem várias versões. Isso foi bastante explicitado aqui, foi bastante falado aqui anteriormente. E penso que ficou claro que muitas vezes essas múltiplas versões, são versões de memória que estão em disputa. Esse é efetivamente um campo de litígio, de combate, de luta. Penso que esse aspecto é importantíssimo para eliminar nossa ingenuidade em relação ao campo da memória.

De outro lado, também há quem sustente que nós falamos tanto de memória na atualidade porque a memória está em perigo. Então, é porque a memória está em decadência, é porque a memória já não encontra mais os seus suportes tradicionais, os seus suportes anteriores, é por isso mesmo que nós falamos tanto de memória. E se nós começamos a falar tanto em memória de favelas, fica no ar a idéia de que a memória das favelas está em perigo. E porque ela está em perigo, nós começamos a falar sobre ela e tentamos, de algum modo, organizar os nossos relatos, melhor dizendo, as nossas narrativas em torno dessa memória.

No entanto, esse não é um campo onde o consenso esteja previamente estabelecido, ao contrário. Memória implica esquecimento. Ninguém pode guardar tudo, ninguém pode preservar tudo. Preservamos apenas algumas coisas e, então, tantas outras coisas nós jogamos no esquecimento; tantas outras coisas nós nem esquecemos, apenas silenciemos. Quando, no caso, “O Cidadão”¹

toma uma posição política de não mencionar a questão da violência, está silenciando a violência dentro de “O Cidadão”, pelo menos dentro dele mesmo. Mas isso, na verdade, é uma posição política. Então, memória e política, memória e poder são coisas que andam juntas e, claro, temos aí também resistência, esquecimento, silêncio e fala.

Mas um dos aspectos que penso ser importante e que talvez fique aqui como uma provocação para todos nós é que durante muito tempo, nos anos de 1960 e 1970, as nossas preocupações fundamentais com a memória ou com as memórias estavam muito concentradas no campo dos relatos, das narrativas textuais. Nós nos preocupávamos, sobretudo, com as narrativas de caráter textual. Tanto que não sabíamos muito bem o que fazer com os objetos. Em pelo menos uma das experiências aqui relatadas isso ficou muito claro: aparecem os objetos, eles aparecem e nós não sabemos o que fazer com essas aparições.

Os objetos como suporte da memória

Os objetos também são suportes de memória, os objetos têm vida social intensa. Quando lidamos com memórias aparecem os objetos. E o que nós fazemos com os objetos? Pela nossa tradição textual nós temos dificuldades de operar com essas coisas. Pela nossa tradição de olhar muito para o campo da literatura temos dificuldades de operar com imagens concretas e corporificadas. De algum modo avançamos no tratamento da memória em termos textuais e literários, mas continuamos com dificuldades de operar com objetos, com os objetos materiais, com a cultura material concreta. É a esse ponto que eu queria chegar. E, na verdade, os nossos suportes de memória não estão somente nos textos, eles não estão apenas na narrativa oral, ainda que tudo isso seja importante; os nossos suportes de memória também passam pelos objetos materiais,

¹ Refere-se ao jornal editado pelo CEASM



Barris usados para transportar água na Maré em 1972

pelas coisas tridimensionais.

Em contato com a história da Maré, fui informado de que em algum canto, em algum lugar ainda existe, como um vestígio de memória, o facão da dona Orosina. Essa história para mim é de um encantamento fabuloso. No entanto, nunca vi o facão da dona Orosina. Sempre pergunto para um e para outro: — “Cadê o facão da dona Orosina? Quero conhecer o facão”. Ando alucinado na busca desse facão. Dona Orosina encarna o mito fundador da Maré e quero ver o facão que é um corpo atual desse mito fundador, mas não consigo êxito. Até hoje não consegui ver o facão. Dizem que está com um, passou para o outro. Já imaginei tudo o que se poderia construir em torno do facão da dona Orosina.

Alongo-me na narrativa desse facão – que imagino existir em algum canto – porque ele exemplifica bem a potência de um objeto de cultura material. Como uma coisa concreta ele tem um corpo definido, é um agente mediador e tem essa vida social intensa vinculada ao mito fundador da Maré.

Estou insistindo nessa questão da cultura material porque há um aspecto que acredito ser relevante. Penso que um dos desafios na atualidade, nesse início do século XXI – e algumas experiências já começam a apontar nessa direção – é a institucionalização de memórias que tradicionalmente foram relegadas ao abandono e ao esquecimento. Por que?

Se há razão naqueles que afirmam que falamos tanto em memória porque a memória está em perigo, isso é explicado. Se há razão nisso, é preciso criar novos corpos para a memória, é preciso criar novos suportes para a memória. E esses novos suportes passam ou podem passar, por exemplo, através da ideia de um arquivo, da ideia de museu, da ideia de uma biblioteca e de um centro cultural qualificado para o trabalho com o campo da memória.

Eu creio que se pensássemos um centro cultural onde apenas se celebrasse a cultura do espetáculo e não pensássemos na memória, seria reproduzir à lógica perversa da celebração presentificada, sempre presentificada do espetáculo. Não que eu seja contra o espetáculo. Adoro espetáculo. Mas o problema é essa cultura espetacular. Até a guerra é espetacular. Tudo passa a ser uma coisa espetacular. Tudo é tratado dentro dessa lógica do mundo espetacular, onde não há espaço para a reflexão e para a crítica, onde não há interesse nas conseqüências e nos desdobramentos, onde a ética não tem abrigo.

Retomando a questão da institucionalização da memória, eu gostaria de dizer que, em meu entendimento, esse é um dos nossos desafios. E nesse caso temos um campo aberto. Algumas experiências, ainda poucas, têm sido realizadas. Diria que, nesse particular, a experiência do CEASM é um avanço. Temos ali, em curso, um importante e notável processo de institucionalização. Sei que não é único, temos outras experiências importantes, como a do Borel, da Rocinha e alguns outros processos de institucionalização da memória de favelas que começam a ganhar visibilidade e a dar os primeiros passos num caminho que se sabe longo.

Experiências de institucionalização da memória

Foi lembrada aqui a ausência do pessoal da Baixada e da Zona Oeste. Mas, há em Santa Cruz uma experiência igualmente importan-

te. Em Santa Cruz, através do Ecomuseu de Santa Cruz, está em curso, desde 1984, um processo de institucionalização de memória local. A referência ao Ecomuseu de Santa Cruz, aqui nesse momento, não é ingênua. Por quê? Porque lá também se desenvolve uma experiência de memória litigiosa. A comunidade do conjunto residencial de Rollas, por exemplo, onde vivem, entre outros, antigos moradores de favelas que foram expurgadas de seus contextos urbanos originais; esses moradores de Rollas não se sentem contemplados no Ecomuseu de Santa Cruz. Ou seja, mesmo um processo comunitário como esse do Ecomuseu de Santa Cruz, quando pretende falar sobre todas as comunidades de Santa Cruz, deixa de fora outras tantas áreas. Tanto essa localidade ou essa comunidade de Rollas não se sente contemplada no Ecomuseu de Santa Cruz que já se esboça, lá mesmo, um outro projeto, um outro estudo que trabalha a idéia de organização da memória de Rollas. E isso se deve ao reconhecimento de que as experiências desses moradores do conjunto residencial de Rollas tem uma especificidade. Não é a presença dessa localidade no território de Santa Cruz que faz com que os seus moradores se sintam pertencendo ao processo desenvolvido pelo Ecomuseu. A noção de pertencimento ali não se define apenas pela geografia, não é uma questão de espaço geográfico, não é uma questão de espaço territorial. Esse aspecto, em meu entendimento, é de grande importância.

Quando falo em institucionalização da memória, estou consciente de que esse não é um fenômeno novo. Não, ele não é novo, pelo menos desde o século XVIII, com a Revolução Francesa, esse tema vem sendo visitado e revisitado. Existem várias experiências de criação de museus, arquivos e bibliotecas logo nos primeiros momentos da Revolução Francesa. Esse, portanto, não é um fenômeno novo.

Talvez a novidade esteja na forma como, na

atualidade, em alguns momentos e em algumas situações, esse antigo fenômeno tem sido levado a efeito; isto é, tem deixado de ser um processo de institucionalização da memória realizado sistematicamente na terceira pessoa e tem passado a ser uma experiência coletiva realizada por atores sociais que se expressam e falam na primeira pessoa.

Queria dar um exemplo fora das favelas, porque também entendo que é importante pensar fora das favelas, para além das favelas. Quero trazer um exemplo da cidade de Benjamin Constant, no Alto Solimões, no Amazonas, onde os índios Ticuna assumiram o compromisso de organizar e institucionalizar a sua própria memória. Eles criaram o seu museu, um museu tribal, um museu que fala na primeira pessoa. Eles falam “nós”, eles falam “eu”. Não é mais um discurso etnográfico sobre o outro. É um discurso do outro sobre si mesmo. A lógica museal foi completamente alterada.

Essa experiência de ouvir e respeitar a voz do outro que fala sobre si e por si mesmo tem sido tão significativa que o próprio Museu do Índio, aqui no Rio de Janeiro, chegou a ponto de incorporá-la às suas práticas de exposição. De quê modo? Em sua mais recente exposição de média duração, o Museu do Índio chamou os índios Wajãpi para, juntamente com antropólogos, educadores, museólogos e arquitetos, organizarem a exposição; desde a seleção, confecção e coleta de acervos, até a montagem final da exposição a presença dos Wajãpi foi indispensável. O resultado dessa empreitada corajosa é surpreendente. Ele também aponta para uma alteração na lógica das instituições públicas que, de algum modo, lidam com a memória.

Essa é uma alteração que estamos verificando, gradualmente, em tempos recentes, no Brasil. Eu me pergunto: Qual é o lugar das comunidades indígenas nos museus brasileiros? E também me pergunto: Qual é o lugar das comunidades populares, das favelas nos museus brasi-

leiros? E de modo mais específico: qual é o lugar das favelas no Museu Histórico Nacional? E no Museu da República? Como é que isso está sendo pensado e praticado?

Os museus: novas idéias e novas práticas

Por outro lado, se a institucionalização da memória pode ser importante para os próprios grupos populares, como entendo que seja, também é importante pensar e agir numa cidade inteira. Essa é também uma postura política: pensar numa cidade inteira, mesmo reconhecendo que ela tem fragmentos, que a própria lógica da cerzidura considera a existência de partes. Você não pode cerzir o que não está partido, o que não está esgarçado. A cerzidura considera pedaços, considera partes, considera o esgarçado. Então, está claro que essa é uma postura política. Não é outra coisa, é postura política e até mesmo ideológica.

Assim, se é importante constituir memórias próprias, de comunidades e de localidades, também é importante abrir o diálogo com as memórias oficiais, já estabelecidas e já constituídas. Eu penso que temos aí um campo grande, um campo aberto e, na verdade, muito pouco trabalhado: como nós poderemos abrir brechas, abrir frestas nas áreas do poder público, nos museus oficialmente estabelecidos, nos arquivos e nas bibliotecas? Como estamos sendo ali representados e de que modo nós gostaríamos de nos fazer presentes na história dessas instituições? Será que estas questões nos interessam?

Eu já vou finalizar. Mas antes, eu gostaria de deixar aqui para os nossos debates mais uma sugestão e com isso deixo no ar, para nós próprios aqui da mesa, uma provocação. É claro que há uma ligação entre as idéias de memória e de identidade, mas identidade pressupõe alteridade, pressupõe a diferença. Nós nos construímos com essa diferença. Eu, que falo a partir do campo dos

museus, percebo essa relação entre o idêntico e o diferente como evidência material. Nós falamos de identidade, mas ao falarmos de identidade estamos falando da diferença, da alteridade. Essas noções andam coladas, efetivamente coladas. E mais uma vez, esse campo se afirma como um campo de disputa política, de disputa de poder.

Eu gostaria de sugerir que nós pensássemos as instituições de memórias como ferramentas, como tecnologia e prática social. Talvez essa noção nos ajude a avançar nas discussões. Assim, como nós operamos na vida prática com um lápis, que também é tecnologia, assim também as instituições de memória são ferramentas, são tecnologias. E talvez seja importante aprendermos a utilizá-las na vida social. Nós utilizamos o lápis, utilizamos o computador, utilizamos o microfone, nós utilizamos ferramentas variadas. Mas a ferramenta da instituição de memória ficou reservada para determinados grupos. Talvez, se nós nos apropriássemos dessa ferramenta; talvez, se nós aprendêssemos a utilizar essa ferramenta, poderíamos usá-la ao nosso modo, da maneira que nós achamos devida.

Um desenvolvimento particularmente importante no campo dos museus foi nos anos de 1970 quando se rompeu com a hegemonia do chamado museu tradicional e constituiu-se uma nova idéia e uma nova prática: a dos museus de comunidade, museus voltados para o desenvolvimento social. Esses museus receberam vários nomes: museu de bairro, casa museu, museu de vizinhança, museu local, etnomuseu, museu de sociedade e, entre tantos outros, o de ecomuseu, bastante popularizado, na atualidade. E o que isso tem a ver com essa nossa discussão?

Interessa perceber que o ecomuseu não é museu de ecologia, ainda que possa tratar desse tema, o eco aqui é casa, a casa do humano. Então, a idéia fundamental é que se constituiu um novo tipo de museu onde, ao

invés de se pensar o edifício, se pensava um grande espaço geográfico, um território. Mas a noção de território estava ligada a de desterritório. Porque quem define o território é aquele que o utiliza. Então, o território tem certa mobilidade e essa noção está presente nas práticas socioculturais de alguns ecomuseus. Outro aspecto importante é que no ecomuseu ao invés de se tratar com a idéia de coleção, se considera a idéia de patrimônio e de quem utiliza o patrimônio: as pessoas. E, ao invés de um público que visita um espaço, se trabalha a idéia de população local, grupos variados de interesse. No campo dos museus, essas idéias simples tiveram o sabor de uma revolução.

No Brasil, ainda estamos nos apropriando desses espaços, estamos nos apropriando dessa tecnologia, fazendo as nossas experiências e já temos alguns avanços. De qualquer modo, eu sempre fico com a suspeita de que algumas das nossas experiências, mesmo quando não estão munidas do suporte teórico academicamente esclarecido, elas estão apontando exatamente nessa direção. Pode não ser um suporte teórico formalmente acadêmico, como nós temos visto, mas estão intuindo e trilhando exatamente por esse caminho. Algumas das experiências aqui relatadas, em meu entendimento, trabalham com noções desse tipo e no fundo estão caminhando pelo campo da institucionalização da memória ou pela via de uma contra-memória em relação às memórias oficialmente constituídas.

Bom, é isso. Como sou um militante do campo dos museus, gosto e acho que essa palavra tem um apelo político e mítico muito poderoso. Então, sempre fico encantado com a possibilidade de operar com os museus. Eu penso que os museus têm um forte poder político. Mas isso vem do meu encantamento, dos meus vícios e deformações profissionais, como falei inicialmente. Espero que a gente possa debater.

Bairros e favelas: limites e investimentos de diferentes atores sociais

Márcia Pereira Leite

Antropóloga e professora do departamento de Ciências Sociais/
UERJ

Gostaria de iniciar meus comentários agradecendo à Regina Novaes o convite para participar deste seminário. Está sendo um privilégio conhecer mais e melhor a história e as propostas dos diversos centros e projetos de memória das favelas. Farei algumas observações sobre os relatos que nós ouvimos hoje. Antes, entretanto, quero me apresentar e lhes dizer de quê lugar vou falar.

Sou professora de Sociologia da Uerj e, há quase dez anos, venho fazendo pesquisas sobre violência e cidadania em favelas e bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período, tive a oportunidade de acompanhar as atividades da Agenda Social, na Grande Tijuca. A Agenda é uma articulação de moradores e dirigentes de associações de bairros e favelas, organizações comunitárias, instituições estatais, igrejas, ONGs, universidades e escolas, que se constituiu visando reverter a integração subordinada das favelas à cidade e, com esse objetivo, realiza, estimula e apóia iniciativas de promoção de cidadania, solidariedade e participação.

Pois bem, nesse período eu e um colega da Uerj desenvolvemos junto com a Agenda um projeto de pesquisa e extensão que visava recuperar diversos aspectos da história e da memória coletiva dos bairros e favelas da Grande Tijuca, pensando esses dois espaços como espaços em relação. Trabalhamos com os relatos dos moradores sobre a história das favelas em que moravam, suas relações com os moradores dos bairros e suas percepções sobre as rupturas e permanências ao longo do tempo. Procuramos entender como os acontecimentos do passado eram interpretados no presente, o que se valorizava nas lembranças e que sentidos isso con-

feria às experiências individuais e coletivas nesses locais.

E por que começo apresentando o lugar de onde falo? Porque, de um lado, falo como pesquisadora, como alguém que mora em um bairro e faz pesquisas em favelas. Mas, de outro, também falo a partir desse projeto de memória, onde encontrei e interagi com pessoas e grupos que eram portadores da memória, que tinham iniciativas as mais diversas no sentido de recuperar e reconstituir a história e a memória de seu local de moradia em um movimento que buscava estimular o sentimento de pertencimento a essas localidades, valorizando-as. Então, em meus comentários, vou procurar fazer dialogar os relatos que ouvimos no Seminário com essas experiências que pude observar na Grande Tijuca.

Memória, passado e presente: investimento de diferentes atores sociais

Alguns temas e questões estiveram presentes nas falas de hoje e de ontem, nos depoimentos e nos debates. Falou-se muito dos momentos e modos de produção de uma imagem negativa das favelas no Rio de Janeiro, do estigma da favela e da desvalorização de seus moradores, do desenvolvimento de uma percepção social de que a cidade seria partida e de seu reforço pela mídia. Entretanto, também se falou, de forma bastante positiva, no passado e no presente, das muitas maneiras de fortalecer a relação entre os moradores das favelas e dos bairros dessa cidade. Falou-se em interação, em cooperação, em trocas. Também se pensou no futuro. Discutiu-se como constituir, estimular, propiciar o desenvolvimento de redes sociais entre diversas favelas e entre estas e bairros.

A primeira coisa a ressaltar é o fato de que os projetos para o futuro possam encontrar referências e vitalidade não apenas no presente tão duro que temos vivido no Rio de Janeiro, marcado pela violência, pelo medo, pelos pre-

conceitos e pela indiferença. É bom lembrar que houve momentos e situações em que a relação entre moradores de favelas e de bairros pôde se constituir de uma forma muito produtiva e também muito bonita, como os relatos de Lygia Segala e de Cristiano Camerman nos mostraram. Podemos recordar também, entre outras, a história do trabalho comunitário na favela de Santa Marta, onde a associação de moradores, o Grupo Eco e a rede católica estabeleceram uma relação efetiva de cooperação que ultrapassava as fronteiras sociais e simbólicas entre “morro” e “asfalto”.

Não destaco isso por nostalgia, nem romantizando o passado. Sabemos muito bem que os preconceitos sobre as favelas e seus moradores surgiram e foram alimentados desde que foram formadas as primeiras favelas cariocas, isto é, há mais de um século. Certamente essas histórias que ouvimos e estamos valorizando se desenvolveram em contextos muito específicos que tinham em comum o investimento de determinados atores, com fortes referências políticas e/ou religiosas, em alterar o lugar dos moradores das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Os relatos do passado nos falaram de projetos e atividades que surgiram a partir do estabelecimento de uma intensa relação entre moradores de diferentes áreas da cidade e com diversas inserções nela. Uma relação que implicava não só trabalhar juntos, mas, sobretudo, apostar em um projeto de futuro que envolvia a todos, e, em que era possível construir uma outra cidade e uma outra sociedade menos injusta, menos desigual e mais democrática.

Então, a questão me parece ser se esse olhar sobre o passado pode, de alguma maneira, iluminar as propostas para o futuro apresentadas neste seminário. Vários relatos discutiram como retomar, como aprofundar esse tipo de relação, essa sociabilidade que articulava, por sobre as diferenças, moradores de favelas e bairros em um projeto comum. Tendo isso em mente, eu queria intro-

duzir nesse debate um outro ator coletivo, além dos centros e projetos de memória. Trata-se de um ator referido aqui, mas com menos ênfase, até porque tem estado bastante enfraquecido e desprestigiado nos dias que correm: as associações de moradores de favelas. E me pergunto em que medida ou em quais circunstâncias esse investimento na recuperação da história e da memória das favelas cariocas pode ser, hoje, o projeto também das associações de moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro? E, nesse sentido, pode contribuir para dar densidade política e enraizamento social ao movimento de organização de base na cidade? São indagações que me vêm desde o projeto que desenvolvemos na Grande Tijuca com a UERJ e a Agenda Social. Concordo com o que falou Jailson Silva quanto à história estar em disputa, concordo com o que falou Mário Chagas sobre, nessa disputa, a memória estar em perigo. Por isso mesmo, acho que temos de ter clareza dos atores que estão nessa disputa, os momentos e circunstâncias em que eles se engajam nessa disputa e, sobretudo, com quais formulações e propostas.

Por que estou falando isso? Porque, ao menos na região da Grande Tijuca, nós encontramos um grande investimento, não hegemônico evidentemente, não dominante, mas bastante significativo, de vários integrantes do movimento de base em favelas e bairros em recuperar uma outra história da cidade bem distante dessa lógica de uma “cidade partida”. Uma história em que os bairros e as favelas, apesar de suas diversidades, fazem parte de um mesmo território, têm um mesmo passado, uma sociabilidade em comum. Uma história que conta das várias inserções dos moradores das favelas nos bairros e dos moradores dos bairros nas favelas, que fala de relações que eventualmente envolviam conflito, mas que usualmente se desenvolviam de forma cooperativa e pacífica. No Andaraí, por exemplo, nós entrevistamos moradores do Morro do Andaraí e integrantes da AMAMA, a associação de moradores

local, que reivindicavam para si a história do bairro e se reivindicavam como parte da história do bairro, ao nos falarem de suas tradições, das antigas fábricas, da sociabilidade nas ruas, etc. Mas também encontramos moradores do bairro integrantes da AMARAÍ, a associação de moradores do Andaraí, que reconstruíam essa história como uma história comum de contatos e lutas, desafios e realizações. Este exemplo se soma aos relatos das experiências passadas que ouvimos aqui e também aponta para a possibilidade de requalificar o presente, de romper fronteiras e criar passagens, através da valorização de uma outra história da cidade e do investimento na reconstrução dessa memória coletiva. Desse ponto de vista, me parece importante o diálogo, hoje, entre os centros e projetos comprometidos com essa perspectiva e o movimento de organização de base em favelas e bairros – certamente, onde for possível e produtivo estabelecer esta relação.

É claro que isso não é tranqüilo. Sabemos que, hoje, muitas associações de moradores e/ou outras organizações nas favelas são meras agências do Estado ou estão sob o controle de quadrilhas de traficantes de drogas.

Por outro lado, tive outra experiência de pesquisa no Grajaú, na Grande Tijuca, onde havia várias versões da história do bairro, onde a reconstrução coletiva da memória do bairro estava em disputa e o eixo da disputa era exatamente incluir ou não as favelas da região. Para alguns, reconstruir a história do bairro excluindo as favelas significava recuperar a “idade de ouro” do bairro, o bairro tranqüilo de antigamente, o “bairro nobre” valorizado socialmente. E incluir as favelas nessa história seria considerar um elemento de insegurança e violência, o risco de “balas perdidas”. Isto porque pensavam o passado a partir do presente; de um presente qualificado pela violência e pelo medo que eram atribuídos genericamente às favelas em torno do bairro (e não às quadrilhas



Moradores recém-chegados à Cidade de Deus em 1966

de bandidos e traficantes de drogas enquistadas em algumas delas). Mas, apesar disso, havia também um grupo que valorizava uma outra história. Um grupo que resgatava uma dimensão comunitária vivenciada, no passado, por moradores do bairro e das favelas do Grajaú articulados em redes políticas e religiosas e que procurava reconstruí-la estabelecendo novas mediações entre o bairro e suas favelas.

A memória das favelas e sua inserção na história da cidade

Enfim, o importante é reter que a disputa sobre a história e a memória das favelas e de sua inserção na cidade vem ocorrendo em vários locais. E parece constituir uma forma interessante de se resistir à imagem do Rio de Janeiro como uma “cidade partida”, de se contrapor a essa construção de duas realidades que não se conhecem, que não se falam, que não dialogam, onde a sobrevivência de uma envolve o esmagamento da outra. Infelizmente, como também sabemos, a visão dominante hoje no Rio de Janeiro é que não há possibilidade de estabelecimento de relações entre bairros e favelas, é que para que a chamada “cidade formal” viva em paz é preciso reprimir as favelas, colocar a polícia na fronteira entre favelas e bairros,

cercar as favelas, impedir os “efeitos nefastos” que as favelas produzem na cidade. Com isso, grande parte dos cariocas quando pensa e pede “paz” está falando de segurança nos bairros, sem se sentir concernida com as formas específicas de violência que incidem sobre os moradores das favelas, tanto a violência dos policiais quanto o despotismo das quadrilhas de traficantes de drogas. Não pensa a segurança (a “paz”) como um direito também dos moradores de favelas porque não percebe os moradores das favelas como cidadãos iguais a eles, com igual direito à cidade e à cidadania.

Nesse contexto, me parece que uma das principais virtudes desses projetos é valorizar positivamente a alteridade, mostrar que embora com trajetórias e realidades diferenciadas, todos compartilhamos uma mesma condição de habitantes da cidade, de produtores, de construtores dessa cidade, que é (ou devia ser) um dos fundamentos da condição de cidadãos do Rio de Janeiro.

Favela e/ou comunidade

Para finalizar, gostaria de fazer alguns comentários sobre a questão levantada por Jailson Silva quanto ao uso das categorias *comunidade* ou *favela*. É claro que esses termos estão associados a todo um conjunto de representações, a uma maneira de se olhar esses territórios, como também a uma maneira de se falar deles. Sem dúvida, há uma forte carga de estigma no termo *favela* e sua substituição pelo termo *comunidade* quer exatamente evitar, desconstruir esse estigma. Mas, nós também sabemos que não há consenso sobre isso entre os moradores de favelas. Ao contrário, o emprego dessas categorias – *favela* ou *comunidade* – depende de quem fala e do que quer afirmar a respeito das favelas, de como o morador de favelas está construindo o lugar de onde fala. O que, certamente, depende da situação específica da fala e também da relação que se quer estabelecer com quem se fala.

Não é raro que os moradores de favelas as apresentem enquanto “comunidade”, quando querem diluir o estigma de violência e marginalidade que incide sobre as favelas. Falar em “comunidade” significa, então, apresentar a favela como um lugar de sociabilidade intensa, de interação face a face, onde todos se conhecem, se ajudam, se respeitam, têm os mesmos interesses, são solidários. Um lugar onde as relações sociais passam ao largo da violência. Nesse sentido, representa reconstruir positivamente – ainda que de forma idealizada – seu local de moradia e sua identidade de morador, distanciando-se dos preconceitos e conteúdos negativos associados aos termos favela e favelado. Mas também sabemos que esta não é uma estratégia dos moradores de favelas se relacionarem apenas com quem é de fora. Pois falar em “comunidade” também para dentro da favela muitas vezes significa apelar a um sentido de pertencimento ao local, evocando dificuldades, vivências e histórias comuns. Neste caso, o uso do termo comunidade é parte de uma estratégia de constituição de uma identidade coletiva positiva.

Outras vezes, entretanto, quando os dirigentes das associações de moradores ou de outras organizações nas favelas apresentam seus locais de moradia como “comunidades” e, especialmente, como “comunidades carentes” estão, na verdade, pretendendo obter algum tipo de ajuda, atenção ou serviço dos poderes públicos, de ONGs, empresas, etc. Apresentar-se como “comunidade carente” é então uma estratégia de interação que, algumas vezes, envolve uma postulação de determinadas políticas ou projetos e que permite uma certa posição na negociação com o poder público e com a sociedade em geral. Mas, às vezes, significa construir uma imagem dos moradores de favelas como uma espécie de “coitadinhos” que não têm nada e que portanto podem aceitar qualquer coisa. É como dizer: “somos carentes, então qualquer coisa que vier é lucro”.

Por fim, apresentar-se como “favela” é, muitas vezes, uma opção dos movimentos de

organização de base para evocar uma tradição de organização e luta, de conflitos e derrotas, mas também de diversas conquistas. E lembro aqui o exemplo recente do Movimento Popular de Favelas, que escolheu assim se designar para valorizar esta história, procurando falar deste lugar sobretudo para os moradores de favelas.

Esses exemplos são só para destacar que o termo favela não é uma construção completamente exterior à realidade que ele designa, nem enfeixa somente estigma e preconceitos. Mas é ou pode ser reapropriado positivamente pelos moradores, assim como o termo comunidade pode ser empregado com conotações negativas, amesquinadoras da realidade desses locais. Por outro lado, é bom lembrar que comunidade e favela são categorias do discurso político da favela e seu emprego certamente está (e estará) associado às escolhas de moradores e lideranças desses locais de uma dessas estratégias, entre outras virtualmente disponíveis em seu campo de possibilidades, para estabelecer relações com o restante da cidade.

Por fim, mas não menos importante, também me pergunto se a desconstrução do estigma poderia ser obtida com a substituição de uma categoria pela outra, ou se, ao contrário, isso não acabaria contribuindo para encobrir uma realidade que queremos mudar. Hoje, por exemplo, os políticos e os burocratas dos aparatos de estado só se referem às favelas como “comunidades”. Não há uma única placa dos governos municipal e estadual que fale em obras ou ações em favelas, só em “comunidades”. Agora, isso não significa necessariamente alterar um milímetro as práticas excludentes e discriminatórias desses segmentos nas favelas, nem tampouco produzir alterações significativas no imaginário sobre as favelas na cidade.

Além disso, em minha opinião, há um certo efeito perverso no uso do termo comunidade para tentar desconstruir o estigma sobre as

favelas. Essa operação acaba por se revelar uma faca de dois gumes, pois também encobre a violência das quadrilhas de traficantes de drogas e bandidos que dominam esses espaços e submetem pela força seus moradores. Claro que essa é uma questão complicada e difícil. Sabemos que o silêncio a esse respeito usualmente é uma condição de sobrevivência para os moradores de favelas. Mas não há como negar que ele também termina por alimentar o estigma ao ser confundido com convivência. Por outro lado, com esse silêncio deixa-se de nomear a violência – ou melhor, a ausência de segurança pública para os moradores de favelas – como um problema e de se exigir do Estado a sua solução.

Mas, então, como desconstruir essa imagem, que é a imagem do estigma e dos preconceitos? E como construir uma outra imagem que possa ser valorizada? Como entrar nessa disputa?

Favelas: diversidade e o estigma comum da violência

É bom lembrar que a situação das favelas na cidade do Rio de Janeiro é extremamente diversa. Na área que eu estudo, na Zona Norte da cidade, há favelas que tiveram sua área central urbanizada pelo programa Favela Bairro. Mas partes dessas favelas, suas áreas mais periféricas, hoje em dia, ainda são como a Rocinha de trinta anos atrás, a Maré de trinta anos atrás: com valas negras, sem abastecimento de água, com lama e deslizamentos constantes. E a situação também é muito diversa em termos da existência de iniciativas de valorização de história e de memória; de projetos sociais e culturais, dos movimentos de base, da presença dos poderes públicos, das ONGs e da sociedade em geral. Há uns três anos atrás, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo tinham cerca de quarenta ONGs e/ou projetos atuando em seus territórios e, assim, recebiam solidariedade, atenção e serviços da sociedade em geral, dos governos federal, estadual e municipal e das organizações não-governamentais.

Com isso, podiam, de alguma forma, disputar na mídia a sua imagem e a imagem de seus moradores. Enquanto isso, em uma favela do Grajaú onde eu pesquisava, os únicos serviços e projetos disponíveis eram o Gari Comunitário e o Telecurso, embora os dirigentes de sua associação de moradores tentassem de todas as maneiras produzir conexões e atividades com diferentes segmentos da cidade.

Esse exemplo mostra que também é muito diverso o campo de possibilidades dos moradores de favelas e dos dirigentes de suas associações de moradores e outras organizações. O pessoal da Rocinha pode mostrar duas faces. Pode viver e exibir a face do estigma e da violência, mas também pode se contrapor a ela. De um lado, construindo alternativas para seus moradores no campo da arte, da cultura, da organização social, do resgate da história e da reconstrução da memória coletiva e da organização de base, da reivindicação de direitos, da busca pela democratização de suas relações com os aparatos de estado – estes últimos os campos mais difíceis, embora, a meu juízo, imprescindíveis. De outro lado, pode se contrapor aos preconceitos e procurar desconstruí-los, exibindo a face constituída por essas alternativas. Rocinha e Maré estão começando a fazê-lo procurando falar de um outro lugar na cidade. Quantas vezes, não vimos na mídia Rocinha, Maré, Mangueira, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e outras favelas sendo valorizadas pelas “coisas boas que a favela também tem?”

Mas outras favelas não podem exibir essa face, nem disputar sua imagem desta maneira, porque não têm constituída essas alternativas, nem têm apoio e solidariedade do resto da cidade para construí-las. Desse ângulo, se queremos desconstruir essa imagem negativa e preconceituosa das favelas e de seus moradores, parece importante buscar como parceiras também essas outras favelas, seu movimento de organização de base, seus grupos de arte e cultura etc.

Para concluir, gostaria ainda de voltar a uma questão que discutimos um pouquinho ontem, sublinhando os limites que a violência traz para esses projetos. Quando falamos do estigma da violência, estamos falando de preconceitos: de um olhar que toma a parte (as quadrilhas de bandidos e traficantes de drogas) pelo todo (o conjunto dos moradores de favelas). Sabemos, porém, que essa parte dos moradores de favelas (as quadrilhas de bandidos e traficantes de drogas) é extremamente violenta, chegando mesmo a exercer um poder despótico sobre os moradores de favelas. Ou seja, a violência é também um elemento constitutivo – embora não exclusivo – da realidade atual das favelas. Também não é privativa desses locais, nem tem necessariamente ali sua origem ou fonte de dinamismo. Entretanto, todos sabemos dos inúmeros problemas que a violência impõe às suas atividades, à natureza e à densidade das relações de base nas favelas, às relações com os aparatos do estado e instituições da sociedade, tanto no plano da organização para a reivindicação de direitos, quanto no plano da realização de políticas e projetos. Por isso mesmo, não há como negar que a violência representa um limite para essas iniciativas que, apesar de extremamente ricas e positivas, têm áreas e temas sensíveis, proibidos, não enunciados.

E como esta violência vem sendo enfrentada pela cidade, por suas ONGs, universidades, empresas, igrejas, etc? O que eu tenho mais visto é uma lógica instrumental, de simplesmente evitar a violência, porque a “guerra” chegou ao “asfalto”. Às vezes, parece que se a violência não tivesse incomodando os moradores da cidade, se permanecesse restrita aos territórios das favelas, os moradores poderiam continuar com suas dificuldades e carências, com todos esses limites, que o resto da cidade não se importaria.

Essa lógica vem contaminando muitas das tentativas de tecer outras relações entre os moradores dos bairros e das favelas, de cons-

tituir novas mediações na cidade. Embora este não seja o caso das iniciativas apresentadas no seminário, sabemos muito bem que parte significativa das iniciativas e projetos destinados aos moradores de favelas tem um viés fortemente instrumental. São iniciativas que, ao fim e ao cabo, têm por eixo a idéia de evitar que a “violência das favelas” desborde para o “asfalto”, de evitar simplesmente que seus jovens moradores “formem no tráfico” sem constituir alternativas minimamente dignas e consistentes de trabalho e de vida. Assim, embora bem intencionadas, acabam por reforçar o estigma sobre os jovens, especialmente se pobres, negros e moradores de favelas.

Acho importante ter presentes essa questão e também o limite que ela impõe não só aos projetos, mas à toda a cidade. Não se trata de cobrar dos moradores de favelas que enfrentem a violência solitariamente. Muitas vezes, é impossível encarar a violência de frente, pois fazê-lo envolveria risco de vida. Agora, podemos exigir da cidade, do conjunto dos moradores da cidade, de seus dirigentes políticos, enfrentar a violência de forma consistente e continuada, garantindo os direitos e a segurança dos moradores de favelas, através de um compromisso que não seja só instrumental.

Desse ângulo, não queremos realizar projetos, valorizar as favelas, lutar contra os estigmas, construir alternativas em termos de uma sociabilidade democrática apenas por conta dos riscos que a violência traz a todos nós. Mas porque é necessário romper com o estatuto de subcidadania dos moradores de favelas. O pleno acesso à cidade deve ser um direito efetivo dos moradores das favelas. Acho que só no momento em que compartilharmos essa perspectiva de que somos todos cidadãos, de que todos temos igual direito à cidade, aos seus bens econômicos, sociais e culturais, de que esse patrimônio é de todos e para todos usufruírem, vamos começar a avançar. Espero que essa perspectiva e esse diálogo cresçam e apontem nessa direção.

Casarão dos Prazeres:

construindo relicários de memória

Museu da Pessoa

Karen Worcmaan

Diretora do Museu da Pessoa

Sou diretora do Museu da Pessoa que tem sede em São Paulo. Sou carioca, mas me mudei para lá faz uns dez anos. E junto com um grupo, fundamos o Museu que já está fazendo onze anos. Antes de contar para vocês um pouco da história do projeto do Casarão, vou contar o que é o Museu da Pessoa para contextualizar e explicar como a gente foi parar no Morro dos Prazeres.

O Museu da Pessoa nasceu em 1992. O conceito, a idéia foi construir um centro de memória virtual. A idéia era que todas as pessoas da sociedade pudessem ter um espaço para preservar sua história de vida. Esse é o conceito até hoje. Isso foi conversado muito neste seminário sobre a memória das favelas: a função social da história, a criação da identidade, a possibilidade de dar voz e quem tem direito de participar da narrativa oficial da história.

Essas e outras coisas do gênero deram origem à idéia do Museu da Pessoa. Era o que a gente tinha como idéia para preservar a história de vida de uma pessoa. E, além de preservar, tem o outro lado que é o de difundir. Acho que esse desejo foi também expresso aqui: para falar tem que ter sempre alguém para ouvir. A história é para ser contada para alguém.

A idéia do Museu foi a de coletar ou ter um espaço para que essas histórias pudessem ser preservadas e ter uma ação sempre muito forte para que fossem devolvidas, seja

para quem as contou, seja para o resto da sociedade. Esses são os dois pilares do Museu. A metodologia básica é a história oral. É sobre isso que vou falar um pouco mais detalhadamente, durante a apresentação da experiência do Casarão. Esse é o cerne do trabalho do Museu. É, vamos dizer, o coração, o método e a sistematização de dados: por um lado, dar voz ou criar um espaço para que as pessoas contem suas histórias de vida e, por outro, transformar isso numa rede de informação.

A visão que o Museu tem, nossa meta, sempre foi a coisa virtual. Você não vai criar um prédio e pendurar um monte de gente lá! Como você preserva? O que você preserva? São as histórias, as narrativas, as fotos que as pessoas guardaram consigo, são os objetos. É aquilo que a gente considera significativo. Assim, o Museu capta o depoimento e a história da foto que a pessoa guardou.

E a idéia, no início, era colocar isso num banco de dados e permitir que as pessoas pudessem consultar de inúmeras maneiras. E um banco de dados, nos fez cair logo na idéia da informática. Fomos pioneiros em fazer CDs-ROOM de histórias de vida em 1993 e 1994. E, graças a Deus, apareceu a Internet, que é a idéia da rede.

Hoje a meta do Museu, não é a centralização, é a constituição de uma rede de memória. Uma rede onde todas essas histórias estejam conectadas de alguma maneira, nesse mesmo banco de dados ou em banco de dados correlatos, tendo assim, uma fonte alternativa de conhecimento das pessoas, das comunidades, da sociedade. E, também, que isso possa ser alimentado de muitas maneir-

ras. Essa é a visão maior do Museu. A célula mínima que tem lá é sempre uma pessoa. Por isso que chamamos Museu da Pessoa.

Ainda tem a idéia de devolver, retornar e transformar essas histórias em produtos lúdicos. E devolver de mil maneiras. Essas histórias de vida fizeram com que o Museu explorasse muitas formas de trabalhar. Até hoje, a gente já fez cerca de treze livros, sempre com histórias de vida, 100 *CDs-ROOM*, três Centros de Referência. Esse vem sendo o jeito do Museu resistir, transformando esse método em forma de prestação de serviços para instituições, empresas ou comunidades.

São quatro as áreas de atuação do Museu: educação, desenvolvimento comunitário, cidadania empresarial e a própria pessoa em si. O Museu tem um *site* na Internet onde toda e qualquer pessoa pode mandar a sua história e criar sua *home page*. Esse é o Raio X do Museu de Pessoa.

Nessa linha de educação, o Museu começou a desenvolver um trabalho em Vila Isabel com o apoio do Instituto Pão de Açúcar, também numa casa, que envolveu os professores das escolas públicas do bairro. Era um trabalho de capacitação. Não eram os pesquisadores do Museu que faziam a história de Vila Isabel, mas a idéia é que trabalhássemos com os professores de escolas públicas, de forma que eles desenvolvessem com as suas crianças do ensino fundamental um projeto de memória local.

A busca de empatia entre a comunidade e a Casa

Durante um ano, eles ficaram trabalhando com nosso acompanhamento e fazendo a história de Vila Isabel. Apresentamos para a Secretaria da Educação, para os professores todo aquele procedimento que desenvolvemos em Vila Isabel e, uma pessoa que trabalhava na Secretaria falou: “Eu preciso falar com vocês sobre outra coisa”.



Tony Barros/Viva Favela

Artistas do morro dos Prazeres e de comunidades vizinhas em frente ao Casarão dos Prazeres

A idéia era a seguinte: “A gente tem esse Casarão dos Prazeres..., vocês viram aí no vídeo¹. É um lugar maravilhoso, mesmo sendo carioca, é o lugar de onde já vi o Rio mais bonito”. E continuou: “Tem uma história engraçadíssima que ninguém sabe muito bem, você entra na comunidade, vira e está lá aquele casarão que tem mil mitos..., tem fantasmas. Dizem que foi de uma família suíça, que aquilo lá era uma fazenda. Ninguém sabia direito a história do Casarão, mas em determinado momento, ele foi desapropriado pela Prefeitura, reformado e ficou essa casa lindíssima que a gente vê no vídeo”.

Mas frisaram: “Não quero que essa casa se transforme em mais um espaço cultural de Santa Teresa, ou seja, onde tem várias exposições de arte e só a classe média vai ver aquela super exposição. Queria que a gente criasse uma empatia... Já tem aula de balé, o pessoal da comunidade frequenta, sobretudo mães e crianças; aula de grafite, enfim, tem uma série de atividades, mas o resto não chega lá. Então, queria chamar vocês para fazer um trabalho que criasse uma empatia maior entre a comunidade e a casa”.

Ficamos pensando e surgiu a idéia do projeto para a formação de pessoas da comunidade para que desenvolvessem um projeto de memória da história dos Prazeres. Também não era a gente ir lá, resgatar a história, mas era passar o método e acompanhar. O projeto começou em setembro de 2001 e terminou em outubro de 2002. O grupo do morro dos Prazeres – moradores e lideranças lo-

¹ Refere-se ao vídeo institucional ‘Casarão dos Prazeres’ exibido no início da apresentação.



Sala de exposição do Casarão dos Prazeres em Santa Teresa

cais – fez o trabalho de resgate e de registro dessa história.

E o trabalho resultou numa exposição. O Casarão é lindo, estava todo vazio. Um dos objetivos era que a exposição fosse como um mobiliário do Casarão com a história das pessoas. O vídeo, a gente inventou depois. Tinha mil outras idéias, mas essas foram as que se concretizaram. Tinha a criação de um centro de memória e que ainda não vingou. Acho que essa é uma dificuldade.

Mas queria contar para vocês, mais focadamente, o processo do projeto. A coordenadora direta foi a Paula Ribeiro, que teve um envolvimento enorme. Ela ficou apaixonada pelo Casarão, ela é historiadora, trabalha com história oral e poderia contar com muito mais vida todo o processo, mas ela não pode vir porque está viajando. E também o pessoal envolvido, que a gente queria trazer aqui hoje e que também não pode vir. Desta forma, a gente vai narrar o processo mas o dia a dia a gente vai ficar devendo um pouco. Espero que a gente dê conta mesmo assim.

O processo de registro da memória

Todo o processo começou com a oficina de sensibilização. O foco sempre foi a história das pessoas. Tinha um lado de resgatar um pouco essa história misteriosa das ‘nuvens’ do Casarão. Ele já foi escola, já teve um instituto de educação, já foi casa de família, e muitas outras coisas. A gente fez um resga-

te, foi no Arquivo procurar desde quando o Casarão existia. Mas o trabalho de formação era, vamos dizer, a formação da entrevista e como transformar essa pesquisa histórica de memória oral numa fonte de informação da história deles e dos moradores do Casarão.

Começou com cerca de quarenta ou cinquenta pessoas dentro da Casa. A gente mostrou a idéia do projeto, fez uma oficina de sensibilização: o que é história de vida, cada um contou a sua história, foram dois dias. Depois essas pessoas foram convidadas para participar do processo. Mas, reduziu muito o grupo que trabalhou mesmo durante esse ano. Ficaram seis pessoas que assumiram o compromisso. Isso é um item que depois a gente transformou em reflexão.

A Paula fala muito isso: onde estava a dificuldade de manter e envolver as pessoas. A gente tem algumas dicas, algumas percepções de onde residiu essa dificuldade. Já fizemos várias análises. Enfim, esse grupo tinha um acompanhamento semanal. A Paula ia lá, tinha um grupo de discussão. Eles se dividiram em duplas e saíam entrevistando. Descobriram um super fotógrafo, o Zé da Felicidade, que morava no Morro dos Prazeres e tinha fotografias maravilhosas, fazia fotografias do morro há muito tempo. Ele se incorporou ao projeto. A idéia era como fazer essas entrevistas, que tipo de roteiro e todo o processo, desde escolher as pessoas para fazer as entrevistas, depois transcrever, escolher os temas, coletar as fotos. Mas todo o processo de registro da memória foi feito pelas pessoas.

Foram coletados trinta e quatro depoimentos de moradores do Casarão e teve uma parte em vídeo. Essa parte foi feita através de um programa do Museu chamado ‘Museu que Anda’ que é uma cabine de captação em vídeo que se desloca e permite, assim, que em vez de você ir até a pessoa para receber o depoimento, a cabine vai ao lugar.

Em um fim de semana, antes fizemos uma campanha, a cabine de captação foi ao Casarão. Alguns moradores foram convidados e a gente fez uma série de pequenos depoimentos, inclusive alguns foram editados e estão no vídeo. A parte feita durante o ano foi em áudio.

Depois começamos a discutir com eles o desenvolvimento dos produtos. A parte da edição foi uma parte também muito interessante. Dizíamos: “Vamos fazer uma exposição? A exposição vai ficar aqui no Casarão? Quais são os temas?” E teve uma discussão, a partir dessas histórias, sobre quais os temas que a gente queria transformar em tema mesmo. E assim, o grupo discutiu e destacou as partes mais interessantes. Depois trabalhou sobre os depoimentos, editou e coletou as fotos.

A exposição se dividiu em três módulos: a história do Casarão, Janelas de Histórias e Janelas da Cidade. E a casa de fato tem janelas. Se vocês forem ver, a parte de baixo é a história do Casarão, é como um tapete enorme com a história do Casarão. A cenografia é do JC Serroni, um cenógrafo com muita experiência em teatro que já trabalhou com o Antunes e é bem atuante em São Paulo. Nós o convidamos porque queríamos uma coisa muito impactante. Ainda tem um dado gigante e, até hoje, as crianças ficam jogando dado e pulando o jogo de percurso, com fotos e edição de depoimentos enormes, de três, quatro metros. Essa é a parte de baixo.

Aí você sobe. Em cima são janelas mesmo, cada pedaço da janela é um trecho da história, uma foto, um objeto coletado. São sete janelas com os temas: lugares, origens, profissões, grafiteiros, o Bloco dos Prazeres, a cidade, o bairro e o morro dos Prazeres, a escola municipal, a Sociedade de Amigos do Futebol. Esses temas foram discutidos pelos moradores e eles editaram os depoimentos, colocaram os objetos. É super bonitinho, tem janelas de verdade e lá estão os depoimentos, as paisagens...

E o terceiro andar é essa coisa que o Morro dos Prazeres tem: são trezentos e sessenta graus sobre o Rio de Janeiro. Então, a gente ressaltou essa paisagem porque é uma característica do morro, não tem um morador que não tenha dado o seu depoimento e que não tenha falado disso.

Em sua exposição, Jailson Silva falou brilhantemente desta idéia de ausência. Lá tem uma idéia enorme da ausência, mas tem uma idéia impressionante da presença, do privilégio dos moradores de estarem ali, todos os dias, olhando aquela paisagem. Isso faz parte da cultura e da identidade do morro. Por isso, a gente ressaltou e colocou uma moldura em cada uma das verdadeiras janelas do Casarão.

Uma outra coisa importante é a gente entender o lugar. O Morro dos Prazeres não tinha, vamos dizer assim, essa tradição de projeto social, conforme tem na Rocinha. Acho que isso colaborou um pouco para a dificuldade do envolvimento. Mas, como sou uma pessoa muito otimista, acho que, na verdade, é muito pouco tempo. Essa idéia de você vir fazer um projeto não dá. Você tem que se juntar com o movimento de dentro da comunidade.

O dia da inauguração da exposição foi um dia muito interessante. Não sei se vocês lembram. Foi no ano passado, em 2002, quando o Rio ‘fechou’. Vocês se lembram que o Rio fechou numa segunda-feira? A inauguração da exposição era na terça. A gente ficou na dúvida, pensando se ia ter ou não. Ninguém sabia o que ia fazer, mas decidimos que ia ter a inauguração, era o grande lançamento. Não sei se vocês lembram, também, mas na terça-feira choveu loucamente. Ou seja, o Rio fechou, no Rio choveu... Lembro que falei: “Nossa! Não tinha ninguém no caminho!”.

A Bernadete que era coordenadora da casa na época e que também apareceu no vídeo falou

para mim ao telefone: — “Pode vir. Tenho certeza que vai ter”. E ela disse depois que foi a primeira vez que realmente a casa estava entupida, entupida de gente. E não tinha nenhuma pessoa, como se diz aqui, do asfalto. Porque ninguém tinha coragem de subir o morro. Todo mundo que era de fora da comunidade e que tinha sido convidado dizia: — “Eu não vou lá”. Isso foi uma semente.

O outro lado divertido eram as janelas do Casarão durante a exposição. As crianças apontavam: — “Olha você lá”. E tinha a história: — “Olha aqui, é a sua mãe, é a história da sua mãe.” A Bernadete disse que essa foi uma conquista grande do projeto, porque de alguma maneira as pessoas se viam.

Nós fizemos uma estante chamada relicário. São coisas que as pessoas tinham em casa e que foram coletadas pelo projeto. Uma estante simples que foi transformada numa grande vitrine, como se fosse um museu, com um pequeno bordado, contando a história através de objetos da casa de moradores como dona Neusa ou dona Maria: — “Olha aquele negócio da sua sala”. Esse foi o lado bom. Essa foi a primeira semente e realmente a Casa estava muito cheia. A Casa era sempre freqüentada pelas mães e pelas crianças que iam às oficinas. Mas o resto da comunidade, meninos, rapazes, homens, mulheres não iam. E, nesse dia, eles foram. E tinha toda a turma dos grafiteiros também. Teve o Turim que participou da exposição e fez todo o grafite. Essa foi uma grande conquista.

Desencontros, encontros e desdobramentos

Acho que se o projeto continua, é óbvio que a sensibilização aumenta e o envolvimento também, ou seja, esse é o desenrolar dele, o que a gente considera é que o projeto teve essa função de ser uma pequena semente, teve a função de dar a história, e essa história, através das pessoas.

Outra coisa é o projeto piloto: ‘Esse Morro tem História’. A gente acabou conhecendo essa iniciativa que é muito bacana, então, vemos que tem uma conexão.

No Museu da Pessoa, a idéia é que a unidade seja a própria pessoa, independe um pouco de onde ela está. É lógico que ela traz em si, na sua história, o seu contexto. Mas a gente tem um trabalho de integrar a pessoa, integrar pela memória. É um pouco a idéia de que todas as pessoas podem e devem constituir um pedacinho dessa memória social. Outra questão é sobre um desdobramento possível. É um futuro interessante e feliz se, em algum momento, o Museu e o Favela tem Memória se juntarem. É uma porta para entrar nesse mundo. E o Favela é uma porta para entrar tantas outras pessoas que fazem parte dessa rede.

Gostaria de falar sobre a mobilização, como é que foi esse trabalho. No início do projeto, a gestão do Casarão mudou. O pessoal que saiu tinha alguma relação com as associações de moradores. Demoramos para entender isso. Todo espaço é homogêneo até a hora que você entra nele. Quando você entra, ele vai ficando múltiplo. Você nunca sabe, quando você vem de fora, quem briga com quem. Percebemos isso, mas demorou. Ocorreu da Paula ir por um caminho, mas alguém falava: “Eu não acho que é aqui”. Então, a Paula teve um papel muito interessante. A gente conversou muito. Ela, junto com o Alex, que trabalha no Casarão e é morador, adorou a Paula e eles formaram uma dupla. Então, a gente decidiu atrasar o projeto. Ela e a Rosali do Museu ficaram uns dois ou três meses andando pelo morro, indo no fim de semana, participando das atividades, se apresentando. No início, demorou um tempo, mas o fato dela estar acompanhada por ele foi muito importante. Ela precisou ser introduzida por alguém de lá. Ele ia mapeando para ela, ia chamando as pessoas. Depois tiveram outras pessoas do projeto que atuaram como multiplicadoras. A Nei-

de, que também trabalhou à beça, é moradora dos Prazeres. Ela ia trazendo outras pessoas. Mas acho que esse foi um ponto muito difícil.

A oficina encheu de gente, teve uma receptividade muito grande. E depois teve todo o problema da manutenção das pessoas. Havia outros projetos sociais, acho que um era do Comunidade Solidária e mais outros que trouxeram a idéia de ‘você participa e você ganha uma ajuda, um *pró-labore*’.

O nosso projeto não tinha isso. O nosso projeto ia trabalhar no acompanhamento, mas não era um projeto com remuneração, nem a Secretaria de Educação estava com essa idéia. Houve um estranhamento no início e perguntavam: “A gente vai ganhar para trabalhar?”.

Tinha essa referência de projeto social e isso veio à tona em alguns relatos. Acho que eles pensaram, de início: “Lá vem mais um projeto social. A gente vai se incorporar num projeto social”. O que acho ótimo, mas que deve ser entendido como um trabalho, um trabalho temporário, mas é um trabalho. Então, a gente percebeu isso. Trabalhar com jovem é muito difícil, pois ou está estudando ou tem de arrumar dinheiro, se descolar. Acho que no início foi entendido desta forma: é um projeto social e vai nos remunerar.

Penso que isso é um problema de tempo. Hoje já há três vezes mais pessoas envolvidas. Por quê? Porque foram lá, visitaram a exposição e se viram. Porque é um tempo de ganho de parte a parte, na verdade. Mas acho que ele é curto para tudo isso, para chegar, organizar um mutirão geral para fazer a história.

A gente aprendeu muito com isso. Mas acredito que se esse projeto ficar lá dez anos, ele vai virar uma coisa. Cinco anos, vamos ser mais otimista... Mas o problema é que ele só tem continuidade se ele for tomado por alguém, por um grupo de dentro da comunidade. É isso gente.

Este morro tem história: primeiros passos de um projeto

Sônia London

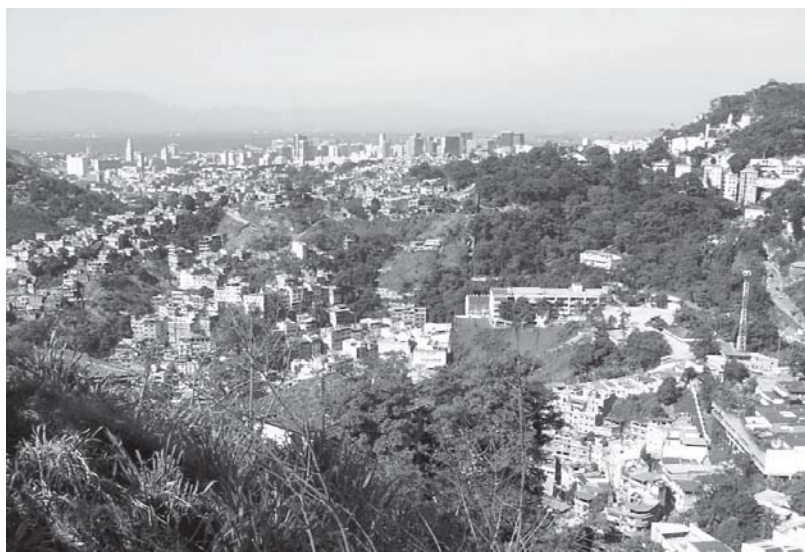
Coordenadora do Instituto Museu da Pessoa

Estou trabalhando no Museu e divido com a Karen a coordenação do Instituto Museu da Pessoa. A gente está criando um Instituto junto com o Museu. O Instituto deu início a esses projetos mais preocupados com a parte social.

Começou com Vila Isabel. A gente fez um trabalho parecido nas cidades de Santos e Uberaba e, depois, no Morro dos Prazeres. Quando cheguei ao Morro dos Prazeres, o processo já estava quase no fim. Acompanhei de longe. Hoje temos esse desejo de expandir o projeto em outras favelas. É o projeto que se chama “Esse Morro tem História”, de valorização da história das favelas, dos morros, como uma forma de fortalecimento da identidade desses lugares e dessas pessoas. Temos umas reflexões, a partir da experiência do Morro dos Prazeres, que gostaríamos de estar compartilhando com vocês, de estar expandindo para melhorar essas favelas.

Uma das dificuldades nossas, logo de início, foi a realização do projeto numa favela em área de risco. Muitas vezes, a Paula programava várias atividades que não podiam acontecer porque o morro estava “fechado”. Isso desmobilizava todo o processo, as atividades e as pessoas. Problemas com a polícia, com alguns moradores que interrompiam o processo.

Uma outra questão que alguns participantes mencionaram é o fato do projeto não remunerar as pessoas. Precisava de pessoas para trabalhar, para realizar a pesquisa. Mas no meio do projeto, elas vão abandonando porque arrumaram um bico ou outros trabalhos. Foi difícil manter o grupo inicial. Acabamos o projeto com seis pessoas e, no início, tinha por volta de vinte pessoas interessadas e querendo realizar o projeto. Esse fato parece que foi bem definidor. Mas essas seis pessoas que



Vista do morro dos Prazeres com o Centro da cidade ao fundo

ficaram fizeram super bem o trabalho. O projeto não perdeu em qualidade.

Outra questão é que nós somos de São Paulo, fomos chamados pela Secretaria de Educação, e não conhecíamos a comunidade. Houve necessidade de um tempo maior para a gente conhecer melhor, poder entrar na comunidade e começar a realizar o projeto. Levamos um tempo para fazer esse vínculo, esse contato com as organizações, com as pessoas e sermos recebidas para que elas pudessem contar suas vidas. Isso pode ser um ponto a ser considerado no porquê o projeto demorou a deslanchar.

Hoje, temos a exposição e um pequeno banco de dados. Mas está lá em cima no morro, na Casa dos Prazeres, onde não tem um computador e nem Internet para que outras pessoas da cidade também possam ter acesso a essa história. Então, quem quer saber do projeto, quem quer conhecer o projeto tem que ir ao Morro dos Prazeres. Isso também dificulta o seu acesso, a sua divulgação. Era isso.

A gente está lá!

Deise Cristina dos Santos Lopes

Professora e integrante da coordenação do Casarão dos Prazeres

Trabalho no Casarão dos Prazeres. Quando cheguei, esse trabalho já tinha começado, e

tenho um ano lá. Faço parte, sou uma das pessoas que coordena o trabalho. Quero dizer que esse trabalho serviu para gente como ponto de apoio de todo o trabalho que a gente queria desenvolver, indo com uma proposta da Secretaria. A gente não queria chegar e ditar o que fazer. As pessoas também da comunidade perguntavam: “Que pessoas são essas que vêm aqui?”.

Esse trabalho do Museu da Pessoa pode fazer com que a gente conheça mais os anseios da comunidade, o que ela pensa em relação ao Casarão e quais atividades que poderiam ser desenvolvidas ali.

Hoje, estamos sob a direção da professora Selma Vieira, da Secretaria Municipal de Educação. Essa supervisão, vamos dizer assim, está ligada diretamente à Coordenação de Educação das escolas do centro da cidade. Até ano passado, a gente estava diretamente ligado ao gabinete da secretária, esse ano a gente está sob a coordenação setorial da professora Olinda.

O trabalho é de continuidade da gestão passada. Nós vamos fazer dois anos, como a Karen falou, e é pouco tempo para você começar a construir um trabalho. Mas estamos dando continuidade às atividades de linguagens artísticas.

Este ano, a diferença é que estamos com professores da rede pública municipal atuando lá. São professores de educação artística, e estão desenvolvendo projetos na área de teatro, música, dança. Temos o trabalho da professora Vânia de balé, que aparece no vídeo. E também o professor Charles que está fazendo um trabalho de dança e trabalhos também com a terceira idade. E está assim.

A gente está lá. Quem quiser conhecer a exposição, o horário é de 8h às 17h todos os dias. Aos sábados, de 9h às 13h. É isso.

Favela tem Memória

74

Comunicações do ISER

Aviso aos navegantes

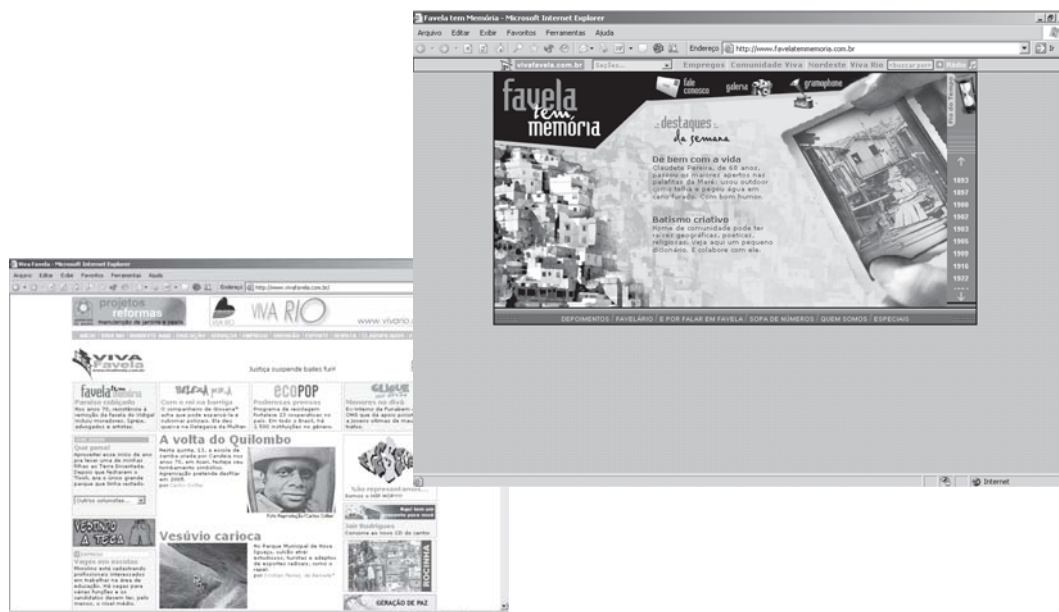
www.favelatemmemoria.com.br

O site FAVELA TEM MEMÓRIA vem se somar às várias iniciativas recentes de construção da memória das favelas no Rio de Janeiro. Queremos **valorizar as lembranças** dos moradores mais velhos e resgatar experiências coletivas de participação política, associativa ou religiosa. Queremos fazer **circular histórias** do passado para reforçar laços, identidades e sonhos do presente.

Já inauguramos uma **Galeria** de fotos com imagens das favelas e iniciamos um levantamento musical para a seção **Gramophone** que reunirá um conjunto de músicas que foram produzidas nos morros cariocas. A seção **E por falar em favela** é alimentada por notícias publicadas pela grande imprensa, veiculadas décadas atrás, sobre personagens, remoções, estratégias e intervenções do Estado. Já a seção **Sopa de números** é útil para comparar a situação das favelas no passado e do presente. Na seção **Favelário**, nome inspirado no poema homônimo do poeta Carlos Drummond de Andrade, temos a oportunidade de conhecer as várias versões das origens dos nomes dados às favelas cariocas. O **Fio do Tempo** traz a cronologia dos acontecimentos históricos que afetaram a vida dos moradores das favelas desde o século passado até os dias de hoje.

O FAVELA TEM MEMÓRIA não tem a pretensão de resgatar uma única “verdade dos fatos”. Queremos conhecer lembranças, sentimentos, experiências pessoais e familiares, recolher relatos de acontecimentos marcantes com suas **diferentes interpretações**. Entramos em campo **buscando parcerias** com instituições e centros de memória já existentes e queremos contribuir para que surjam novas iniciativas locais também voltadas para a história das favelas. Nesta primeira etapa estamos trabalhando em cinco comunidades: Alemão, Cantagalo, Cidade de Deus, Maré e Rocinha.

A equipe de trabalho do Projeto inclui correspondentes comunitários que foram selecionados entre aqueles que já tinham experiência de comunicação em nível local (organizações, rádios e jornais comunitários).



QUEM SOMOS

O FAVELA TEM MEMÓRIA se insere no Portal Viva Favela, iniciativa do Viva Rio, organização não governamental dirigida por Rubem César Fernandes.

Coordenação do Projeto

Regina Novaes

Correspondentes Comunitários

Seção Depoimentos

Elisabete Silva (Alemão)
Rita de Cássia Pinto (Cantagalo)
Dayse Lara Sant'Ana (Cidade de Deus)
Cláudio Pereira da Silva (Maré)
José Eduardo Casaes (Rocinha)

Fotógrafos

Deise Lane (Maré)
Nando Dias (Rocinha)
Rodrigues Moura (Alemão)
Tony Barros (Cidade de Deus)
Walter Mesquita (Baixada Fluminense)

Jornalistas

Cristiane Ramalho (editora do Portal Viva Favela e do projeto Favela Tem Memória)
Flávio Pinheiro (consultor)
Marcelo Monteiro (repórter)

Edição de Fotografia

Kita Pedroza (editora)
Sandra Delgado (editora assistente)

Pesquisa

Christina Vital (coordenadora)
Tiago Pinheiro (arquivo)

Bolsistas do CNPq

Aline Gatto Boueri
Carlos Beltrão
Dafne Capella
Márcio Rezende Jr.
Wagner Barreto

Financiadores

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)
PETROBRAS
FIA (Fundação para a Infância e Adolescência)

Parcerias já iniciadas

Centro Histórico da Rocinha
Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) / Núcleo Orosina
Projeto Megacidades

Colaboração

Condutores de Memória (Um Histórico-Cultural da Grande Tijuca)

O portal Viva Favela: da favela para a própria favela e para o mundo

Cristiane Ramalho

Jornalista e editora do Viva Favela

Primeiro, queria contar para vocês um pouquinho da história do Viva Favela que é o portal que hospeda o *site* Favela tem Memória que estamos lançando aqui hoje. Somos um projeto virtual que foi lançado em julho de 2001. Nossa proposta é fazer uma espécie de jornalismo inédito no Brasil na medida em que tenta, justamente, trazer da favela uma visão que a própria favela está produzindo.

Nesse sentido, acho que temos sido bem-sucedidos. A própria forma como a gente estruturou a redação é diferente de tudo, porque ela é formada por jornalistas profissionais e por correspondentes comunitários espalhados por diversas favelas. Temos quinze correspondentes comunitários – dez ‘repórteres’, responsáveis pelos textos, e cinco fotógrafos. Todos são moradores de favelas. Não têm formação em jornalismo, mas vêm sendo capacitados por nós para atuarem como repórteres e fotógrafos em suas comunidades.

Nessa medida, o que a gente tem tentado fazer com o Viva Favela é produzir um novo olhar a partir da própria comunidade, de forma a dar como retorno para a própria favela as notícias de seu interesse, de forma a mostrar toda a riqueza do cotidiano dessa comunidade – o que a mídia tradicional não consegue fazer normalmente.

E por quê isso acontece? Eu mesma, como jornalista, quando estava na grande imprensa cheguei a ir para a favela para cobrir tiroteio. Mas o repórter chega lá e sai correndo. Não tem contato com o que realmente acontece lá dentro. Nessa medida, acho que a gente tem sido bastante feliz no Viva Favela

ao revelar para a própria comunidade uma série de fatos importantes do dia-a-dia, de sua riqueza cultural.

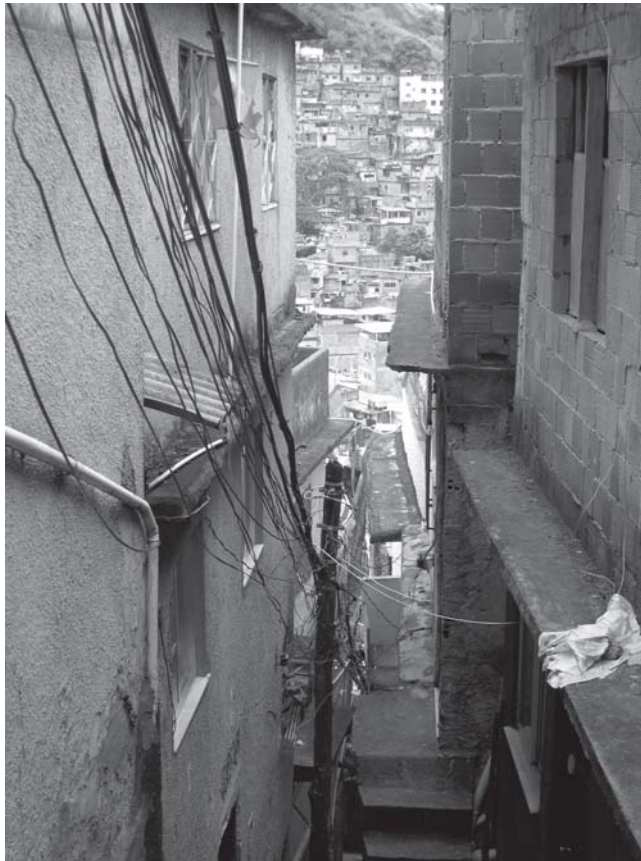
Isso fica claro nas matérias especiais que a gente produz. Nelas, a gente fala desde o engarrafamento no Morro do Alemão, até aspectos do meio ambiente na Cidade de Deus – mostramos, por exemplo, como os moradores se reúnem para fazer um mutirão para limpeza do rio. Enfim, a partir de uma série de pautas originais a gente tem conseguido produzir esse outro olhar.

Também temos tido bom retorno da mídia convencional. Jornais, TVs, revistas, estão sempre nos procurando em busca de contatos para fazer matérias inspiradas em nossas pautas. Para nós isso é uma grande felicidade, porque mostra que eles estão conseguindo realmente perceber que a favela é muito mais do que tráfico, do que a violência do cotidiano, do que o incêndio de um ônibus durante um protesto.

Acho que a mídia sempre foi muito superficial na sua forma de tratar a favela. Mas o fato de haver essa demanda agora me diz que existe espaço para uma forma diferente de ver a favela. Hoje, eu acredito que a chamada ‘cidade partida’ quer se conhecer. As pessoas têm um interesse muito grande pelo que acontece na favela.

Basta a gente mostrar esse lado da cidade de uma forma interessante, fazendo um jornalismo de qualidade – o que acho que a gente tem conseguido fazer, nessa parceria grande entre os nossos correspondentes comunitários e a nossa equipe de jornalistas.

Todos os nossos correspondentes do Favela tem Memória, Dayse Lara, Edu Casaes, Cláudio Pereira e Rita de Cássia, estão estudando jornalismo na universidade. Bete Silva, que trabalha há muitos anos com crianças em creches comunitárias, preferiu fazer Serviço Social.



Rocinha: geografia marcada pela verticalidade

Acho que a gente está tentando fazer essa ponte virtual e está conseguindo. Da própria favela para a favela e para o mundo. Porque a gente tem tido retorno da Espanha, do Japão, dos Estados Unidos. Pessoas que estão fazendo produções acadêmicas; pessoas de revistas, de jornais da Europa, interessadas em saber um pouco mais do que acontece realmente nas favelas. Para além do óbvio, para além do que sempre se contou, para além do estigma, do clichê.

E os correspondentes são os grandes responsáveis por isso. Nossas reuniões de pauta são extremamente interessantes. Às vezes, a discussão pega fogo quando eles jogam assuntos mais polêmicos. *Funk*, por exemplo. Aí a gente vê que cada um tem uma visão completamente diferente. E surge dali uma série especial sobre *funk*, porque cada um quer trabalhar o assunto da sua maneira. E a gente vem trabalhando o Favela Tem Memória dentro desse mesmo espírito.

O projeto Favela tem Memória

Assim como no Viva Favela, o Favela Tem Memória busca, antes de mais nada, criar essa identidade. Talvez seja melhor dizer encontrar essa identidade da favela, que está

ali, mas que as próprias pessoas que moram na comunidade não a percebem muitas vezes porque não conhecem a riqueza daquela comunidade.

Ao se deparar com as pessoas mais velhas que podem contar as histórias da favela, ao ouvir a reprodução do que foi a realidade da Rocinha, da Maré, da Cidade de Deus, do Alemão, no passado, eles mesmos se surpreendem.

Gostaria de explicar como o *site* Favela tem Memória foi concebido. A gente trabalhou em três vertentes. A primeira é a memória oral, que é justamente trabalhar em cima dos depoimentos. Nela, nosso critério é buscar os moradores mais antigos, com histórias de vida mais ricas e que possam contar para a gente os diversos aspectos dela. Ao contar sua própria vida, ele está recontando a história da comunidade pelo seu próprio olhar. No Favela Tem Memória, o trabalho dos correspondentes é justamente o de coletar esses depoimentos. O trabalho é baseado numa metodologia específica inspirada na tradição da antropologia e da história oral.

O *site* prevê ainda uma segunda vertente que é a memória musical, ainda em desenvolvimento. Nela, a gente quer resgatar os sambas perdidos, a produção musical que está desaparecendo com seus autores. Alguém aqui falou de como se pode contar a própria história do morro através do samba. Então, a gente também está prevendo esse próximo passo.

Há ainda a memória iconográfica, na qual já estamos trabalhando também. Nela estamos recuperando fotografias guardadas por moradores de favelas e também pesquisando imagens em acervos públicos e privados. Nessa primeira fase do Favela tem Memória a gente está trabalhando com cinco comunidades: Alemão, Cantagalo Pavão/Pavãozinho, Maré, Rocinha e Cidade de Deus. Em seguida, os correspondentes falarão sobre sua própria experiência.

Com a palavra, os correspondentes comunitários

Dayse Lara

Moro na Cidade de Deus, tenho vinte e quatro anos e trabalho no Viva Favela há um ano e três meses. Que experiência rica!

Meu maior aprendizado no Favela tem Memória é conhecer cada vez mais a mentalidade das pessoas. Ser jornalista ou simplesmente um ser humano é cada vez mais conhecermos as pessoas e suas diferentes formas de pensar.

Acho que no Favela tem Memória tenho uma experiência especialmente rica, porque conversar com pessoas idosas que têm uma faculdade de vida que nenhum diploma pode dar é maravilhoso. Essas mesmas pessoas são muitas vezes repudiadas por morarem em comunidades carentes, por morarem numa favela. A experiência de vida que elas têm, venho aprendendo a cada entrevista. Não tenho agora como transformar em palavras o tanto que tenho a dizer. Ao final das entrevistas, não sei mais o que pensar da vida. Aprendo tanto!

Com relação aos temas abordados por nós tanto no Favela tem Memória quanto no Viva Favela, tenho a dizer que refletimos sobre um assunto e o colocamos na reunião semanal de pauta. Nós temos um olhar analítico da sociedade. Muitos de nós temos outros afazeres e também conhecimentos históricos que se refletem em nossas propostas de pauta.

É isso que tenho a dizer dessa experiência como repórter, como correspondente do Favela tem Memória. Ao longo das apresentações dos meus amigos de trabalho, vai se construindo a minha fala, o meu pensamento. É um prazer muito grande estar aqui com vocês. Espero futuramente estender essa conversa o quanto for possível. Quem tiver experiências para trocar comigo, agradeço, pois a vida é um aprendizado a cada dia.

Cláudio Pereira

Sou morador da Maré há trinta e um anos. A Dayse falou da experiência dos idosos e da memória deles. A última entrevista que fiz foi com um senhor de cinqüenta e poucos anos. Ainda antes desta, entrevistei uma senhora de 104 anos, moradora da Baixa do Sapateiro. É impossível não sair emocionado da entrevista com toda a experiência de vida dela. Aquilo te fortalece. Percebemos que ela, como tantos outros idosos, queria unicamente ser ouvida. Ela começou a falar do seu cotidiano, de como chegou na Maré, do quanto sofreu, das palafitas, das enchentes. Comecei a compreender certas coisas que mesmo sendo morador de lá não compreendia. Podemos ver ângulos diferentes a partir da visão do outro.

Nasci na Maré, cresci tomando banho na Maré. Brinquei muito. E hoje em dia, isso não existe mais na comunidade: crianças andando livremente, brincando de pique-lata ou jogando pião, jogando bola de gude. Você não vê isso mais. Vê-se o asfalto. Sinto saudades daqueles tempos.

Ao conversar com essas pessoas mais idosas, começamos a relembrar o nosso próprio passado. Assim, posso dizer que a memória dela é importante como a de quem faz a reportagem também. Acho necessário difundir a idéia de ouvirmos os mais velhos. Passei a maior parte da minha vida ouvindo a minha avó contando histórias de morte, de lobisomem, etc. Ali “conhecemos” a nossa nova avó. Vejo assim, vejo minha avó que morreu ali naquela pessoa entrevistada.

Ao acabar a entrevista com a senhora de 104 anos ela disse: “Você volta amanhã para conversar mais comigo?” Respondi que voltava, mas só apareci uma semana depois para entregar a matéria e ela me disse: “Puxa, você voltou! Achei que não voltaria mais para não ter de me aturar”. Então, ela perguntou pela outra menina que foi comigo e que tirou as fotos. “Puxa, eu sinto saudade daquela menina. Ela tirava foto e não falava nada”.

Como ela quer ser ouvida, como quer falar com alguém! A grande mídia não faz isso, mas nós fazemos. E isso nos engrandece pessoalmente como também ao portal.

Para mim está sendo muito importante participar do Favela tem Memória. Resgatei um outro lado da Maré: rodar um pão, jogar bola de gude, etc. Nossa, sou praticamente um idoso dentro da comunidade. (risos) Nós estamos fazendo memória também. Vamos resgatar a memória que ficou no passado e mostrar a todos que quiserem ver. São muitos os jovens que não se importam com isso, mas são muitos também os que querem saber das histórias do passado. Só precisamos definir esse espaço.

Bete Silva

Sou correspondente da comunidade do Alemão. Nesses dois anos de Viva Favela e Favela tem Memória aprendi novas coisas a cada dia. Aprendi com a própria comunidade e com os colegas de trabalho. Estar no Favela tem Memória é praticamente a realização de um sonho.

Antes de fazer minha primeira entrevista no Favela tem Memória com seu Nilo, um morador antigo da comunidade, escutei muito suas histórias. Conheci seu Nilo através de seu neto que estudava na creche na qual trabalhava e me apaixonei por ele. Nossa, vi aquele senhor no seu barraquinho no alto da favela e não teve jeito: passei a tarde ouvindo o que tinha a dizer. Ao partir falei: “Vou voltar com um gravador, pois quero registrar sua história”, mas nunca mais voltei. Passou-se um ano e bati em sua casa para escrever a história dele e isso me deu um prazer enorme.

Gosto de representar o Complexo do Alemão. Ele tem fama. É um espaço necessitado de vários projetos. Não é uma comunidade evoluída como a Rocinha ou o Cantagalo. O que puder fazer pela minha comunidade, local onde moro há trinta e cinco anos e onde faço um trabalho com crianças e jovens, assim como alfabetização de adultos, vou fazer. Sempre que puder levar algo de bom para o Complexo e mostrar um outro lado estou à disposição com carinho e com garra. Só não fazemos melhor quando não podemos, mas a gente se esforça.

Edu Casaes

Sou da Rocinha. Gostaria de frisar que esse evento é muito importante. Não prestava muita atenção a essa coisa de memória. Tive muito apoio da comunidade no início, pois vários moradores já trabalhavam com a memória local e me ajudaram. Mas ainda assim não entendia direito a importância disso. Comecei a fazer as entrevistas propriamente. Comecei a perceber como os velhinhos se sentem importantes quando os entrevistamos. Quando vi a matéria no ar no Favela tem Memória, falei: “tudo isso vai servir de experiência para as gerações futuras.” De repente, vi que já estava sendo importante, pois a galera nova dizia: “Conheço esse senhor aqui. Esse senhor é o maior barato. Ele fala com todo mundo.” Hoje acho maravilhoso, importantíssimo.

Rita de Cássia

Sou do Cantagalo e o que mais me chama a atenção no Favela tem Memória é poder conhecer as pessoas de mais idade. Poder resgatar a história das comunidades, ouvindo pessoas que sabem contar a história de uma forma tão cômica, tão agradável, tão bem humorada, com tanta emoção. Já chegou num ponto de eu sair da entrevista chorando mesmo. Porque me emocionava mesmo. Além disso, ouvir a pessoa dizer: “minha filha, você está tendo uma paciência para me ouvir!”. Isso é muito bom. Mas eu falava: “você não sabe o presente que está me dando”. Sempre mostro que ele é mais importante do que eu estar ali. Ele é mais importante do que as perguntas. É ele. Penso que aquelas histórias podem no futuro servir de exemplo para muitos jovens que, às vezes, passam por aquele idoso e não dão atenção. Tudo que acontece hoje passou por ele. Nós, correspondentes, que somos mais jovens, podemos ouvi-los. Às vezes, eles têm uma família enorme que não tem paciência para ouvir aquela pessoa. E o Favela Tem Memória nos deu a oportunidade de multiplicar essas histórias para outras pessoas. Os mais velhos passam a ser vistos com outros olhos. O seu Milton Preto, um dos entrevistados, ao ver sua foto no convite do lançamento do *site* Favela tem Memória, passou muita emoção nos olhos. Seu Salim, outro entrevistado, foi um aprendizado. Eu saí dali outra pessoa depois de ouvir aquele senhor. É uma pessoa incrível, é analfabeta. Mas é de uma sabedoria! Sabe colocar o Português no melhor lugar! Encontramos muitos sábios que poderiam dar aulas e mais aulas em qualquer universidade por aí, descendo da favela e sem deixar nada a desejar... Então, o *site* Favela tem Memória me fez isso: poder conhecer esse universo maravilhoso que é o mundo dos idosos, poder resgatar a história da minha comunidade. Porque também preciso saber, até mesmo porque amanhã, quando eu tiver mais idosa, vou poder contar para outras pessoas. Quem sabe, vai ter um correspondente querendo ouvir a Rita?

Favela tem Memória: para cada dúvida, a busca de uma resposta produtiva

Flávio Pinheiro

Jornalista e consultor do *site* Favela Tem Memória

Não posso dizer nada melhor do que o que já foi dito aqui. A melhor coisa que existe no Viva Favela e no Favela tem Memória são os correspondentes. Acho essas pessoas extraordinárias, devotadíssimas ao que fazem e que trazem uma visão, uma outra visão mesmo, das comunidades onde estão trabalhando. Já fazem isso no Viva Favela muitíssimo bem. E estão começando no Favela tem Memória.

O Favela tem Memória surgiu numa conversa com Rubem César Fernandes na qual gostaria de agregar alguma coisa ao Viva Favela. E aí surgiu num almoço a hipótese de fazermos um trabalho de memória. E claro que no almoço parecia simplíssimo fazer um trabalho de memória. Depois, fomos descobrindo todas as imensas dificuldades de realização deste desejo. São desafios ainda maiores do que aqueles citados pela Rede Memória da Maré e pelos Condutores de Memória do Borel. Mas aprendemos muito com as dificuldades. Eu e a Regina Novaes – que é uma sábia, é uma grande e formidável figura, uma grande antropóloga e que, na verdade, é a comandante deste projeto – começamos a elaborar um questionário básico que não precisava ser cumprido ao pé da letra e que tinha como principal função lembrar os temas a serem abordados. Acho que no início, o questionário tinha umas trinta perguntas e acabou com mais ou menos sessenta.

Os primeiros resultados são resultados muitíssimos bons, pois trazem à tona o que é mais revelador: a memória comunitária, a memória da pessoa no seu lugar.

Eu, como jornalista, não posso me furtar ao fato de que tenho enorme curiosidade

por um outro tipo de memória. Ou seja, gostaria também de saber o que é a memória comum e o que é diferenciado nessa memória comum. O que para mim foi em 1969 o homem ir para a Lua e o que foi para uma pessoa que mora na favela? Tenho quase certeza que não foi a mesma coisa. O que para mim foram movimentos sociais muito grandes no Brasil, como o golpe militar de 1964 ou outros, quer dizer, o AI5 em 1968, o que foi isso dentro da favela? O que foi isso para as pessoas que moravam lá?

Marcos Alvito faz um trabalho de memória no morro de São Carlos e me contou, numa entrevista, que o morro abrigou pessoas fugidas durante a repressão militar. Eu não sabia, a cidade não sabe. A imprensa brasileira não sabe. A memória brasileira não sabe. A história brasileira não sabe. Não vi registro ainda disso!

Jornalismo: dúvidas do dia a dia e dúvidas de sempre

Acho que estou sempre puxando um pouco a brasa para o jornalismo, pois tenho um enorme interesse de saber como foi isso. Quer dizer, uma coisa para mim é saber que a remoção é uma violência, é uma brutalidade. Outra coisa é quem sofreu a remoção, depor, dizer o que foi para ela a remoção, o que foi sair da Gávea para Paciência, o que foi sair da Catacumba para a Cidade de Deus porque ela que viveu isso.

Então, a medida que o projeto foi andando, percebemos isto. Há um famoso jornalista brasileiro que diz que o jornalista vive atormentado por duas dúvidas: dúvidas do dia a dia e as dúvidas de sempre. As dúvidas do dia a dia são essas: a gente fica sem saber se arrumou a matéria direito, se o título da matéria está correto, se o que a gente está chamando atenção é o que deve ser chamado atenção mesmo, enfim, são as dúvidas do dia a dia.

As dúvidas de sempre dizem respeito ao jornalista sempre falar de alguma coisa que não sabe. O jornalista é diariamente obrigado a falar de alguma coisa que ele não sabe e com urgência. Quer dizer, se morreu um grande filósofo, no dia seguinte tem que ter um obituário, mesmo que o jornalista nunca tenha ouvido falar dele. Ou se tem um prêmio Nobel de Química, você tem que se informar e ninguém é químico ou filósofo.

Essas dúvidas iminentes, como ele dizia, nos atormentam, mas são muito úteis. No caso do Projeto de Memória de Favela, acho que elas têm sido muito úteis.

Quer dizer, devemos refletir sobre como tirar a sombra de zonas de sombra? Quer dizer, como falar de questões delicadas? Questões delicadas porque envolvem a segurança das pessoas? Tivemos, nas reuniões de pauta, grandes conversas utilíssimas a respeito disso, a partir do depoimento que cada correspondente traz: falam do seu temor, do limite de suas ações.

Discutimos a possibilidade de saber mais sem prejudicar, sem colocar ninguém em risco e o Viva Favela fez isso com grande maestria. O Viva Favela criou uma sessão chamada Vidas Perdidas na qual não fala sempre da violência, mas sim do luto por uma morte, dando uma existência civil, se assim podemos dizer, ao indivíduo morto.

Estou contando isso aqui porque como a experiência deste seminário, de ontem e de hoje, está sendo muito rica de troca de informações, acho que discutir um tema como esse é importante. Eu e Regina Novaes, às vezes, ficávamos nos perguntando: “Caramba, daqui a dez anos vão ler um trabalho sobre memória feito no ano de 2003 e final de 2002 e não tem violência? Ninguém fala de violência!”.

Essa é uma dificuldade real. Acho que cada dúvida dessas ou cada questão que vai ser levantada tem feito com que a gente procu-

re algum tipo de resposta produtiva. Eu, infelizmente, por conta dos meus afazeres profissionais, participo pouco das reuniões de pauta dos correspondentes que é uma das melhores coisas que conheço. Quer dizer, raramente aprendo tanta coisa quanto numa reunião de correspondentes, pois têm uma visão de um ‘outro mundo’ é uma visão de um mundo que conheço pouco e que quero conhecer mais.

Quero finalizar dizendo que o Cláudio Pereira, correspondente do Favela tem Memória, falou muito bem. Talvez o que ele disse possa ser expresso num verbete do recém lançado dicionário de sinônimos: o primeiro sinônimo de viver é conviver.

O Rio que eu não conhecia

Marcelo Monteiro

Jornalista e repórter do Viva Favela e Favela tem Memória

O Rio de Janeiro é uma cidade tão surpreendente e improvável que um morador da zona sul pode passar a vida inteira cruzando as esquinas do asfalto e nunca ouvir falar sobre arara-porto, gurufim e rola-rola. Palavras que num primeiro momento parecem estranhas, com uma sonoridade até engraçada. Mas que no fundo revelam uma realidade triste de preconceito e desrespeito com a história de uma outra parte da cidade totalmente estranha para a maioria dos cariocas. E que aqui no Favela tem Memória eu tive o imenso prazer em conhecer.

Escrever sobre o passado das favelas cariocas é descobrir um mundo de pautas e histórias praticamente inexploradas pelos jornais e revistas; e que até bem pouco tempo só apareciam em pesquisas da área acadêmica. Mais ou menos como um furo de 40 anos.

Nesse um ano de Favela tem Memória tive enorme o prazer em contar histórias de superação como a da incrível luta dos mora-



Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

O "rola-rola", sistema usado para levar água até as moradias na Cidade de Deus em 1970

dores de favelas para construir suas casas usando tijolos quando o estado só permitia barracos de madeira ou sopapo; outras tristes como a das remoções que destruíram centenas de comunidades nos anos 1960; ou ainda de solidariedade como eu nunca tinha visto no asfalto, como a dos mutirões que resultaram na construção de escadarias, casas, escolas, e que acabavam sempre numa feijoada com cerveja gelada na laje do vizinho. Quer coisa mais carioca que isso?

Mas, para falar a verdade, minha grande descoberta foi conhecer gente simples que aprendeu o significado da palavra cidadania muito antes da prefeitura sonhar em fazer obras nos morros do Rio.

Por isso, na hora de selecionar duas matérias do Favela tem Memória tive logo certeza que uma delas seria sobre a criação das primeiras associações de moradores que lutaram contra tudo e contra todos para manter suas comunidades intactas em seu local de origem. Algumas sucumbiram, como o Pas-mado, a Praia do Pinto e a Catacumba. Outras sobreviveram a custa de muito esforço e organização. Estão aí até hoje mostrando aos mais jovens que a favela quando está unida tem sim muita força.

A segunda conta a história do arara-porto, como era conhecida a antiga rodoviária do

Rio, ao lado do Pavilhão de São Cristóvão; e a saga de famílias inteiras que vieram do nordeste para enriquecer ainda mais a nossa cultura com o tempero da mistura que hoje é marca registrada da cidade.

Em tempo: rola-rola era uma espécie de barril usado para levar água para os barracos; e gurufim uma festa-velório – por mais contraditório que isso possa parecer – regada a cerveja e falatório.

Depois não sabem porque o Rio é mais Rio nas favelas – berço do samba, do futebol e da malandragem. Uma parte da cidade que os cariocas infelizmente teimam em ignorar.

Os filhos do arara-porto

publicada em 15/04/2003 no *site*
www.favelatemmemoria.com.br

Dez dias de pau-de-arara numa estrada empoeirada separavam os migrantes nordestinos do sonho de ganhar dinheiro e subir na vida no Rio de Janeiro. Pelo menos assim pensavam os milhares de retirantes que chegavam todos os dias na antiga rodoviária de São Cristóvão. O percurso não era fácil, mas pior ainda eram as secas no sertão.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos que decidiram tentar a sorte no Sudeste. Antes dele os pernambucanos Ademar Casé, avô da apresentadora Regina Casé e

um dos precursores do rádio nos anos de 1930, e Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, já tinham feito o mesmo. Mas a verdade é que foram pouquíssimos os retirantes que trilharam caminhos de sucesso nas capitais da região. Para muitos, o sonho de vencer na vida acabou virando ilusão. A maioria foi mesmo parar nas favelas – ou num canteiro de obras da zona sul.

“Meu pai já tinha vindo para o Rio e eu achava que aqui teria mais chance de arrumar um emprego. Minha primeira decepção foi ver onde ele morava. Pensei encontrá-lo numa boa situação, mas ele dormia num quarto minúsculo numa obra no Leblon”, lembra o cearense Edmundo Rodrigues, que deixou sua cidade natal, Santa Quitéria, após longa estiagem em 1958.

Presidente da associação de moradores do Morro da Coroa, Edmundo tornou-se líder comunitário após sofrer com o preconceito na Cidade Maravilhosa. “Aqui na favela só os nordestinos pagavam taxa para as melhorias no morro. Isso me revoltava. Prometi que um dia seria presidente da associação. E aqui estou eu. Nordestino é um povo guerreiro”, diz Edmundo, que antes da Coroa já havia morado nas favelas da Rocinha, Pavão e Ladeira dos Tabajaras.

O paraibano Cícero Raimundo da Silva, de 82 anos, gastou nove dias para vir de Campina Grande ao Rio de Janeiro, no final dos anos 1940, antes da construção da Rio-Bahia. Na época, o trajeto era feito por estradas de saibro que esticavam a viagem em até dez dias. “Lembro que minha roupa ficou barro puro por causa da poeira da estrada”, conta Cícero, que desembarcou na antiga rodoviária de São Cristóvão, apelidada de *arara-porto*. “O movimento de caminhões era enorme, todos com famílias inteiras de retirantes. Do arara-porto fui direto para Copacabana. Meus irmãos trabalhavam numa construção e eu arrumei emprego lá. Dormia e cozinhava no canteiro da obra”, lembra.

Depois de um curto período morando na Baixada Fluminense, Cícero se estabeleceu na favela Chácara do Céu, na Tijuca. Ele sonhava com um bom emprego na cidade grande mas ficou decepcionado. “Os donos de fazenda na minha terra faziam a gente de escravo. Mas a situação aqui não melhorou não. Dei um duro danado minha vida inteira e agora vivo com um salário mínimo”, diz resignado.

“Eu lá sou cabrito para morar em pé-de-serra?”

As primeiras grandes levas de migrantes nordestinos começaram a chegar ao Sudeste no final dos anos de 1930. Os destinos preferidos eram Rio de Janeiro, então capital federal, São Paulo, e depois Brasília. O Brasil passava por um período de industrialização e os empresários precisavam de mão-de-obra barata. Sobravam empregos, mas faltava infraestrutura para receber tanta gente – principalmente moradia. Como não podiam se estabelecer longe do emprego, a opção foi morar nos canteiros de obra da construção civil, ou procurar locais ainda não ocupados pela especulação imobiliária, como morros e áreas alagadas perto da Baía de Guanabara.

Fundador e duas vezes presidente da associação de moradores da favela Nova Brasília, uma das 13 comunidades que hoje fazem parte do Complexo do Alemão, o aposentado Zé Cabo, de 74 anos, veio para o Rio de Janeiro no final dos anos de 1940, mas só foi se estabelecer no morro em 1954. Quando chegou, encontrou uma realidade parecida com a que vivia em Currais Novos, interior do Rio Grande do Norte. “Naquela época, a favela não tinha nada, era tudo meio rural. Foi duro mas não me arrependo. Se não tivesse vindo para cá podia ter morrido de fome. Lá na minha terra a gente não pede esmola porque não tem a quem”, diz Zé Cabo, um dos responsáveis pelas principais conquistas da favela, como a primeira bica d’água e as redes de esgoto e eletricidade.



Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

Ponto de chegada de ônibus e paus-de-arara no bairro de São Cristóvão em 1972

“Meus amigos sempre me falaram para morar na favela. Eu dizia: eu lá sou cabrito para morar em pé de serra? Mas não é que era bom mesmo! Naquele tempo não tinha água, luz, telefone, mas as pessoas eram muito unidas e se ajudavam”, conta o paraibano Inácio Alves de Souza, de 61 anos, morador do Morro dos Prazeres, que antes de chegar no Rio ficou dois anos em Brasília. “Vim mais por curiosidade. Sempre quis conhecer o Sudeste”, admite.

Dos paus-de-arara para os canteiros de obra

A história dos paus-de-arara – chamados também de mistos quando traziam mercadorias – foi retratada com maestria pela dupla Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos, repórter e fotógrafo respectivamente, que ganharam o primeiro prêmio Esso de Jornalismo com a matéria “Uma tragédia brasileira – Os paus-de-arara”, publicada em 1955 na antiga revista ‘O Cruzeiro’.

Durante 11 dias, os dois viajaram de Pernambuco até Duque de Caxias acompanhados de 102 retirantes. “Após tanta convivência, eles ficaram amigos do pessoal do caminhão. Muitos inclusive começaram a freqüentar a redação quando chegaram no Rio. Alguns até arrumaram emprego na re-

vista”, conta o pesquisador baiano Manuel Castro, de 50 anos, que atualmente finaliza uma pesquisa sobre a Feira de São Cristóvão – ainda sem título – no curso de pós-graduação ‘Fotografia como Instrumento de Pesquisa’, na Faculdade Cândido Mendes.

“São Cristóvão era o ponto de chegada dos ônibus e dos paus-de-arara. Com tantas idas e vindas foi criada no local uma típica feira nordestina, com espaço para comércio, diversão e apresentações culturais. Os empresários da construção civil já sabiam do movimento. Por isso, muita gente que chegava lá ia direto para os canteiros de obra”, conta. Morando no Rio há quase trinta anos, Manuel se encantou com os cordelistas e repentistas que freqüentavam a feira – a revista francesa L’Express chegou a compará-los aos trovadores da Idade Média. “Depois surgiram também espécies de sucursais em Copacabana, no Largo do Machado e em Duque de Caxias”, diz.

A Feira de São Cristóvão foi fundada oficialmente em 1945 mas só foi reconhecida pelo Estado como espaço turístico e cultural em 1993, através de uma lei municipal. Seu atual presidente, o cearense Agamenon de Almeida, de 54 anos, lembra que as primeiras barracas instaladas no local trocavam produtos típicos do Nordeste, como carne

de sol e cachaça, por rádios de pilha e até camisas de marca.

“O comércio foi crescendo, o movimento aumentando e a feira acabou virando ponto de encontro dos nordestinos no Rio. O movimento era tão grande que os motoristas de paus-de-arara serviam de intermediários para as contratações da construção civil”, afirma Agamenon, que promete para julho a inauguração do novo Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. “A feira agora vai para dentro do pavilhão. Vamos aproveitar para homenagear nordestinos ilustres. Os dois palcos serão chamados João do Vale e Jackson do Pandeiro. Teremos ainda ruas batizadas como Câmara Cascudo, Azulão e até João Gordo, que foi um dos fundadores da feira”, adianta.

Gonzaga tocou no Alemão

Conhecidos entre os cariocas como “gafieiras de nordestinos”, os forrós serviam também como ponto de encontro para os retirantes no Rio. O maior deles era o Forró do Xavier, em Botafogo, na antiga subida para o Morro do Pasmado. “Foi também o primeiro forró da cidade. Era uma concentração enorme de nordestinos, com música ao vivo, muito animado”, lembra Edmundo, até hoje um admirador do ritmo. “Neste último réveillon, fiz questão de chamar um grupo para animar a virada do ano na Coroa. A festa foi até de manhã”, conta. Nos anos de 1960, os bailes do Forró do Xavier eram freqüentados, em sua maioria, por trabalhadores da construção civil, porteiros e empregadas domésticas.

Apesar da concorrência do samba, o forró sempre teve espaço garantido nos morros cariocas. O líder comunitário Zé Cabo, do Complexo do Alemão, lembra que sua primeira iniciativa ao assumir a associação de moradores de Nova Brasília foi criar um espaço para os bailes da comunidade. “A gente não tinha lugar disponível e o jeito foi aproveitar a própria sede da associação para o arrasta-pé”.

Convidado pelo próprio Zé Cabo, o mestre Luiz Gonzaga tocou duas vezes na comunidade nos anos de 1960. “A primeira vez foi na associação. Tinha gente saindo pela janela. Ele já era o rei, todo mundo queria vê-lo”. Na segunda visita de Luiz Gonzaga ao Alemão, Zé Cabo fez um pedido especial. “Querida muito que ele visitasse um vizinho meu que era aleijado e não podia ir ao show. O sonho dele era conhecer o Gonzagão. Lembro da multidão seguindo ele pela rua”, conta.

Violência assusta

O fluxo de migrantes para o Sudeste foi tão intenso nos anos de 1940, 1950 e 1960 que até hoje muitos morros cariocas têm áreas inteiras ocupadas por nordestinos e seus descendentes. Algumas favelas chegam a ter mais da metade dos seus moradores composta por retirantes. As maiores concentrações são em Rio das Pedras, Prazeres, Rocinha, Santa Marta, Maré e Coroa. “Cerca de 80% dos moradores daqui são nordestinos. Tem um lugar na Coroa que se chama Serra Pelada que só tem nordestino. E não pára de vir gente. Cada um que chega traz mais dois da família. A ilusão continua”, diz Edmundo, que tem a companhia de nove irmãs morando no Rio.

Com a escalada da violência, o número de migrantes nordestinos que vem tentar a sorte no Sudeste nos últimos anos é cada vez menor. A ilusão do dinheiro fácil já não engana mais os retirantes. Mesmo assim, cerca de dois mil nordestinos chegam por mês na rodoviária do Rio.

“Antigamente o retirante pensava em chegar aqui para conseguir trabalho, ganhar dinheiro e voltar para sua terra natal. Hoje é diferente, eles já vêm para ficar. E estão mais espertos. Cobram até para dar entrevista”, diz Zé Cabo. Recém-eleito para um novo mandato na Feira de São Cristóvão, Agamenon concorda que o número de migrantes tende mesmo a cair, mas admite uma mudança de postura. “O Nordeste cresceu

muito e a violência daqui assusta. Muita gente passa dificuldade quando chega. Mas a maioria já não tem a mesma ilusão de antigamente”, conta Agamenon, que dá comida e passagem de volta para os que não conseguem emprego no Rio.

Seca, fome, emprego – às vezes, simples curiosidade – não importa, os motivos que atraem os migrantes nordestinos para o Sudeste são vários. Mas todos que vieram carregam no peito um sentimento comum. “Nordestino é um andarilho por natureza. E temos muita força. Você pode ver: a gente rala o dia inteiro, depois ainda arruma tempo para namorar, beber cachaça, jogar bola no Aterro, dançar forró e ainda acordar inteirinho no dia seguinte”, resume Agamenon

A história do presidente Lula – ele próprio um retirante que gastou dez dias para vir de Caetés para São Paulo – serve como exemplo, mas é tão extraordinária quanto um raio caindo duas vezes no mesmo lugar em pleno sertão. Zé Cabo torce pelo novo governo, mas sabe que a promessa de acabar com a fome é quase impossível de ser cumprida. “Só um milagre resolve o problema da fome no Nordeste. Se o Lula der jeito, pode até ser santo, né?”, brinca.

O terror dos militares

publicada em 02/06/2003 no site
www.favelatemmemoria.com.br

Quando o incêndio começou já era quase madrugada na Favela da Praia do Pinto, comunidade que existiu no Leblon até o final dos anos 1960, no mesmo local ocupado hoje pela Selva de Pedra – um condomínio de prédios de classe média. Nas ruas e becos, o clima era de desespero e muita correria. Quem estava em casa dormindo foi acordado às pressas. O fogo se espalhou rápido por causa do vento forte e dos barracos de madeira de fácil combustão. Em poucas horas, a terceira maior favela do Rio de Janeiro tinha ido abaixo.

“Depois do incêndio da Praia do Pinto todas

as outras remoções foram pacíficas. A ditadura já estava estabelecida e a gente não tinha como reagir. As lideranças mais combativas ficaram impossibilitadas de manter contato. Os militares criaram o terror”, afirma José Maria Galdeano, o Juca, de 72 anos, na época secretário-geral da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), entidade máxima de representação dos moradores de favelas nos anos de 1960.

Na semana anterior ao incêndio, os principais líderes da Fafeg haviam sido presos para evitar atos de resistência que impedissem a remoção. Juca e outros cinco membros da diretoria foram levados para a sede do Dops (Divisão de Ordem e Política Social), no Centro do Rio, principal órgão de repressão do governo militar.

“Eles queriam a gente fora de circulação para facilitar as remoções. O motivo oficial era desvio de verbas. Imagina! Nem verba nós tínhamos. Depois eles inventaram que tinham encontrado armas nas favelas. Tudo desculpa”, completa Juca.

Tortura psicológica

Presidente da Associação de Moradores do Morro de São Carlos de 1965 a 1968, e membro do Conselho Deliberativo da Fafeg, Abdias José dos Santos, de 70 anos, explica que a remoção da Praia do Pinto culminou numa mudança de postura dos principais integrantes do movimento. “Houve muita pressão, tortura psicológica, ameaçaram nossas famílias. Algumas pessoas chegaram a desistir da política”, afirma Abdias.

Abdias e seus companheiros de Fafeg fizeram greve de fome após serem transferidos do Dops para o presídio de Ricardo de Albuquerque (subúrbio carioca) – última parada antes da temida transferência para a Ilha Grande, no litoral sul fluminense. Foram soltos vinte dias depois, inclusive o presidente da Fafeg, Vicente Mariano, que mor-

reu de ataque cardíaco fulminante, no início dos anos de 1970, no Morro de São Carlos.

Criada em 1963 para evitar as remoções de favelas e reivindicar melhorias de infra-estrutura nos morros, a Fafeg teve papel fundamental na resistência ao plano do Governo do Estado de extinguir todas as comunidades do Rio até meados dos anos 70. A entidade contava com o apoio de 100 associações de moradores – todas registradas em cartório. Seu principal objetivo era lutar pelo reconhecimento da favela como espaço digno de moradia. “Descobrimos que a maneira correta de conseguir nossas reivindicações era nos organizando”, resume Juca, ex-morador do Morro 117, no Rio Comprido.

Política de curral

O processo de organização do movimento comunitário começou no início dos anos de 1950 através de políticos influentes. Eles ajudavam os moradores de favelas com pequenas melhorias, como bicos de luz e torneiras de água. Os advogados Antoine Magarinos Torres e Almir Chaves, além do deputado José Gomes Talarico, por exemplo, são até hoje idolatrados em algumas comunidades da Grande Tijuca. “Cada bairro tinha seu protetor. Era tipo política de curral. Mas para nós não era suficiente”, explica Abdias.

Os políticos benfeitores ganharam fama de mitos. Magarinos Torres era chamado de “advogado do povo” no Borel. Quando morreu, no final dos anos de 1960, foi velado na associação de moradores e seu cortejo fúnebre acompanhado por centenas de pessoas do morro pelas ruas da Tijuca. “O Magarinos tinha muita influência na Câmara. Ele começou defendendo as pessoas que eram ameaçadas de despejo por empresas que se diziam donas dos terrenos das favelas”, explica Sebastião Bonifácio, de 74 anos, tesoureiro da União de Trabalhadores de Favelas (UTF). Criada em 1953, foi

uma espécie de precursora das associações de moradores que se espalharam pelos morros do Rio na década seguinte.

“Os policiais subiam o morro com cacetetes para forçar a remoção dos moradores. A gente se defendia jogando pedras. Nos anos 1950, a luta era pelo direito de morar. Depois passamos a reivindicar luz, água e calçamento”, diz. Para Sebastião, até hoje morador do Borel, a contribuição de Magarinos foi decisiva na formação de uma geração ativa na luta pelos direitos dos favelados. “Ele nos ajudou, inclusive, a escrever o estatuto da UTF”, conta.

As reuniões da UTF eram realizadas num barracão de madeira na subida do Borel e contavam com a participação de lideranças de diversas comunidades. “A UTF foi uma espécie de Fafeg dos anos de 1950. As pessoas vinham ao Borel para discutir problemas comuns e também pedir orientação para formar suas próprias associações. Algumas até copiaram o estatuto da UTF”, garante Josias Pereira, de 42 anos, sobrinho de José Francisco Fernandes, ex-presidente da União dos Moradores do Morro do Borel (UMMB) e um dos fundadores da UTF, que depois seria extinta no auge da ditadura militar. “O administrador regional da Tijuca, que era um coronel da polícia, veio aqui no Borel para exigir o fim da UTF. E com os militares a gente não podia fazer nada, tinha que ficar quieto”.

Esquerda nos bastidores

A partir dos anos de 1960, os moradores de favela perceberam que não poderiam depender para sempre dos favores de políticos influentes e começaram a se organizar. Os primeiros líderes já tinham experiência política adquirida nos sindicatos. “Foi nesse momento que o movimento de favelas trocou a política assistencialista dos figurões do asfalto pela política de reivindicação dos moradores”, explica Juca.

Membros do movimento estudantil e dos partidos políticos de esquerda trabalhavam nos bastidores para dar suporte aos moradores. Abdias lembra que o principal medo dos políticos era a popularização do Partido Comunista. “Eles tinham medo que os partidos de esquerda usassem as favelas para ganhar votos. Nessa época, os sindicatos já estavam desativados e o governo começou a trabalhar para colocar as associações de moradores a serviço da secretaria de Serviço Social”, conta.

O Governo do Rio demorou a se decidir entre uma estratégia de remoções ou de urbanização das favelas. Prova disso foi a criação, já na segunda metade dos anos 1960, da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco) – iniciativa revolucionária de urbanização de favelas que seria a semente do Favela-Bairro dos anos 1990. Por outro lado, houve a construção dos primeiros conjuntos habitacionais para onde seriam removidos os moradores de favelas da zona sul.

Segundo Juca, assistentes sociais iam para as favelas para tentar convencer os moradores a se mudarem para a zona oeste. “O Governo montou inclusive estandes nas comunidades com maquetes dos conjuntos. Diziam maravilhas sobre os projetos. Minha própria mulher chegou a me pedir para ir para a Cidade de Deus. Mas depois ela viu que era tudo armação”, conta Juca.

As vilas Aliança, Esperança e Kennedy, além da Cidade de Deus, foram construídas antes do golpe militar, com verba da recém-criada Aliança para o Progresso, financiada pelo governo americano. Mas quando os moradores das favelas ameaçadas de extinção se deram conta das verdadeiras condições de infraestrutura dos conjuntos da zona oeste, os atos de resistência foram ficando cada vez mais organizados e ganhando novas proporções.

Nessa época, a criação de uma entidade que representasse os interesses das favelas cari-



Remoção da favela do morro do Pasmado em 1964

Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

ocas já era consenso. “A proposta era cada região ter seu próprio conselho. Só depois pensamos numa federação que englobasse todas as favelas”, afirma Juca. Assim nasceu a Fafeg.

Urbanização sim, remoção não

O primeiro grande desafio da Fafeg foi evitar a remoção da favela do Pasmado, em Copacabana, que tinha quase dois mil moradores. Com o governo militar, a política de remoções ganhou o reforço de soldados armados para combater a resistência dos moradores. Juca lembra que a própria secretária de Serviço Social, Sandra Cavalcanti, chegou a divulgar nos jornais os detalhes da operação que removeria os moradores do Pasmado. “Ela convidou a imprensa para acompanhar aquele absurdo. Os moradores foram simplesmente expulsos de suas casas. Depois os soldados colocaram fogo nos barracos”, lembra.

Durante o regime militar, as associações de moradores de favelas tiveram que contar com a proteção de padres e pais-de-santo para realizar suas reuniões. Os encontros aconteciam no subsolo das igrejas ou no fundo dos terreiros para não chamar a atenção dos soldados. “Eles botavam o pé na porta e invadiam as associações sem mais nem menos. Lembro que a gente colava etiqueta com nomes inventados para os militares não nos identificarem”, lembra José Bernardo, de 64 anos, três vezes presidente da associação de moradores do Morro dos Prazeres, em San-

ta Teresa. “Eles ajudavam porque sabiam das nossas dificuldades”, explica.

A essa altura, todas as favelas da zona sul corriam risco de serem removidas, principalmente aquelas em terrenos horizontais. Foi o caso da Ilha das Dragas, na Lagoa, onde hoje existe o Clube Caiçaras. “Lembro que fizemos uma reunião na comunidade e os moradores votaram pela urbanização. No dia seguinte, todos os líderes da favela estavam presos e os tratores derrubando os barracos. Decidimos fazer a mesma coisa e seqüestrar os mandantes da remoção”, lembra Abdias.

O seqüestro não foi levado adiante por ser considerado muito arriscado. O plano B seria exigir uma reunião com o então governador Negrão de Lima, que já havia defendido publicamente a urbanização das favelas. “Apesar de continuar nos apoiando, ele já não tinha o mesmo poder de antes. Percebemos ali que os militares estavam definitivamente no controle. Pelo menos nossos companheiros foram soltos. A maioria foi transferida para o subúrbio e nunca mais voltou a fazer política”, admite.

Em 1968, no auge da ditadura militar, o governo do Rio cria a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam), órgão que definia as favelas como “espaço urbano deformado” e planejava sua extinção no prazo máximo de dez anos.

Apesar da demonstração de força dos militares, os moradores seguiam seu caminho de resistência. Os congressos da Fafeg de 1968 foram realizados em dez comunidades diferentes reunindo sempre centenas de pessoas. Abdias conta que os encontros começavam pela manhã e se estendiam até a madrugada. “Decidimos que nosso lema seria Urbanização sim, Remoção não. As favelas só poderiam ser removidas em caso de risco. E sempre na presença de um representante do governo, da comunidade, de um arquiteto, além dos donos da terra”.

Depois do Pasmado e da Ilha das Dragas, a Fafeg decidiu concentrar seus esforços de resistência na Praia do Pinto, que ficava numa área plana de alto interesse imobiliário da zona sul e tinha tudo para ser o próximo alvo da Chisam. Mas nem os militares, nem os políticos, pareciam dispostos a ceder às pressões da Fafeg. Para evitar a resistência dos moradores, a solução foi prender os líderes da Fafeg e colocar fogo nos barracos.

Ao sair da prisão, Juca ouviu dos companheiros a descrição da noite de terror vivida pelos moradores da Praia do Pinto. “Foi uma covardia. Idosos chorando na calçada, crianças perdidas no meio da multidão, pais de famílias tentando salvar móveis. Os bombeiros alegaram que não tinham água para apagar o fogo. Isso com toda aquela lagoa ali na frente. No dia seguinte, alguns companheiros ainda tentaram reconstruir os barracos, mas a polícia impediu”, conta.

Fim de linha para as horizontais

O desgaste com a opinião pública e a falta de verbas são apontados como os principais motivos para o esvaziamento da política de remoções a partir dos anos de 1970. Juca acredita que comunidades como Cantagalo e Santa Marta também poderiam ter desaparecido se tivessem sido construídas em terrenos horizontais. “As favelas da zona sul que sobreviveram ficam em regiões difíceis para a construção de prédios. Se fossem horizontais talvez tivessem o mesmo caminho da Praia do Pinto, da Catacumba e da Macedo Sobrinho”.

O tempo provou que as remoções dos anos de 1960 criariam novos problemas para o Rio. Os conjuntos habitacionais da zona oeste formam hoje um grande cinturão de pobreza ao redor da cidade e agravaram problemas de transporte, saúde e desemprego. “Nós já havíamos antecipado tudo isso. Nos congressos da Fafeg foram apre-

sentados diversos estudos de sociólogos e arquitetos prevendo esses problemas”, lembra Juca.

Se não conseguiram vencer a febre remocionista, os líderes comunitários dos anos de 1960 deixaram uma história de resistência que até hoje serve como exemplo para as novas gerações. Em meados da década de 1970, a Fafeg se transformaria em Famerj, que continua até hoje a defender os interesses das favelas – mesmo sem a mesma força dos anos de 1960. Muitos dos antigos líderes migraram para os movimentos sindicais. Atualmente, o poder do tráfico e a descrença na política também dificultam a organização. “A favela está menos politizada mas as condições de vida melhoraram. O que é feito hoje é fruto da nossa luta”, resume Juca.

Imagens da Memória

Kita Pedroza

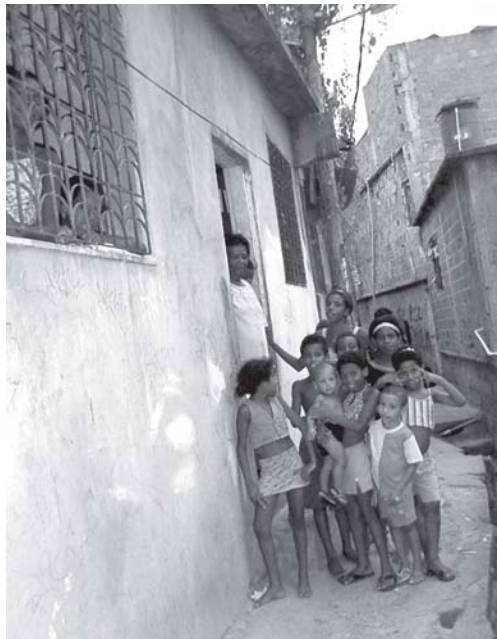
Jornalista e editora de fotografia do *site*

Imaginar a cidade sem suas principais ruas, avenidas e vias de acesso; sem as construções que se tornaram seus próprios símbolos; sem suas igrejas e casas tradicionais; sem suas favelas. Sem dúvida, é uma tarefa bastante difícil. Tão difícil quanto tentar imaginar as primeiras formas de ocupação urbana, os antigos tipos de moradia, seja à beira do mar ou em cima dos morros.

Lembranças do passado como estas ajudam a construir nossas histórias e, para que não se percam, é preciso encontrar maneiras de registrá-las. O registro da *fala* – seja ele escrito e/ou oral – e o registro *visual* são formas diferentes de conservar essas lembranças. É importante perceber que cada uma delas tem suas particularidades e riquezas. No momento, vamos nos concentrar apenas no uso da imagem como fonte de recuperação da memória de acontecimentos passados e, particularmente, no uso da imagem fotográfica dentro do projeto Favela tem Memória.



Rodrigues Moura/Viva Favela



Rodrigues Moura/Viva Favela

Nilo dos Santos (acima), entrevistado pelo Favela tem Memória e sua família no Complexo do Alemão em 2003



Tony Barros/Viva Favela

Régis de Oliveira e Leina Ferreira, entrevistados pelo Favela tem Memória na Cidade de Deus em 2003

Sabemos que é possível *falar* do passado, mas não fazer um registro *visual* de algo que não existe mais (levando em conta, aqui, somente os chamados registros técnicos de imagem como a fotografia, o cinema e o vídeo). Ao mesmo tempo, qualquer imagem registrada se torna passado no momento seguinte ao que foi criada. Portanto, por um lado, o projeto trabalha com a busca de imagens de outras épocas para reconstruir, visualmente, a percepção das favelas cariocas e, em especial das cinco comunidades nas quais o Favela Tem Memória vem se concentrando até então – Cidade de Deus, Rocinha, Cantagalo, Complexo da Maré e Complexo do Alemão. Por outro lado, além da idéia de recolher fragmentos do passado, o projeto também produz imagens que poderão se transformar em referenciais do passado num futuro próximo.

A atividade fotográfica do projeto

O material fotográfico do projeto, disponibilizado no *site* www.favelatemmemoria.com.br, é constituído a partir de duas vertentes. A primeira é a produção de retratos dos entrevistados e de seus familiares nos respectivos locais de moradia. A segunda vertente consiste na coleta de fotografias antigas a partir de diferentes fontes: álbuns de família dos entrevistados e outras fontes locais como associações de moradores, igrejas etc; arquivos iconográficos públicos ou privados que possuam imagens de favelas e da região suburbana da cidade. O projeto conta com uma equipe para realizar as atividades relacionadas à área de imagem, composta por cinco fotógrafos, um pesquisador, um bolsista, uma editora e uma assistente de edição. Toda a produção e reprodução de fotos é realizada em processo digital.

Produção de imagens

A produção do material fotográfico é feita pelos correspondentes de fotografia do por-

tal Viva Favela, residentes em comunidades cariocas cobertas pelo Favela Tem Memória. São eles: Deise Lane, Nando Dias, Rodrigues Moura, Tony Barros e Walter Mesquita. O correspondente deve ter em mente as duas orientações relativas à área de imagem do projeto, descritas acima: a produção de fotos atuais e o resgate de fotografias de tempos passados. Dessa forma, sua tarefa principal é fazer a cobertura fotográfica dos depoimentos e, quando necessário, complementar o material coletado em arquivos iconográficos para as seções 'Especiais' e 'E por falar em favela'.

Em segundo lugar, tanto o objetivo das séries de fotos quanto o uso que o projeto pretende fazer delas precisam ser bem explicados aos fotografados. Essa tarefa pode ser dividida com o correspondente de texto, na medida em que este já estabelece uma relação de proximidade com o entrevistado em razão dos repetidos contatos que precisam ser mantidos para a realização da entrevista. Cabe à dupla de correspondentes de texto e de foto decidir em conjunto a melhor forma de conduzir o trabalho prático. As dúvidas que surgem no decorrer do trabalho são discutidas nas reuniões.

Quanto aos objetivos e usos das imagens, vale lembrar, resumidamente:

Objetivos

Resgatar a história do local a partir de entrevistas com seus moradores e fotografias do passado, que têm, em geral, dois tipos de procedência: álbuns de família dos entrevistados e de outros moradores locais; acervos públicos ou privados de imagens da cidade.

Usos

A veiculação das fotografias produzidas pelo projeto se restringe ao *site* www.favelatemmemoria.com.br e a seus subprodutos, ou seja, outros tipos de materiais diretamente relacionados ao Favela Tem Memória (exposições de fotografia, livros, apos-

tilas, material didático e de divulgação do projeto). Para tanto, o fotografado deve autorizar por escrito o uso de sua imagem pelo projeto, preenchendo um formulário com os termos descritos acima.

Podemos apontar, ainda, outras características importantes das imagens produzidas pelo projeto:

1. A possibilidade de mostrar transformações ocorridas no espaço urbano, buscando fotografar ângulos similares aos de fotografias antigas. O aumento do número de casas, o asfaltamento ou não de ruas e o tipo de material de construção usado nas edificações, por exemplo, são indicadores visuais que marcam um determinado tempo histórico. A comparação entre fotos antigas e atuais de um mesmo lugar pode trazer uma série de elementos novos e contribuições para o melhor conhecimento de uma determinada área e de uma época.

2. Outra possibilidade é a de perceber mudanças nos costumes de um lugar através de elementos como o vestuário, gestos e poses encontradas em fotos de álbum de família e outros tipos de arquivo. Fotografamos moradores locais, suas casas e famílias, pois sabemos que a história de uma região é construída, em grande parte, por quem lá reside e frequenta regularmente. Dessa maneira, os entrevistados do projeto são sempre retratados, assim como suas famílias e casas – exterior e interior, se possível. Estas imagens relacionadas aos domicílios trazem uma série de informações visuais (objetos decorativos, tipos de móveis, o aspecto da fachada etc) importantes para se ter idéia do modo como as pessoas viviam e passaram a viver naquela comunidade.

Fotografando o entrevistado

Tipos de fotos

1. Retrato do entrevistado (a). O mais importante neste caso é a expressão da pessoa, por



Maria Moreira Lima e o marido Alberto Moreira Lima, entrevistado pelo Favela tem Memória, na Rocinha em 2003

Nando Dias/Vivê Favela

isso pedimos pelo menos uma foto só de rosto; outras fotos mais abertas, de corpo inteiro, por exemplo, também podem ser feitas e para escolher o local, o fotógrafo deve ter em mente lugares que tenham significado na vida da pessoa (uma praça, a rua, ao lado de um objeto etc). Dica: boas fotos podem surgir a partir de lugares sugeridos pelos próprios entrevistados; afinal, ninguém sabe melhor do que eles os lugares que marcaram suas próprias histórias de vida. Por isso, vale a pena perguntar, mas a escolha final também deve levar em consideração dificuldades em termos visuais para se fazer a foto.

2. Retrato da família do entrevistado – incluindo o mesmo – de preferência na sala principal da casa. Outras opções de lugar, caso exista algum impedimento para se fotografar no interior da casa (muito escura ou a família não se sinta à vontade) podem ser: em frente à casa, no quintal, na rua onde a pessoa mora.

3. Fachada da casa. Foto simples (sem o entrevistado), de preferência frontal, escolhendo um bom horário de luz durante o dia.

4. Objetos. Utensílios que tenham significado atualmente ou que tiveram importância na vida da pessoa. Exemplos: instrumento musical, peça de roupa, fotografia antiga, móvel etc.

Sugestões para boas fotos

1. Vale repetir o primeiro item para boas entrevistas: converse com o entrevistado e/ou com seus familiares de maneira informal

Dese Lane/Visa Favela



Claudete Pereira, moradora da Maré, entrevistada em 2004

para que ele tome ciência do conteúdo da entrevista e se sinta mais à vontade. Isso facilita o seu trabalho e torna mais próxima, mais humanizada, a relação entre as partes.

2. O trabalho em conjunto da dupla de correspondentes (de texto e de fotografia) costuma render os melhores resultados, já que, participando do momento da entrevista, o fotógrafo pode captar expressões e emoções raras emitidas pelo entrevistado ao relembrar acontecimentos marcantes em sua vida. Por outro lado, algumas experiências dos próprios correspondentes nos mostraram que há casos em que o entrevistado se sente mais à vontade, no primeiro encontro, sem a interferência de uma câmera fotográfica. Sendo assim, a orientação geral é sempre o entrosamento da dupla, buscando manter o trabalho em conjunto, mas abrindo exceções quando necessário. Deve haver espaço também para a negociação entre os correspondentes sobre o melhor momento para realizar uma série completa de fotos do entrevistado, buscando respeitar, em primeiro lugar, a vontade deste último.

3. A postura de trabalho do fotógrafo deve traduzir seu respeito pelo entrevistado, ou seja, buscando uma aproximação lenta, mas crescente, em relação a ele (a). Obviamente a distância ideal entre fotógrafo e fotografado pode variar caso a caso e vai depender das sensibilidades de ambos.

4. Evitar fazer a cobertura fotográfica (assim como a própria entrevista) contando o tem-

po no relógio. Os depoimentos para o Favela Tem Memória tendem a ser mais longos do que entrevistas com fins jornalísticos, por causa da própria extensão dos roteiros, além do fato de a grande maioria dos entrevistados serem pessoas idosas.

E se o entrevistado não quiser ser fotografado?

Caso o entrevistado se recuse a ser fotografado, sua decisão deve ser respeitada. No entanto, é preciso reafirmar que tanto as palavras quanto as imagens são importantes para que a memória da comunidade não se perca. No futuro, como as pessoas sabem como nós vivemos hoje, senão pelas histórias contadas e as imagens registradas? Se a recusa persistir, o caso deve ser relatado na reunião do projeto antes da realização completa da entrevista.

Reprodução de imagens

Álbuns de família e fotos recolhidas nas comunidades

Nestes casos, as fotografias são reproduzidas pelos correspondentes de foto na casa dos moradores e associações locais ou trazidas para serem digitalizadas no projeto e, tão logo possível, devolvidas a seus donos. O trabalho de recolhimento é feito pelos próprios correspondentes. Estas imagens vão ao ar no *site*, geralmente na seção *Depoimentos* e na *Galeria* de fotos.

Fotografias de arquivo

A tarefa minuciosa de buscar fotografias em acervos iconográficos é realizada pelo pesquisador Tiago Pinheiro, que faz um levantamento prévio do conteúdo existente no acervo em questão para depois passar às fases de consulta e reprodução do material encontrado. Recentemente ganhamos a colaboração do bolsista do Cnpq Wagner Maiolino, responsável pela identificação de todo o material coletado, além de auxiliar também em tarefas de pesquisa. Até então,

grande parte das fotos acumuladas pelo projeto é proveniente do acervo do jornal *O Correio da Manhã*, onde se encontra toda a sua produção fotográfica, disponibilizado pelo Arquivo Nacional. Trata-se de uma fonte importante de pesquisa por cobrir pouco mais de setenta anos do século passado, entre 1901 e 1974, período de existência do jornal, sediado no Rio de Janeiro. A reprodução deste material é feita por todos os fotógrafos da equipe, incluindo a editora e a assistente.

Fotografias do passado

Tiago Pinheiro

Pesquisador

No início do projeto, as pesquisas no acervo do jornal *O Correio da Manhã* se restringiam às cinco favelas onde o projeto concentra sua atuação até o momento, a saber: Rocinha, Cantagalo, Complexo da Maré, Complexo do Alemão e Cidade de Deus. A maior parte do material iconográfico referente às favelas cariocas neste acervo compreende o período que vai do final da década de 1950 até o início da década de 1970, quando o jornal foi fechado por motivos financeiros. Dentro desse recorte, cerca de 70% das fotografias de favelas foram tiradas nas décadas de 1960 e 1970. Este fato talvez se explique pela mudança de orientação política do jornal, que antes combateria Jango e apoiara o golpe militar, e depois passou a contestar pontualmente o regime – já no final de 1966. Esta mudança se refletiu na valorização de temáticas sociais, incluindo-se aí as favelas do antigo Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro entre os assuntos cobertos. Contudo, a julgar pela maior quantidade de fotos da Cidade de Deus (construída na década de 1960, inicialmente com o objetivo de abrigar moradores removidos de outras favelas), nota-se que o jornal teve particular interesse em abordar esta comunidade, que havia surgido apenas oito anos antes do fim do jornal.



Morro do Cantagalo, Zona Sul do Rio de Janeiro, em 1971

Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

Numa segunda fase de pesquisa, tentou-se encontrar fotos das favelas mencionadas a partir de assuntos que pudessem ter gerado matérias sobre estas comunidades tais como: enchentes, incêndios, desabamentos e bairros onde elas se inserem. Foram encontradas poucas fotografias de favelas partindo de temas periféricos, o que pode ter ocorrido por causa do tipo de organização deste arquivo, com absoluta objetividade temática. No entanto, esta pesquisa periférica ditou rumos para um trabalho mais abrangente que será feito antes de esgotarmos o acervo do *Correio da Manhã*.

A mais recente fase da pesquisa visa vasculhar o acervo de fotos de todas as favelas cariocas e fluminenses retratadas pelo jornal. Há, aproximadamente, 450 fotografias pré-selecionadas para futuras reproduções.

Todo este trabalho de pesquisa visa, além da inserção das imagens no *site www.favelatememória.com.br*, a construção de um acervo iconográfico voltado para o tema específico de favelas e regiões de baixa renda do Rio de Janeiro.

Fio do Tempo: uma construção sem fim

Christina Vital

Antropóloga e Coordenadora de Pesquisa do site Favela tem Memória

As favelas fazem parte do cenário carioca desde o início do século XX¹. As “cabeças-de-porco” ou cortiços existentes pela cidade, assim como as favelas em formação, passam a ser o alvo preferencial das políticas sanitárias que tiveram início no governo de Pereira Passos². Segundo o discurso oficial, tais moradias eram foco de doenças que atingiam suas populações e se difundiam por toda a cidade. As moradias precárias que ocupavam principalmente o centro do Rio de Janeiro foram responsabilizadas, oficialmente, pelo agravamento da precariedade da saúde pública de então. Esse discurso viria a legitimar os planos de urbanização/europeização do Rio de Janeiro, promovida neste início de século, influenciado pela *Belle Époque* francesa.

A remoção dessas populações para áreas menos urbanizadas da cidade e a destruição dos espaços físicos que as mesmas ocupavam foi parte da solução implementada pelas administrações do estado, em contextos políticos e sociais diversos e com intensidades variadas, até o período que compreende a ditadura militar³. Se por um lado, tais medidas contemplavam os interesses políticos e econômicos de então, por outro, não foram suficientes para aplacar o incômodo social provocado pelas favelas cariocas, ainda existentes em áreas valorizadas da capital do estado.

Os censos de favela se configuram num novo instrumento de controle social e político dessas populações. O primeiro a ser realizado no então Distrito Federal foi em 1949. Seu conteúdo expressa a visão estigmatizada sobre a população desses locais: “Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamen-

te atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população”⁴. A favela era vista como o *locus* difusor de doenças; num segundo momento, foi objeto dos olhares moralistas da elite carioca que percebiam na favela o ambiente da malandragem, da prostituição, do ócio, do atraso. Visão essa que opõe, de forma excludente, as favelas e a cidade, moradores do asfalto e dos morros. A partir da década de 1990, principalmente, a favela sofre um novo estigma. O “perigo social” que representa relaciona-se com a existência do narcotráfico. No entanto, apesar do preconceito e do paternalismo que circundam esses espaços, ambos, a seu modo, colaboram para a negação da dignidade das populações de favela⁵. Mas estas resistem e mostram sua verdadeira face, cheia de arte, música, inteligência, sensibilidade, mas também cheia de medo, tristeza, angústia e violência. Exatamente como qualquer outro canto da “Cidade Maravilhosa”.

O *site* do projeto Favela tem Memória, www.favelatemmemoria.com.br, surge num momento especial onde a favela ocupa um lugar político importante, onde a favela vem cada vez mais construindo a sua história e apresentando-a com a sua própria voz. Compõem o *site*, seis seções: **Galeria de Fotos, Por Falar em Favela, Sopa de Números, Favelário, Gramophone e Fio do Tempo**. Nesta última, objeto do nosso artigo, tratamos de apresentar uma cronologia que destaca acontecimentos relacionados à favela desde o fim do século XIX até os dias atuais. Costuramos neste Fio relatos presentes nos depoimentos dos moradores das cinco comunidades com as quais nós no *site* trabalhamos, a saber, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, Cidade de Deus, Maré, Rocinha e Alemão. Somados a isso, estão presentes dados oficiais da história da cidade. Buscamos, assim, promover uma “visibilidade dialogada” entre a história oficial e a memó-

¹ Ver Zaluar e Alvito (1998)

² Ver Valladares (1978)

³ Op. Cit. e Perlman (1981)

⁴ Censo de Favelas, (1949 – pp. 08)

⁵ Ver Zaluar (1994)

ria das comunidades. É característico deste Fio, assim como é característica da própria memória, a construção permanente. Ele não tem término previsto assim como a memória também não. A cada dia novos fatos podem ser acrescentados, tanto relativos ao presente quanto ao passado da “cidade formal” e das comunidades. E isso fica a cargo das lembranças que “querem”, que “podem” e que “devem” ser reveladas. Respeitamos o caráter litigioso, conflitivo da memória. As formas de controle social existem, cada uma em seu tempo, possibilitando e dificultando falas e posições políticas. Mas, com contentamento, celebramos neste Fio do Tempo as várias falas que o constroem: a fala local, a fala jornalística, a fala historiográfica e a fala antropológica. Neste Fio sem fim, as expressões, de um lado, e os silêncios e obscuridades existentes, de outro, são reveladores da imensa dor, medo, alegria, afetividade, interesses econômicos e políticos que compõem todos a nossa realidade social.

O FIO DO TEMPO⁶

Final do século XIX

1893 – Demolição do Cortiço Cabeça-de-Porco. Segundo os jornais da época, seus moradores aproveitaram os restos da estalagem para construir os primeiros barracos do Morro da Providência, antigo Morro da Favella.

1897 – Soldados da Guerra de Canudos chegam ao Rio e se estabelecem no Morro da Providência.

Primeira década do século XX

1902 – Pereira Passos é Prefeito do Distrito Federal. Em 30 de dezembro de 1902, é diretamente nomeado pelo então Presidente Rodrigues Alves, para prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos. Em sua gestão, várias mudanças foram feitas nesta cidade, na época, de características tão coloniais. A urbanização implicou a retirada de

centenas de moradias “subumanas” que, por suas características estruturais, colaboravam para a disseminação de inúmeras doenças.

O Jornal do Brasil publica o texto “Onde moram os pobres”, sobre os moradores do Morro da Favella: “O ilustre Dr. Pereira Passos, ativo e inteligente prefeito da cidade, já tem a sua vista de arguto administrador voltadas para a ‘Favella’ e, em breve, providências serão dadas de acordo com as leis municipais, para acabar com esses casebres”.

Década de 1910

1910 – Tem início nesta data a ocupação do que se chama hoje Morro do Alemão ou Complexo do Alemão, em decorrência do processo de urbanização que vinha ocorrendo nos bairros da cercania como Bonsucesso e Ramos.

1914 – Loteamento de Bonsucesso. O bairro de Bonsucesso começa a ter sua atual configuração em meados de 1914, durante a Primeira Guerra Mundial, quando o engenheiro Guilherme Maxwell, sendo proprietário de imensas glebas no Engenho da Pedra e seus arredores, projeta, em traçado perfeito, um novo loteamento. Ao urbanizar e nomear as ruas de seu empreendimento chamou-o de “Cidade dos Aliados”. Sendo descendente de ingleses, Guilherme Maxwell batizou cada rua com o nome de cidades dos países aliados, e assim surgiram as avenidas Londres, Roma, Paris, Nova York e Bruxelas, bem como a Praça das Nações, onde se localizaria o centro comercial do bairro e onde se instalaria a nova estação, antes localizada na Praça Lopes Ribeiro.

1916 – Lançada a polca “Morro da Favella”, composta por Passos, Bornéu e Barnabé. A música instrumental depois seria gravada por Pixinguinha.

Década de 1920

1928 – Sinhô compõe a “A Favela vai abaixo”. Pela primeira vez a palavra favela apa-

⁶ Agradecimentos especiais ao repórter Marcelo Monteiro do portal Viva Favela e Favela Tem Memória pela elaboração, no início do projeto, do fio do tempo disponível no *site*: www.favelatemmemoria.com.br

rece na música popular. O samba fala sobre os planos da Prefeitura de destruição do Morro da Favella.

1927 – As favelas constam pela primeira vez de um plano oficial de “Remodelação, extensão e embelezamento” da cidade do Rio. O projeto foi preparado pelo urbanista francês Alfred Agache. Segundo Agache, a favela criava sérios problemas à estrutura urbana da então capital da República, “sob o ponto de vista da ordem social, da segurança, da higiene, sem falar da estética”.

Década de 1930

1930 – As comunidades da área hoje conhecida como Complexo da Maré surgiram na década de 1930, impulsionadas por diversos fatores. A comunidade mais antiga é a do Morro do Timbau

1930 – Desse período datam as primeiras casas na Rocinha, em São Conrado.

1937 – O Código de Obras do Rio cita as favelas como uma “aberração urbana” e propõe sua eliminação. O projeto prevê a proibição de construção de novos barracos bem como quaisquer melhorias nas comunidades já existentes. As favelas ainda não aparecem nos mapas oficiais da cidade.

1938 – Chegada dos primeiros nordestinos ao Pavão-Pavãozinho. A primeira parada no Rio de Janeiro era no Campo de São Cristóvão, conhecido na época como “Arara Porto”. Eles traziam consigo roupas em caixotes, redes que serviam como camas, suas alpargatas e seus chapéus de couro.

Década de 1940

1940 – Publicado o Relatório Vítor Moura. O estudo serviria como ponto de partida para a criação dos parques proletários.

1941 – Começa a construção dos parques proletários do Caju, Gávea, Praia do Pinto e Acari. Cerca de 5 mil pessoas foram

transferidas para estes locais. A promessa da Prefeitura era de que os moradores poderiam voltar para suas casas após o processo de urbanização das favelas de origem.

1942 – Foram colocadas as primeiras bicas d’água no Cantagalo.

1945 – Formadas as primeiras comissões de moradores dos morros Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia. Seus integrantes formulam uma pauta de direitos sociais referentes aos problemas de infra-estrutura das favelas. O objetivo era evitar a remoção de seus moradores para os parques proletários.

1946 – Migração Nordestina. Logo após a Segunda Guerra Mundial, viveu-se um período de intensa migração nordestina em direção aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo as suas capitais os principais pólos atrativos desse movimento populacional. Uma das conseqüências desse processo, foi o agravamento do problema da moradia, evidenciando a ausência de políticas urbana e habitacional que favorecessem a população de baixa renda. Desta forma, no Rio de Janeiro, as favelas assumem o contorno de um fenômeno urbano de grandes proporções.

Ao governo coube assumir ações que objetivavam mais o controle e a repressão da população local como a criação da Fundação Leão XIII. Nos anos seguintes, o órgão estende sua atuação a 34 comunidades da cidade, ficando responsável pela implementação de serviços de água, luz e esgoto.

1946 – A Avenida Brasil. Durante a administração Henrique Dodsworth, foi inaugurada a Avenida Brasil. O principal objetivo de tal empreendimento era expandir a antiga área industrial do Rio de Janeiro. Mas se tornou uma das mais importantes vias de comunicação entre o centro e os subúrbios da cidade.

1948 – O então jornalista Carlos Lacerda publica na imprensa carioca a série de artigos “Batalha das Favelas”, sobre a situação das favelas na cidade do Rio. Meses depois, o prefeito Mendes de Moraes elabora o plano de ação “Batalha do Rio”. Em dezembro, a ‘Folha Carioca’ publica uma matéria que faz um levantamento sobre as conquistas do projeto: “Profundo silêncio na campanha das favelas – um programa grandioso que ficou apenas no papel”.

1949 – Realizado o primeiro censo de favelas. A Prefeitura do, então, Distrito Federal realiza o primeiro censo de favelas do Rio de Janeiro. O documento aponta a existência de 109 favelas (com 138.837 moradores, ou 7% da população total da cidade).

Década de 1950

1952 – A Prefeitura do Rio cria o Serviço de Recuperação das Favelas.

1953 – Criação da União de Trabalhadores de Favelas (UTF). Moradores de diversas comunidades cariocas se reúnem num barracão na subida do Morro do Borel para discutir problemas de infra-estrutura nas favelas e o risco das remoções.

1954 – início da ocupação de Nova Brasília, no morro do Alemão.

1956 – A Igreja Católica cria a Cruzada São Sebastião com Dom Hélder Câmara como secretário-geral. O objetivo do órgão era elaborar uma pauta de direitos sociais para as favelas e exigir melhorias de infra-estrutura. Meses depois é inaugurado no Leblon um conjunto habitacional homônimo. Pela primeira vez, os moradores de uma favela foram transferidos para alojamentos nas proximidades do local que habitavam anteriormente.

1956 – O Governo municipal cria o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serpha). Nos seus primeiros anos, a atuação da Serpha se resume a dar apoio à Cruzada São Sebastião e à

Fundação Leão XIII. O órgão depois assumiria papel de interlocutor entre as associações de moradores e o Estado. O Serpha é o primeiro órgão oficial voltado para a urbanização de favelas.

1957 – Criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal. Seu objetivo era lutar por melhores condições de vida para os moradores de comunidades carentes.

1958 – O jornal Estado de São Paulo publica uma série de reportagens sobre as condições de vida nas favelas cariocas. As matérias afirmam que “tanto a Fundação Leão XIII como a Cruzada São Sebastião contribuem para o aumento da miserabilidade deliberada e desperdiçam dinheiro público sem dar soluções ao problema”.

1959 – Inauguração do Conjunto Amarelinho, em Irajá.

Década de 1960

1960 – A Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) publica o relatório “Aspectos humanos da favela carioca”.

1961 – Implantação do projeto de remoção das famílias de Nova Brasília, morro do Alemão.

1961 – Centro de Habitação Provisória Nova Holanda. De todas as comunidades da Maré, Nova Holanda apresenta uma formação peculiar, que se origina da política habitacional adotada pelo Governo de Carlos Lacerda. Nova Holanda foi concebida como um Centro de Habitação Provisória – CHP. Os CHPs funcionariam como um local de triagem, dentro da política de remoções do Governo, visando retirar núcleos favelados de áreas nobres da cidade, não resolvendo com isso o problema habitacional. A tarefa de controlar o processo de transferência dos moradores de favelas a serem erradicadas para os CHPs ficou a cargo da Fundação Leão XIII, que foi

incorporada à Secretaria de Serviço Social. Cabia aos funcionários da Fundação Leão XIII efetuar o cadastramento das famílias, definir o assentamento provisório e administrar o CHP. Como Nova Holanda, foram construídas outras unidades na Praia de Ramos, Manguinhos, Andaraí, Cordovil e Paciência.

1962 – Começa a construção dos conjuntos habitacionais: Cidade de Deus e Vilas Kennedy, Aliança e Esperança. As obras foram financiadas pelo governo americano através da Aliança Pelo Progresso.

1963 – Fundada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). A entidade é criada com o apoio de 100 associações registradas em cartório. Neste mesmo ano, a Assembléia Legislativa carioca destina 3% da arrecadação estadual para obras de melhoramento nas favelas.

1964 – Término da operação de remoção da Favela do Pasmado, em Copacabana; Criação do Banco Nacional de Habitação (BNH); Inauguração da primeira caixa d'água do morro do Alemão. A caixa d'água foi instalada na Alvorada, parte alta do morro.

1965 – É criada a associação de moradores do Parque Major Rubens Vaz, na Maré, em homenagem ao major assassinado em atentado na Rua Tonelero, em Copacabana, durante o governo Carlos Lacerda.

1966 – Uma grande enchente no Rio de Janeiro deixou um número alarmante de desabrigados que foram emergencialmente colocados em escolas e no Maracanã. Algumas dessas famílias foram transferidas para a Cidade de Deus. Muitos moradores da Rocinha foram transferidos para a CDD sendo a área que habitam hoje chamado pelos locais de “Rocinha II”.

1967 – Um grupo de jovens arquitetos, economistas e sociólogos cria a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco). Três favelas foram escolhidas

para o projeto-piloto de urbanização: Brás de Pina, Morro União e Mata Machado.

1967 – A FAFEG realiza “memoráveis congressos de favelados, nos quais se fizeram representar mais da metade das favelas cariocas”. Os encontros definiram a linha de atuação das lideranças comunitárias e o objetivo do movimento: “Urbanização sim, remoção, não”.

1968 – O Governo do Rio assina o decreto número 3.330, que estabelece como “finalidade específica das associações de moradores a representação dos interesses comunitários perante o governo do Estado”. A partir daí, cada comunidade poderia ter apenas uma associação. Para ser reconhecida, no entanto, os líderes comunitários deveriam cumprir uma série de exigências.

1968 – O Governo Federal cria a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam). Sua missão principal era “exterminar as favelas do Rio de Janeiro”. Segundo definição da própria Chisam, as comunidades eram “um espaço urbano deformado”.

1969 – Concluída a operação de remoção da Favela da Praia do Pinto, no Leblon. Os moradores começaram a ser transferidos ainda nos anos de 1950, mas o Estado enfrentou forte resistência. A remoção da favela só foi concluída após um incêndio no local (de causas ignoradas).

1969 – Foram inaugurados dezesseis blocos de apartamentos na Cidade de Deus.

Década de 1970

1970 – Início da construção de casas de alvenaria no Cantagalo. Segurança adquirida pela população local após a chegada da energia elétrica através da LIGHT.

1970 – Início da verticalização da Rocinha com a construção de casas de dois pavimentos e de pequenos prédios.

1970 – Fundação da Escola de Samba Acadêmicos da Cidade de Deus, atual escola de samba local.

1972 – A FAFEG realiza o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, com a participação de 79 associações de moradores. Os líderes mais uma vez defendem a urbanização das comunidades e a melhoria dos serviços de infra-estrutura.

1973 – Moradores assinam promessa de compra e venda de casas na Cidade de Deus que seriam pagas através de financiamento do BNH

1979 – Criado o PROMORAR, último programa habitacional feito pelo governo militar destinado a moradores de favelas. O PROMORAR baseava suas ações “na preservação do acervo popular local, dando prioridade ao saneamento básico, erradicação das palafitas e transferência do título de propriedade para os moradores”. Neste mesmo ano, seria feito o Cadastro das Favelas da Cidade do Rio de Janeiro; e criada também a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que tinha como missão realizar serviços assistenciais nas favelas.

1979 – O então ministro do Interior, Mário Andreazza, anuncia a criação do Projeto Rio, que tem como objetivo o saneamento da Baía de Guanabara. O programa visava a remoção dos moradores das áreas vizinhas para conjuntos habitacionais. Devido à reação dos moradores e da mídia, as transferências não foram levadas adiante. O projeto limitou-se a erradicar as áreas de palafitas.

Década de 1980

1982 – Leonel Brizola é eleito governador do Estado do Rio. Brizola teve votação expressiva entre os favelados, o chamado voto “super-revoltado”. O termo foi criado pela antropóloga Alba Zaluar, que na época fazia pesquisa de campo na Cidade de Deus.

1982 – A Vila do João. Os primeiros barracos da Maré foram sendo derrubados e seus

moradores transferiram-se para o novo conjunto habitacional, financiado pelo BNH no projeto PROMORAR. Tal conjunto foi oficialmente batizado como “Vila do João”, em homenagem ao então Presidente da República, João Batista Figueiredo, que o inaugurou em plena campanha para o Governo do Estado, em 9 de agosto de 1982. Também no mesmo conjunto foi inaugurada uma creche com o nome de “Tia Dulce”, em homenagem à primeira dama.

1983 – Por iniciativa da Prefeitura do Rio, a CEDAE lança seu Programa de Favelas, o Proface, que levou sistema de água e esgoto a cerca de 60 comunidades da cidade.

1984 – Uma forte tempestade ocasionou o deslizamento do lixo retido nas encostas do Pavãozinho na noite de Natal. A caixa d’água foi arrastada pela pressão do lixo causando grande número de vítimas, algumas delas fatais. No local hoje existe uma escadaria que liga o “morro” ao “asfalto”.

1986 – Extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Década de 1990

1991 – O Censo do IBGE indica que 962.793 pessoas moram em favelas na cidade do Rio.

1992 – Inauguração da Linha Vermelha. Em 21 de abril de 1992, foi inaugurada a primeira etapa da Linha Vermelha com extensão de 7,2 Km e custo de US\$ 140 milhões. A festa de inauguração foi realizada junto ao Complexo da Maré e contou com a participação da dupla de cantores de música sertaneja Leandro e Leonardo.

1993 – Proposta a criação de um programa habitacional específico para as “comunidades carentes”, o Favela-Bairro, que fazia parte de uma série de ações do Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP). Segundo definição do próprio GEAP, o Favela-Bairro teria como objetivo “construir ou

complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade”.

1993 – Vinte e uma pessoas são assassinadas na favela de Vigário Geral. A chacina ganhou as primeiras páginas de todos os principais jornais do país. O imóvel onde o crime aconteceu se transformaria depois na sede do Afroreggae e ficaria conhecida como ‘Casa da Paz’.

1994 – Começa a seleção de famílias e comunidades que seriam atendidas pelo Favela-Bairro. As favelas escolhidas deveriam ter entre 2 mil e 10 mil moradores. O Governo Federal lança também o programa Habitar Brasil, que dá prioridade à urbanização de favelas.

1994 – O jornalista Zuenir Ventura lança “Cidade-Partida”. Zuenir escreveu a obra após experiência de dez meses freqüentando a favela de Vigário Geral. Neste mesmo período, ele acompanhou de perto a mobilização da sociedade civil contra a violência. O movimento originou a ONG Viva Rio.

1995 – Prefeitura assina contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$300 milhões, para financiamento do Programa de Urbanização e Assentamentos Populares. O Proap tinha como objetivo “a urbanização de favelas, regularização de loteamentos e um programa complementar de monitoramento, educação sanitária e ambiental e desenvolvimento institucional”. O Favela-Bairro, programa de urbanização do Proap, fica com a maior parte dos recursos (US\$192 milhões).

1998 – A LIGTH cria o Programa de Normalização de Áreas Informais (PRONAI). O objetivo da empresa era normalizar o fornecimento de energia elétrica em sua área de atuação no Rio de Janeiro. Pelo menos 728 favelas cariocas são atendidas pelo progra-

ma e seus moradores passam a usar as contas de luz como comprovante de residência.

1999 – O Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ finaliza estudo sobre a favela de Rio das Pedras, em Jacarepaguá. O estudo mostra que 60% de seus moradores vieram de estados nordestinos e 84% não concluíram o ensino fundamental. Segundo o IBGE, a zona oeste é a região com maior número de favelas do município do Rio, com 68 comunidades.

2000 – Pesquisa do Instituto Pereira Passos revela o surgimento de cem novas favelas no município do Rio de Janeiro nos últimos quatro anos.

2000 – Segundo o censo realizado pelo IBGE, 95% dos imóveis construídos em áreas de baixa renda são de alvenaria.

Primeira década do século XXI

2001 – O presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia investimentos de R\$700 milhões do fundo de Pobreza para urbanização de favelas no Rio de Janeiro, em São Paulo e Salvador.

2002 – O Instituto Pereira Passos divulga pesquisa sobre o crescimento do mercado imobiliário em favelas do Rio. De acordo com o estudo, o preço de um barraco ou terreno em algumas comunidades cariocas é similar ao valor de um pequeno apartamento no Centro ou uma casa no subúrbio. Segundo o órgão, apesar da informalidade, os moradores preferem ficar próximos de seus parentes e amigos.

2003 – O Governo Federal anuncia a intenção de criar um programa de regularização em massa de lotes, barracos e casas em favelas das grandes cidades do país. Segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, os títulos de propriedade permitiriam o acesso a financiamentos bancários e créditos no comércio.

Referências Bibliográficas

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZALUAR, Alba. *A máquina e revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

A Serrinha: um Museu a céu aberto

Marilena Cunha
Antropóloga e pesquisadora

Fonte: www.jongodaserrinha.com.br

O Grupo Cultural Jongô da Serrinha foi fundado há cerca de 40 anos pela lendária Vovó Maria Joana Rezadeira e seu filho Mestre Darcy do Jongô. Ao perceberem que o último núcleo de jongô da cidade do Rio estava se extinguindo, Mestre Darcy e sua mãe resolveram levar a dança de roda praticada nos quintais para os palcos. Criaram um espetáculo como estratégia de divulgação do ritmo e quebraram um tabu: permitiram a entrada de crianças e jovens na roda antes reservada somente para os mais velhos.

Há oito anos, o Grupo Cultural Jongô da Serrinha vem realizando um levantamento e reunião do vasto acervo audiovisual produzido por pesquisadores, cineastas, etnomusicólogos e veículos de comunicação sobre o Jongô da Serrinha ao longo das mais de quatro décadas de existência do grupo.

Esse material compõe o acervo do Centro de Memória do Jongô que reúne fotos, filmes, discos, livros etc. sobre a Serrinha, sobre as outras 8 comunidades de jongô identificadas e sobre a cultura popular em geral.

Para disponibilizar esse rico acervo audiovisual, o grupo está elaborando em parceria com a UNESCO o projeto de construção do prédio do Centro de Memória do Jongô. Nesse prédio serão capacitados jovens do local para produção de novos registros audiovisuais sobre a cultura popular. O projeto prevê também a disponibilização desse acervo pela Internet com a criação de um banco de dados virtual.

A Serrinha é um museu a céu aberto. Ao passear pelas suas ruas e ladeiras podemos conhecer um pouco da história do nascimento

das favelas, do jongô e do samba. O Centro de Memória do Jongô será o epicentro do Corredor Cultural da Serrinha onde um grande número de turistas interessados no turismo étnico poderão visitar as casas dos antigos sambistas, os terreiros de umbanda e ouvir dos seus próprios moradores histórias sobre os seus antepassados. Os centros sociais do Grupo Cultural Jongô da Serrinha também farão parte desse circuito. O projeto Centro de Memória do Jongô conta com a parceria do Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ. O G.C. Jongô da Serrinha está buscando financiadores para esse projeto de construção do Centro de Memória do Jongô.

Dentre as ações de preservação e divulgação da memória do jongô, o GCJS participa, junto com outras lideranças de comunidades de jongô e voluntários, da organização do Encontro de Jongueiros que reúne anualmente as nove comunidades que ainda praticam o jongô, a saber: Serrinha, Valença, Pinheiral, Barra do Piraí, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Campelo, Angra dos Reis e Guaratinguetá.

Além disso, o GCJS está articulando com as lideranças desses grupos e demais colaboradores à criação da Rede de Memória do Jongô que irá intensificar o intercâmbio entre as comunidades jongueiras unindo-as na busca da promoção social das mesmas. O Encontro de Jongueiros é itinerante e a cada ano acontece numa cidade de origem de um dos grupos.

Em 2001, o GCJS iniciou, em parceria com técnicos do Museu do Folclore, UNIRIO e demais colaboradores, a confecção de um inventário de referências culturais sobre



Tia Maria e Seu Molequinho no Jongo da Serrinha, em Madureira, em 2003

o jongo que foi encaminhado para o IPHAN/Ministério da Cultura. O G.C. Jongo da Serrinha e a Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo da Fazenda São José da Serra enviaram junto com esse inventário o pedido oficial de registro do jongo nos livros de referência do IPHAN. Nesses livros são inscritos os bens de natureza imaterial do patrimônio histórico nacional.

Jongo: a escola e o espetáculo

Em 2000, foi criada a Associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha (GCJS) com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de preservação do patrimônio histórico do jongo e assistência social já desenvolvidos nos mais de 40 anos por Vovó Maria Joana Rezadeira e Mestre Darcy do Jongo. As principais missões desta ONG são preservar e divulgar o patrimônio cultural afro-brasileiro e desenvolver um trabalho de educação e de capacitação profissional junto a crianças e jovens que sofrem com a violência e o subemprego. Em 2001, o Grupo Cultural Jongo da Serrinha (GCJS) inaugurou, em parceria com a Prefeitura do Rio, seu primeiro núcleo de trabalho: o Centro Cultural Jongo da Serrinha (CCJS). Lá foi implementado o projeto Escola de Jongo. Diariamente são oferecidas para cer-

ca de 150 alunos, aulas gratuitas de canto, percussão, maracatu, jongo, dança afro primitiva, maculelê, danças étnicas brasileiras, capoeira angola, teatro, artes plásticas, fotografia e circo. Em julho de 2003, a Secretaria Municipal das Culturas implementou no CCJS o projeto Célula Cultural Jongo da Serrinha ampliando o número de oficinas oferecidas e de atendidos. Este Centro é aberto ao público e funciona das 8 às 17 horas, de segunda à sábado.

O Grupo Cultural Jongo da Serrinha (GCJS) cria grupos artísticos e gera renda através de espetáculos integrados por crianças e jovens que participam dos seus projetos de qualificação profissional em música, dança e produção cultural. O espetáculo Jongo da Serrinha é formado por 40 artistas de 1 a 83 anos, moradores da comunidade da Serrinha, integrantes do projeto Escola de Jongo. Cerca de 18.000 pessoas assistiram a “Temporada Jongo da Serrinha 2003” durante os meses de junho e julho no Teatro Carlos Gomes, Rio de Janeiro. Os ingressos a preços populares democratizaram o acesso à cultura possibilitando a ida de grupos de alunos da rede pública e população de baixa renda.

O espetáculo é dividido em 3 partes: na primeira parte é realizada uma grande roda de jongo que revive a antiga dança e música, praticada na Serrinha pelos descendentes de escravos vindos de Angola. Em seguida, a Companhia Banto de Dança Afro da Escola de Jongo interpreta coreografias para vissungos (cantos dos escravos mineradores), pontos de umbanda e músicas angolanas. Para encerrar, são cantados sambas em homenagem à Escola de Samba Império Serrano com a participação do grupo Dobrando a Esquina.

Representantes de três gerações de jongueiros fizeram uma apresentação no encerramento do Seminário *A Memória das Favelas*. Na ocasião, o Jongo da Serrinha ofereceu aos outros Centros de Memória um CD e uma publicação sobre sua história.

Comentários e Controvérsias III

104

Comunicações do ISER

Solidariedade e Sociabilidade Violenta: verso e reverso da “moeda” memória

Luís Antônio Machado

Sociólogo e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ e do IUPERJ/UCAM

Fui chamado para debater, mas queria antes bater – palmas. Estou achando o seminário absolutamente maravilhoso. Espanta-me que eu, um pessimista nato, esteja começando a ter certos espasmos de otimismo.

Antes de fazer uma ou duas observações, estava pensando em apresentar-me. Para começar, quero dizer que dou aula e faço pesquisa no IUPERJ, um programa de pós-graduação ligado à Universidade Cândido Mendes, e no programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também dou aulas no curso de graduação.

Mas isso não é uma identificação da minha individualidade e da posição de onde vou falar, porque há muitos pesquisadores e muitos professores aqui, de modo que estar na universidade não me individualiza. O que efetivamente me individualiza, creio, a benevolente apresentação da Regina Novaes deixou claro: eu sou uma relíquia. É deste ponto de vista que vou falar. Durante todo o dia de hoje, jovens e velhos foram mencionados, mas como categorias humanas. Já estou em uma situação diferente, sou uma espécie de objeto vivo, verdadeira relíquia falante: tenho lidado com favelas e favelados, de uma forma intermitente, desde meados dos anos 60 do século passado.

É claro que em si mesmas, estas informações não querem dizer nada, apenas me situam. O público vai decidir se os comentários desta relíquia ambulante são sensatos e plausíveis ou não.

Não vou mencionar nada pontual, específico, prático. Lançarei apenas dois comentários gerais, atirando em duas direções, para estimular a discussão coletiva que, afinal, é o que importa. Minha intenção é reunir dois eixos da discussão que estou presenciando: a) a recuperação de sua memória pelos próprios favelados, que é uma maneira de reafirmar a auto-estima e reforçar a identidade coletiva, e b) a continuação do imenso esforço político visando melhorar suas condições de vida.

Favela e/ou comunidade? Marcas de uma estrutura urbana excludente

Hoje de manhã se discutiu se a favela é favela, se a favela é comunidade, se é politicamente mais correto a gente chamar favela de comunidade, se é melhor não chamar de comunidade. Vou, em primeiro lugar, retomar este tópico e dar a minha opinião.

Acho o seguinte: favela é uma categoria, um rótulo coletivamente construído, que é utilizado, manipulado, por certos grupos que participaram de sua produção, como acontece com qualquer categoria coletiva. Isto é inapelável, não adianta uma parte da sociedade decidir se vai querer usar ou não o termo favela. Porque se algum segmento social o usa, ele existe como parte de como, em conjunto, entendemos a nossa forma de vida, e ponto final.

Mas não se trata simplesmente de um processo intelectual, neutro, de formação do conhecimento coletivo sobre a sociedade (em nosso caso, sobre o Rio de Janeiro). Existe uma longuíssima história de disputa em torno desse termo, da qual os próprios objetos dele (os grupos que foram criados desde que foi possível apontar o dedo e dizer: “estes são favelados”), que são os favelados, participaram muito ativamente, desde de muitos anos atrás. Como o conjunto dos grupos sociais os definiam dessa maneira, eles não podiam deixar de se reconhecer como tais. Mas isto não significava que eles, os favelados, tinham de aceitar também as avaliações (sobre as habitações, sobre a moralidade, sobre as condições de vida, etc.) que os demais grupos sociais colavam no termo “favela”. Na medida em que eram definidos e avaliados como um grupo, passavam a agir como grupo e, como sabemos, nunca se conformaram com as avaliações que recebiam, pois, com toda razão, as consideravam injustas e errôneas. Às vezes, sua atuação adquiria a forma de uma mera resistência, num movimento de pura reação ou, alternativamente, adaptando-se ao rótulo. Às vezes, num movimento muito mais profundo de verdadeiro protagonismo, desenvolvendo propostas e ações que acabavam modificando o sentido do termo favelado e proporcionando um certo avanço na inserção social do grupo.

A categoria “favela” foi originalmente produzida pelos grupos dominantes e continha, implicitamente, o objetivo de fazer desaparecer as áreas que ela designava, consideradas imorais, insalubres, etc. Ser favelado era um estigma. Favela era um termo que indicava problemas e que conduzia à proposta de acabar com ela, como forma de solução do problema. (Não se entenda a proposta oficial de acabar com a favela, naquele momento, como se ela remetesse ao que muito mais tarde ficou sendo conhecido como a política de “remoção”; naquele

primeiro momento a intenção era eliminar as favelas como áreas físicas, nada mais – não se pensava nem se discutia sobre o que fazer com os moradores desalojados.) Mas aos poucos gerou-se uma discussão, que acabou levando ao abandono deste tipo de encaminhamento. Em parte porque foi ficando claro que, dadas as dimensões do “problema da favela”, seu desaparecimento completo era inviável, em parte por causa dos vários tipos de movimento de defesa dos próprios favelados que, empurrados pelo estigma que os unia, começaram a desenvolver ações coletivas. Em resumo: da mesma forma que o termo foi gerado “de cima para baixo”, acabou se produzindo um reconhecimento, pelos grupos dominantes e pelas agências estatais, de que favelas não podiam ser simplesmente eliminadas do mapa da cidade. Favelas e, portanto, favelados não podiam ser apagados com uma borracha, como se fossem desenhos.

A partir desse ponto, os próprios grupos dominantes, através das agências governamentais, reconheceram a necessidade de incorporar as organizações faveladas ao debate político, como parte do controle social. Aí, as agências governamentais de prestação de serviços públicos começam a pedir, não a pedir, mas a oferecer a possibilidade de “ajuda” aos favelados desde que eles se envolvessem no processo, sob o argumento de que com isso os favelados estariam se ajudando a si mesmo. Ou seja, agora a tentativa era tornar os favelados verdadeiros empregados dos organismos do Estado, ao mesmo tempo em que se procurava restringir as reivindicações a pequenos benefícios materiais. (Era como dizer: “Bem, temos que reconhecer que vocês são personagens da vida pública da cidade, com direitos e deveres; mas não são exatamente como os outros personagens e, por isso, têm que ‘ralar’ para obter o que os outros têm”.) E aí se produziu, como veículo dessa idéia e mais uma vez de cima para baixo, a categoria “comunidades”. Porque na medida em que era

preciso solicitar o trabalho dos favelados para eles mesmos, era preciso arranjar um jeito de não usar mais o termo favela, que era um estigma e que, portanto, iria afastar aqueles que os dominantes queriam aproximar para controlar melhor. Repetindo: foi por este caminho que se produziu o termo “comunidade”.

Esse termo, portanto, é o resultado de uma longa luta, da qual os favelados foram uma vez mais derrotados do ponto de vista da produção de categorias de entendimento (mas não nos esqueçamos que melhorou um pouco: no começo dessa historinha eles eram vistos como simples objetos que atrapalhavam a ordem da cidade). E uma vez mais, os próprios favelados, a partir de suas “comunidades”, se aproveitaram da categoria que eles não criaram, para reverter o rótulo a seu favor. Favelados agora não se apresentam mais como favelados, como se apresentavam e se reconheciam no meu tempo, o tempo da relíquia, – apresentam-se como membros de “comunidades”. Mas sabem perfeitamente que as “comunidades” estão muito longe de ser homogêneas, como era a intenção inicial do termo quando foi produzido pelos órgãos do Estado em substituição ao estigma que o termo favela carregava.

Portanto, é mais uma vez uma apropriação reativa, por um lado; e, por outro lado, uma apropriação propositiva também, que não se conforma passivamente com o rótulo. Nós todos estamos apostando nessa dimensão de proposição, de auto-construção e de reivindicação autônoma. A recuperação e valorização da memória é parte dessa luta.

Estou tentando sugerir que a discussão sobre se devemos (já estou dizendo “nós”, mas eu não sou favelado, apenas me identifico com os favelados), usar o termo favela ou o termo comunidade, se o termo “real” é favela ou comunidade, é uma falsa discussão, que não leva a lugar nenhum. Eu gostaria

que a gente simplesmente usasse esses termos – qualquer um dos dois – de uma forma propositiva, que expressasse efetivamente o campo de luta em que estamos... Portanto, na minha opinião, essa discussão deveria ficar para depois, no mínimo. Porque, até agora, ambos os termos têm sido objeto de luta, de um duro jogo político, de confronto entre quem rotula e quem, aceitando o rótulo, transforma-o em ponto de partida para novas reivindicações, desde melhorias de condições materiais de vida até o reconhecimento social e cultural. Esta é a historinha que venho testemunhando há mais de trinta anos.

E o que fazer com a memória?

O outro ponto em que quero meter minha colher enferrujada é na discussão que está acontecendo sobre o que é e o que fazer com a memória. Essa discussão, acho eu, é certamente muito mais importante. E muito mais complicada também. Até porque a gente pode lidar com a memória, mas não pode se desfazer dela como se fosse um instrumento, um objeto. Por exemplo, ontem cheguei numa sala lá do lugar onde trabalho, tinha uma secretária digitando numa máquina elétrica. Aí disse a ela, muito espantado: – “Ué, você ainda usa máquina elétrica?!”; E ela respondeu: – “Para bater envelope, não tenho outro jeito” (claro que existe, ela só estava dizendo que achava mais prático do jeito que estava fazendo). De fato, normalmente não se usa mais máquina elétrica, pelo menos noventa por cento das pessoas que escrevem hoje em dia nas grandes cidades brasileiras. Uma coisa dessas a gente pode abandonar, trocar por outra, de modo que faz sentido perguntar por que ainda se está usando uma máquina elétrica. Mas não pode fazer o mesmo tipo de questão para a memória. Porque a memória é parte integrante e necessária da vida social e pessoal, não se pode simplesmente abandoná-la ou desfazê-la. Por outro lado, a memória é um recurso importantíssimo,

fundamental mesmo, que impulsiona a ação. Por isso é vital saber o que fazer com ela, como orientá-la, qual o sentido que lhe atribuímos.

Queria chamar atenção para o fato de que nós temos um enquadramento que, para mim, é mais ou menos claro, do que está em questão nesse seminário em torno do que é e do que se pode e deve fazer com a memória.

Usarei para isso umas frasezinhas que anotei e que foram pronunciadas em diferentes momentos do seminário, na parte da manhã. Uma foi dita pelo José Luiz de Souza Lima. A frase é a seguinte: “Nós, da Rocinha, queremos melhorar relações humanas.” A outra foi dita também de manhã, pelo Mário Chagas da Unirio. Ele disse o seguinte: “A memória está em perigo.” Eu acho que essas duas frases são face e contraface, verso e reverso da mesma moeda. Porque ambos estão apontando para alguma coisa que efetivamente falta, para uma carência – a carência que todos sabemos que temos, por isso estamos aqui. E não se trata de carência física, material, mas de algo mais profundo e, ao mesmo tempo, menos palpável.

Como a Regina Novaes já disse, não somos ingênuos. Nós todos sabemos o que temos e no que estamos apostando. E estamos apostando em quê? Na minha opinião em duas coisas. Em primeiro lugar, num tipo de interpretação da realidade que não está inteiramente explicitada, mas que eu quero expressar de forma um tanto grosseira e muito resumida: discutindo a necessidade e a melhor maneira de lidar com a memória dos diferentes grupos favelados, nós todos estamos aqui expressando o reconhecimento de que temos um problema gravíssimo em nossa vida cotidiana, que é a falta de solidariedade. Não conseguimos mais nos reconhecer uns aos outros como semelhantes – semelhante não quer dizer igual, homogêneo, idêntico, não é nada disso; quer

dizer que apesar das imensas diferenças, tanto individuais quanto entre grupos, todos também temos muitas coisas em comum, somos seres humanos e, como tal, precisamos respeitar e ser respeitados em nossas diferenças.

É a percepção desta dificuldade, desta falta, que se expressa quando dizemos, em primeiro lugar, que queremos melhorar nossa relação como seres humanos e, em segundo, que a memória está em perigo. Porque nós já tivemos a capacidade de viver dentro de relações solidárias (que, obviamente, não nos situavam em nenhum paraíso de igualdade e liberdade), que nos confortavam e nos permitiam realizar ações coletivas. E não queremos nos esquecer disso, desejamos preservar a memória dessa unidade na diferença, valorizá-la, não para retornar ao passado, mas como instrumento que nos conduza a um futuro melhor.

Ou seja, nós não estamos discutindo a memória pela memória. Estamos reconhecendo, em primeiro lugar, que a memória da favela não é absolutamente unívoca, ela é tão multifacetada quantas são as experiências específicas de uma delas, de cada grupo, de cada família, etc. Isto se reflete, é claro, sobre as grandes variações que existem e provavelmente continuarão a existir nas maneiras de organizar esta orientação para o futuro que acabo de mencionar.

O exemplo que tentei dar quando falei dos termos “favela” e “comunidade”, minutos atrás, acho que é indicativo desta variedade. Nós estamos, quase certamente, cada um de nós, com interpretações diferentes a respeito de como trabalhar com nossa memória compartilhada, para onde caminhar com ela, etc. Mas estamos todos dispostos a apostar na possibilidade de avanço – cultural, social, político, econômico, etc. – que tentativas de recuperação dessa colcha de retalhos (altamente conflitiva, não nos esqueçamos, preservar a memória é manter

vivos os conflitos de que é feito o tecido social) que é a nossa memória, tanto individual quanto coletiva.

Não estou falando em qualquer aspecto da memória coletiva, penso em particular na dimensão que tem um forte enraizamento em lugares da cidade (a memória compartilhada é um dos aspectos mais fundamentais, que lhes dá cor, densidade e sentido), marcados por uma estrutura urbana excludente, do que aqueles termos – “favela”, “comunidade” – são exemplos. Porém marcados também pela memória de uma experiência compartilhada que dignifica as vítimas que se recusam à passividade. Penso que neste seminário, nós todos estamos apostando nisso, para levar adiante o processo de democratização dos territórios urbanos.

O trabalho que está sendo feito aqui é um trabalho de formiguinha. Estamos apostando na possibilidade de recuperar aquilo que percebemos estar perdendo, que é a capacidade de reconhecer uns aos outros como semelhantes, apesar de todas as brigas, como em geral fazemos com nossos irmãos. A não ser quando a briga é tão forte que um irmão expulsa o outro de casa a pontapé. Mas aí acabou mesmo a relação de solidariedade. Recuperar a memória da experiência compartilhada nesses variados territórios da cidade, como muitos grupos estão fazendo é uma forma, fundamental, rica e fortemente mobilizadora, de regenerar o tecido social tão esgarçado pelas razões que conhecemos. E uma condição para prosseguir o trabalho no qual estamos empenhados, de colaborar no processo de democratização de nosso país, reduzindo a desigualdade característica da estrutura urbana carioca.

Penso que essa é a tarefa que nos propusemos, todos os que estamos aqui. Sabendo que há riscos, há dificuldades, há complicações etc. Essa tarefa, acho que nós nos impusemos como um elemento necessário de nossa vida pessoal e coletiva, que a Re-

gina Novaes nos apresentou, lembrando a obra de Umberto Eco. Nós queremos dizer “eu te amo hoje”, não para simplesmente dizer “eu te amo hoje porque já te amava ontem”. Temos que dizer “eu te amo hoje”, de modo a que isso esteja lastreado no passado, gerando uma novidade com base suficientemente aceitável, reconhecida, para que a gente continue se amando por algum tempo mais.

Acho que vale a pena um comentário sobre o que diferencia, no meu entendimento, o “ontem” e o “hoje” em relação às vicissitudes desse sentimento de solidariedade que queremos que continue nos unindo. Ontem, o que punha em perigo a memória? (Porque, como já foi muito bem dito, a memória – assim como todo o mundo social – está sempre em perigo. Ela é um repositório e uma expressão dos conflitos sociais.) O que punha a memória em perigo ontem, se me for permitido usar uma expressão hiper-sintética, era a violência do Estado que, entre outras coisas, visava extirpar a memória das lutas sociais que impulsionava as camadas subalternas da sociedade.

Assim, por exemplo, em sua explanação, o Cristiano Camerman falou das dificuldades do movimento dos favelados durante o período da ditadura. Era uma dificuldade de fala – e sem fala não existe memória, não existe reconhecimento mútuo, não existe ação coletiva. Ou melhor, existe memória, mas ela fica esmagada, escondida, não se enriquece, não une. É a fala que gera, reproduz e faz circular a memória. E a ditadura queria impedir a fala. Mas é preciso notar que a ditadura representa a violência do Estado, que nunca consegue penetrar em todos os espaços da vida cotidiana, pois a repressão organizada no e pelo Estado nunca é completa. No intervalo para o café estava lembrando como exemplo disso que, na época, apesar da proibição, fazia-se assembléias – só que, ao invés de bater palmas, se estalava os dedos para fazer menos barulho... Ou seja, ha-

via um certo espaço de fala, o controle da comunicação era intenso, mas, por ser distante, não era completo.

E o que põe em perigo a memória hoje? O que está em questão agora, qual a dificuldade atual para continuar a dizer “eu te amo” da forma nova que corresponde a enfrentar os problemas contemporâneos? Segundo penso, a nova dificuldade é a seguinte: agora a violência não é mais a violência do Estado. Esta está mais ou menos pacificada, podemos lidar com ela com menos sobressaltos, estamos em pleno processo de democratização. No momento, estamos diante da violência criminal (e isto, obviamente, inclui todas as inumeráveis ilegalidades da ação policial) que, pelo menos na minha opinião, está enraizada em todos os poros da vida cotidiana. Pensávamos que os governos militares eram violentos, e eram mesmo. Mas agora a coisa muda de figura, pois não há mais distanciamento entre nós e a violência criminal: não é mais preciso infiltrar agentes, eles já estão ao nosso lado... Assim, esta forma de violência (talvez menos poderosa, porém muito mais insidiosa por sua proximidade do que a violência “oficial”, institucionalizada) cala a voz, fecha os espaços de comunicação, impede que nos aproximemos uns dos outros, pois nos diz o que falar, quando falar e onde falar.

A memória e as novas faces da realidade da favela

O nosso colega de Acari – vou chamá-lo de colega, porque sou da academia e seria ingenuidade chamá-lo de companheiro –, o nosso colega de Acari¹, a respeito da criminalidade, disse mais ou menos o seguinte: “Lá dentro não tem problema. Porque a gente sabe o que fala e o que não fala. Então dá para rolar”. Mas essa é justamente uma forma de violência das mais perversas. Porque a pessoa tem que saber o que fala, ou seja, tem que se auto-policiar, internalizar o controle, pois sabe das conseqüências se não o fizer. E isso nos espaços privados da vida

social! Perde-se muito do sentido de vizinhança que caracteriza os territórios de moradia e que sempre foi um dos pontos fortes da sociabilidade nas favelas: a liberdade, a espontaneidade, a autonomia que caracterizavam o reconhecimento mútuo, o sentimento de proximidade, ficam profundamente prejudicados.

Não se deve evitar essa questão, apesar das evidentes dificuldades envolvidas. E creio que a atuação de todos os que se empenham nas atividades de recuperação e registro da história das favelas é um esforço concreto de ultrapassar estes problemas. Pelo menos é assim que leio a intenção de “melhorar as relações humanas” e o alerta sobre o perigo que corre a memória. Porque várias vezes se falou na necessidade de se mostrar aos próprios favelados e a todos os que não moram ou trabalham nas favelas uma outra face dessa realidade, a face boa e digna dos favelados. Porém é justamente para preservar isso que é a verdadeira cara da favela que é preciso não esquecer, não disfarçar, não escamotear, o quanto a violência criminal (neste termo incluído, repito, as ilegalidades da atuação da polícia) ameaça o longo esforço no qual a população favelada está envolvida, de superação de suas condições de vida. Com os cuidados e dentro dos limites que a segurança pessoal requer, precisamos reconhecer e registrar os efeitos devastadores desse novo problema, pois ele também faz parte da realidade das favelas. É característico dessa ameaça à luta pela conquista da cidadania plena, como acabei de sugerir, o cerceamento da comunicação dentro das favelas. Se este não é o principal aspecto da violência criminal, pelo menos há de ser o primeiro deles, pois interrompe a liberdade de falar. E a fala (inclusive através de imagens e objetos) é justamente o âmago do que o registro da memória procura preservar, daí eu dizer no começo que vislumbrava um fio de esperança ao participar deste seminário. Por tudo isso, a violência criminal é um tema que na medida do possível deve ser recuperado e trabalhado

1 Refere-se a Deley, o poeta de Acari

como parte da memória das favelas, comunidades ou o termo que quisermos usar.

Isso significa dizer que nós precisamos reconhecer que nos lugares em que eu estudo e pesquisa há muito tempo e alguns de vocês moram e realizam suas atividades profissionais, não tem só vítima não, infelizmente também tem agentes da violência. A diferenciação interna dessas localidades, chamemos elas de favelas ou comunidades faveladas, a vida interna desses territórios está atravessada diretamente por uma sociabilidade violenta. O ponto básico na luta e resistência contra esta dificuldade está em não ignorá-la nem disfarçá-la, mas, pelo contrário, reconhecê-la e discuti-la.

Já dissemos várias vezes que não somos ingênuos. Sabemos muito bem que nenhuma coletividade compõe-se apenas de anjos mesmo quando conhecemos todos ou a maioria dos membros. Em qualquer agrupamento humano há conflitos, às vezes tão sérios que rompem com a fraternidade fundamental do grupo. Penso que, no que diz respeito à violência criminal, é isto que ocorre com alguns poucos amigos, conhecidos ou parentes – são pessoas que estão seguindo caminhos radicalmente diferentes dos nossos, tornando-se agentes da violência. E isso, por mais doloroso que seja, precisa ser também reconhecido porque não pode deixar de ser combatido. Pelo menos no que me diz respeito, por mais que possa explicar os motivos que levaram a esta trajetória – e são muitos –, não creio que eles possam servir de justificativa para ações que são intrinsecamente predatórias e degradam o tecido social das favelas, que essas pessoas agridem.

Paro por aqui. Chamei a atenção para a violência criminal porque acho que esse ponto foi o grande ausente da discussão de hoje, tendo sido muito pouco comentado, apesar de ser um dos maiores perigos para a preservação da memória das favelas.

A favela venceu

Marcos Alvito

Historiador e professor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / UFF

Queria agradecer imensamente o convite para estar aqui que foi feito pela Christina Vital da Cunha e pela Regina Novaes, organizadoras deste seminário, dizer que para mim é um motivo de grande alegria estar aqui. Em primeiro lugar, pela honra de dividir uma mesa com o professor Machado que é um pioneiro, um grande especialista, capaz de dar uma aula, como vocês viram, sobre os conceitos de favela e de comunidade. Honra-me também estar ao lado da Regina Novaes, sempre à frente de uma série de iniciativas extremamente importantes para a história social e intelectual desta cidade do Rio de Janeiro.

Gostaria de discordar de um ponto. Não sou na verdade especialista nesse tema, nem especialista em tema algum. Eu ouvi algumas histórias em Acari no tempo em que passei lá e procurei contar essas histórias, à minha maneira, é claro. Registre essas histórias para que outras pessoas pudessem se apropriar desses significados e talvez estimular o debate.

Começo por uma história. É uma história da cidade do Rio de Janeiro. Em 1927, o prefeito do então Distrito Federal, manda chamar um arquiteto francês (Alfred Agache), para elaborar um plano de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro. O Agache faz um plano no qual havia um item referente às favelas. E o que ele dizia sobre as favelas, particularmente, as do centro da cidade? Que os lugares enquanto sítios topográficos eram maravilhosos e que, portanto, aquela população “provisória” não poderia ficar ali. Ela tinha que ser retirada. Aquela população “provisória” estava ali há uns trinta anos, mas tinha que ser retirada e aí, iriam se construir vilas operárias com

casas dignas, dignas de pequenos funcionários, para pessoas, enfim, “honestas” que poderiam se estabelecer ali permanentemente. Esse foi mais um dos planos mirabolantes acerca da retirada dos moradores da favela que acabou não vingando.

Mas é interessante que nessa época, a gente não tinha Internet, nem o projeto Favela tem Memória, nem coisas do gênero... Qual é a memória que os moradores da Favella, que é favela com dois L, que era um dos morros de onde a população seria removida, que memória eles teriam desse fato, desse plano do Alfred Agache? Alguns poderiam pensar: eles nem ficaram sabendo do plano. Não é bem isso. Em 1928, o compositor Sinhô fez uma música chamada “Favella vai abaixo”

“Minha cabocla, a Favella vai abaixo!
 Quanta saudade tu terás deste torrão
 Da casinha pequenina de madeira
 Que nos enche de carinho o coração!
 Que saudades ao nos lembrarmos das promessas
 Que fizemos constantemente na capela
 Pra que Deus nunca deixe de olhar
 Por nós da malandragem e pelo morro da Favella
 Vê agora a ingratidão da Humanidade
 O poder da flor sumítica, amarela
 Que sem brilho vive pela cidade
 Impondo o desabrigo ao nosso povo da Favella
 No Estácio, Querosene ou no Salgueiro
 Meu mulato não te espero na janela
 Vou morar na cidade nova
 Pra voltar meu coração para o morro da Favella!(...)

Esta música demonstra o valor da memória das classes populares, da memória local que produziam diante daquele processo coercitivo que estavam sofrendo (mas que acabou não se concretizando). Pelo seguinte: primeiro não era a uma favelada anônima a que ele está se dirigindo, é “minha cabocla”, o que demonstra intimidade. “A Favella vai abai-

xo”, não é uma música que pretenda ser de resistência. Ele está tomando isso como um fato consumado. “Quanta saudades tu terás desse torrão.” É interessante. Ele fala que no futuro (depois da possível “remoção”), vai sentir saudades do passado. Está criando essa saudade que ainda não existe. “Da casinha pequenina de madeira”, então, não é um barraco, é “uma casinha pequenina de madeira” e não é uma casa qualquer, é a casa deles. “Que nos enche de carinho o coração”, ele olha para a casa e não vê naquela casa um habitação anti-higiênica como os especialistas, os planejadores, os arquitetos viam. Ele vê a casinha que desperta esse sentimento: “que saudades ao nos lembrarmos das promessas que fizemos constantemente na capela”. Promessas, juras de amor.

Se você confrontar isso com um texto belíssimo do João do Rio, em 1908, percebe-se bem a diferença. Ele sobe o morro de Santo Antônio e começa a descrever o que viu ... É engraçado que com apenas uma visita, João do Rio já elabora toda a sociologia do morro de Santo Antônio. Diz que ali ocorriam muitos raptos, que se encontravam muitas mulheres vadias, muitos casais amasiados, tinha marido correndo atrás do amante com o revólver na mão, e havia ‘até’ moças de família... A rapidez com que esse grande escritor e, também, grande jornalista deu um veredicto sobre os moradores de Santo Antônio, contrasta com esse carinho, com esse amor, com esse laço, com esse vínculo ao espaço do morro da Favella presente na música de Sinhô. Para o “malandro”, viver na Favella tem um significado, implica em determinados sentimentos.

Para a gente falar de memória, a gente tem que pensar obviamente na lição dos gregos. Os gregos antigos sempre enfatizaram o fato da nossa mortalidade. Mortal para os gregos é sinônimo de humano. Mas eles dão um drible nessa mortalidade. Quer dizer, como o humano pode alcançar a imortalidade? Naquilo que um ser humano pode transmi-

tir ao outro. Na permanência da experiência humana através da memória.

Por isso, quando Homero cantava, porque na verdade, não era um poema, era música, ele cantava: “Canta a cólera...” – eu não tenho a melodia, vocês vão ser poupados... “Canta, ó musa, a cólera de Aquiles, filho de Peleu, que causa foi, de muitos troianos e aquivos baixarem para o Hades, e de servir de repasto aos cães e às aves”. Quando ele cantava, a função do poeta era manter viva essa memória. Na verdade, manter viva a experiência que esses homens tinham passado e que continua a ser cantada e que foi aqui lembrada mesmo que brevemente, mais de dois mil e setecentos anos depois.

Memória: passado, presente e futuro

É óbvio, como a Regina Novaes lembrou, que a memória é seletiva. Lembro que certa vez, eu estava em Acari, fazendo uma entrevista com um ex- presidente e antigos diretores de uma associação de moradores, uma associação extremamente importante, que lutou muito pelas melhorias na comunidade, que conseguiu muita coisa para Acari: asfaltamento, melhorias em termos de luz etc. Eles me levaram para a cobertura da casa de um deles que é comerciante. E ali serviram cafezinho, bolo, água. Eles perceberam com muita clareza a importância daquele depoimento. Mas teve um momento em que um deles começou a contar acerca de disputas no interior da associação, de brigas, problemas etc.

Aí, o depoente principal, o anfitrião, que tinha convocado a reunião, começou a olhar para mim, como quem diz assim: “Corta, desliga o gravador. Professor, desliga o gravador um segundo.” Ele olhou para o outro e falou assim: “Fulano, nós não viemos aqui falar disso. Nós viemos falar o que a associação fez.” Ou seja, não tinham vindo ali falar das disputas, dos problemas. É claro que essa memória vai ser produzida por um gru-

po e com um determinado objetivo. O antigo diretor tinha clareza quanto a isso.

No caso da entrevista com os antigos líderes da associação de moradores, aconteceu algo interessante. Para me concederem essa entrevista, primeiro combinaram comigo: “Olha, só não vamos falar daquilo.” Isso sem gravador ligado. E eu já sabia o que era aquilo. Significava: “não vamos falar de violência”, “não vamos falar sobre tráfico”. Mas mesmo não estando interessados em falar sobre a violência, a violência acabava por aparecer – como pano de fundo – no relato que faziam. Era impossível não falar daquilo. Eu descobri que estavam falando daquilo o tempo todo. Porque a memória não é só construída com lembranças do passado. Ela é construída com as lembranças do passado que contrastam com o presente. O tempo todo a memória sobre o passado (com o perdão da redundância) faz um comentário sobre o presente (e até sobre o futuro), avaliando, contrastando e, às vezes, até lamentando.

Este tipo de saudade do passado apareceu aqui claramente na fala de um dos correspondentes comunitários do *site* Favela tem Memória. Abro um parêntese: acho esse termo, correspondente, um pouco estranho, parece correspondente em Bagdá, parece um resquício da idéia de que a favela seja um outro mundo, um país estrangeiro, como o Arnaldo Jabor disse certa vez, embora ache essa experiência que está se fazendo absolutamente fantástica do *site* Favela tem Memória, bem como a experiência do Casarão dos Prazeres relatada há pouco.

Mas voltemos à entrevista com os ex-líderes comunitários. O tempo todo, qualquer coisa que falavam, parecia remeter às mudanças (para pior) causadas pela violência. Falavam, por exemplo, de time de futebol. “Porque naquele tempo era mais fácil da gente organizar, porque as crianças obedeciam”. Aí, olhavam para mim, como quem diz assim: “As crianças hoje estão com AR15.

Não pode mandar nas crianças. Você tem que evitar que as crianças mandem em você”. E continuavam: “Naquele tempo entre os mais velhos e os mais jovens tinha uma outra relação, o senhor sabe, tinha uma outra relação”. Eles falavam das festas juninas, enfim, de todas as atividades da favela e diziam: “Naquele tempo, o senhor sabe, dava para fazer isso.”

Um dos “correspondentes” do Viva Favela falou isso: “Naquele tempo, se jogava pião, hoje eu não vejo as crianças na rua.” Não é só porque não se goste mais de pião, gosta-se mais de vídeo game, mas porque se sabe que a rua é hoje um espaço conflagrado, de “guerra”. “Guerra” ou conflito, de qualquer maneira sabe-se o que é: tem bala, tem tiro, morre gente, há feridos.

Morro de São Carlos: Projeto História Viva

Agora, gostaria de falar um pouquinho de um projeto que a gente começou a desenvolver. Eu e mais três estudantes da UFF (Fábio Borges, Carolina Peixoto e Ana Kallás) começamos em 2002 a freqüentar o morro de São Carlos. Lá, há uma ONG local chamada CACEF (Centro Comunitário Esperança do Futuro), cuja coordenadora está aqui, é a Conceição. E nós começamos a nos encontrar com sete senhoras lá do morro São Carlos que começaram a contar as suas histórias. Elas quiseram chamar o projeto de História Viva, conscientes de que são a memória viva do morro. Nessas reuniões todo mundo quer falar ao mesmo tempo e um gravador só é pouco para dar conta da riqueza das experiências das “meninas”, como nós carinhosamente as chamamos.

É interessante lembrar do que o Flávio Pinheiro falou aqui: “os historiadores não sabem que o morro de São Carlos foi um lugar onde pessoas de grupos de esquerda que estavam sendo caçados pela polícia, pela política, enfim, pelo aparelho de repressão fo-

ram se refugiar. Não só no São Carlos, como em muitas outras favelas”. Meu amigo Deley, que me honra com sua amizade, me contou uma história a este respeito. Na adolescência dele, o seu tio era do Partido Comunista e havia um “aparelho” dentro da favela. O Deley, como sobrinho direto, foi encarregado de levar uns víveres para o pessoal e teve um contato direto com pensamentos que até hoje o influenciaram. Há vários filmes, a gente tem músicas, tem séries televisivas sobre os filhos da classe média que morreram durante a ditadura militar, mas, e sobre os líderes comunitários? A Janice Perlman (em seu *O Mito da Marginalidade*) fala do processo de “remoção” das favelas à beira da Lagoa. Alguns líderes comunitários da Favela da Ilha das Dragas tentaram resistir e sumiram... A Janice Perlman conta o seguinte: quando chegou na época dos líderes da Catacumba, eles já sabiam, “se a gente resistir à remoção, a gente vai sumir. Pelo menos vamos tentar negociar para que essa transferência seja de uma maneira mais organizada ou que nos beneficie”. Por que existe essa discrepância? Por que não se ouve falar que são formas de se resistir à ditadura, ao arbítrio da ditadura também? O processo de remoção removeu um total de cento e quarenta mil pessoas.

Mas não se conhece isso. Quando iniciei um curso de história das favelas, lá na UFF, disse aos alunos: “É mentira que esse curso seja uma história das favelas. A gente não tem ainda uma história das favelas.” Acho que é óbvio que a gente vai ter produção de memória por parte de grupos que têm a ver com uma identidade. Lá no São Carlos, por exemplo, como é que se constrói a identidade de um jovem de São Carlos? É em cima do fato de no São Carlos, na região ali do Estácio e do São Carlos, ter surgido a primeira escola de samba do Brasil e, portanto, do mundo? É em cima desse acontecimento famoso a nível mundial? Certa vez em um curso meu sobre samba apareceram duas japonesas, fa-

lando português com muita dificuldade. E descobri que há escolas de samba em pelo menos duas cidades do Japão... As duas moças japonesas sabiam até sambar, tinham tido aulas de samba. Isto mostra o quanto a escola de samba é, hoje, uma instituição mundial. Imagine pertencer a uma comunidade, viver num lugar que criou uma instituição, uma apresentação que é reconhecida em todo o planeta, que passa na TV para o mundo todo, ao vivo, que todo mundo conhece e que se chama escola de samba?

Pois bem, qual é a identidade que um garoto de São Carlos tem? É em cima da criação da primeira escola de samba? É em cima de ter sido refúgio de resistentes da ditadura militar? É em cima de ter sido sede de uma liga operária, de um sindicato extremamente importante? Não. Não é nada disso. A identidade dele é Comando Vermelho se morar no Zinco, na Mineira ou no São José Operário ou Terceiro Comando, se morar no Larguinho.

Quando se ouvem as histórias do São Carlos, aprende-se que a comunidade foi fragmentada, que não havia essa divisão. Então, o tráfico fragmentou, ele criou divisões na comunidade. Porque você tinha uma comunidade só, e agora você passa a ter várias. São José Operário é Comando Vermelho. Não se fala, está controlado pelo Comando Vermelho, se fala é do Comando Vermelho, como se aquilo fosse da essência daquela comunidade.

Memória, jornalismo e história: diferenças e diálogos

Por este motivo, a recuperação dessa memória é extremamente importante. Mas memória é diferente de história. Porque a memória vai ser sempre mais seletiva, a história vai ser mais crítica, vai inclusive contra o apelo da memória. Ora, foi mencionado aqui o fato de não poder haver relatos explícitos sobre a violência para não colocar em risco os depo-

entes. Isso para o historiador é um fato extremamente importante. E para o jornalismo é outra coisa. Não há que cobrar do jornalista que ele seja um historiador. Nem tampouco daquele que está construindo a memória de um local ou que está sempre ligado à construção (ou à reconstrução) de uma identidade.

A favela insiste em permanecer na paisagem do Rio de Janeiro há mais de um século. Já se queimou favela, já se cercou favela, já se apontou canhão para a favela, mas ela continua existindo, ela continua a se multiplicar. Eu tenho uma preferência pessoal pelo termo favela porque a planta lá em Canudos tinha uma folha que quando você passa na pele, ela irrita e, ao mesmo tempo, o Euclides da Cunha falava que essa planta é extremamente resistente para sobreviver naquele clima árido. Acho que a favela no Rio de Janeiro foi sempre algo que irritou, coçou, queimou. As autoridades sempre quiseram acabar com ela.

Eu acho que o desejo do Estado era esse: de que a favela não existisse. Como ela existia, como ela existe, você tentava apagá-la de todas as formas. Tem um episódio ocorrido na época do Getúlio, durante o Estado Novo. É o episódio da destruição pelo fogo da Favela do Largo da Memória. Acho que foi a primeira vez que se convocou o chefe do corpo de bombeiros para tocar fogo e não para apagar o fogo. Ele foi convocado para tocar fogo na Favela do Largo da Memória, cujos moradores foram transferidos para o Parque Proletário, na Gávea (perto de onde hoje fica a PUC). Mais para a frente, o Lacerda que faz a remoção da favela do Pasmado (na década de 1960), toca fogo. Mais para a frente (em 1969), quando na Favela da Praia do Pinto, os moradores resistiram à remoção, tocaram fogo, aí com os moradores dentro.

O pessoal do bairro de Vigário Geral costuma dizer que a solução para a favela de Vigário Geral é querosene e fósforo. Os moradores do bairro, um bairro pobre, acham que a solução para a favela de Vigário Geral – já

que não vêem a favela como uma solução para o problema da habitação – para eles, a favela é um problema. E toma querosene e fósforo

Sistematicamente tocava-se fogo nas favelas depois dos moradores terem ido embora para evitar que houvesse reocupação. Esse fogo tinha um pouco o desejo de apagar, daquilo virar cinza, um desejo de purificação, porque se via a favela como uma doença, como um câncer, com um cancro dentro desse corpo saudável da “Cidade Maravilhosa”.

Eu tenho uma lembrança muito ruim de quando retornei ao departamento de história, depois de ter feito a pesquisa em Acari. Quando voltei ao departamento de história, a primeira coisa que ouvi foi assim: “Agora Marcos Alvito é especialista, doutor em balas perdidas.”

E fiquei pensando, como é que um departamento de história, de uma universidade importante, a Universidade Federal Fluminense, que se auto considera um dos melhores departamentos de história do Brasil, pode encarar assim um trabalho sobre a favela carioca? Enfim, como é que esse departamento depois de vinte e cinco anos de existência, não havia produzido nenhuma tese, nenhuma dissertação de mestrado e, que eu saiba também, nenhuma monografia publicada sobre o tema favela? Mas fiquei pensando: o que é isso? O que é um departamento de história de uma universidade pública, onde a verba vem, portanto, do público, do povo, e que nunca pesquisou, que nunca estudou a favela?

Eu acho que a memória tem o seu espaço. O jornalismo tem o seu espaço. Porque é óbvio que os jornalistas não podem para sempre, como o Flávio Pinheiro falou, escrever sobre coisas que eles desconhecem. Mas quando você escreve sobre a favela... as favelas onde moram no Rio mais de um milhão de habitantes e, mais ainda, em São Paulo, sem falar no resto do Brasil todo, a responsabilidade é muito grande, pois o impacto de uma notícia é enorme.

Parabenizo essa experiência do Viva Favela porque acho interessante que haja esse diálogo. Mas é importante a gente perceber que os jornalistas não vão construir a memória. Essa memória vai ser construída por grupos locais, com interesses próprios.

É muito interessante fazer uma comparação: como não se colocava água na favela, os próprios moradores solucionavam o problema da água; como não se colocava luz, os próprios moradores buscavam solução para o problema da luz; como não se escreveu até hoje a história das favelas, os moradores também estão dando jeito nisso. Estão vendo que se eles não escreverem a própria história, os historiadores mesmos, os acadêmicos e tal, não vão se interessar por isso.

E por minha vez, estou interessado em história, que é uma coisa mais crítica. Há diferenças entre o trabalho do jornalista, a produção da memória ou a construção da memória que é extremamente relevante e a história que ainda não foi feita, que é a história das favelas.

Não há sentido em cobrar do Viva Favela para que escreva a história. O Viva Favela está desempenhando um papel extremamente importante. A gente não vai cobrar do Favela tem Memória para que escreva a história. Eles vão ajudar a construir a memória de uma comunidade. Mas isso pertence a uma história mais ampla que é a história do Rio de Janeiro. Na experiência que foi há pouco contada, o Casarão dos Prazeres ficou cheio no dia da apresentação do projeto. Não tinha gente de fora, mas para a comunidade, aquela memória era relevantíssima. Agora cabe saber se para a história do Rio de Janeiro ela é relevante. Claro que é relevante. Mas em que medida? Não vai ser na mesma medida que vai ser para aquela comunidade. Porque para aquela comunidade significa a construção da sua identidade.

Temos que perceber que cada um tem um papel. A memória tem um papel, o bom jor-

nalismo tem um papel e a história é a grande ausente. A história ainda não fez a sua parte. A história não desempenhou o seu papel. Ainda não se escreveu nem um esboço da história das favelas. A gente tem análises antropológicas, análises sociológicas que são sempre sobre determinados momentos. Mas nenhuma tentativa foi feita de escrever a história das favelas.

Temos que unir os esforços, pode parecer que eu estou querendo ser conciliatório, não é nada disso. A gente tem que unir os esforços para que algum dia, esse garoto do morro de São Carlos não venha a dizer, 'eu sou CV' ou 'eu sou TC' ou 'eu sou PCC'. Para que ele venha a dizer assim, 'a minha comunidade', ou 'a minha favela', ou 'o lugar onde eu nasci' é um lugar importante para a história do Rio de Janeiro. É o berço das escolas de samba, é um lugar que resistiu à ditadura militar, é um bairro operário, é uma comunidade que resistiu às tentativas de remoção... Para que esse garoto não se reconheça mais como CV ou TC. Daí a importância de todas as iniciativas que foram apresentadas durante este seminário.

Por fim, gostaria de lembrar..., meu professor não só de favela mas de muitos assuntos, uma das pessoas com quem eu mais aprendi na vida está aqui, é o Wanderlei da Cunha, o Deley de Acari. E o Deley me ensinou uma coisa que achei muito importante e significativa. Eu fiz graduação em história, fiz mestrado e doutorado, sou professor de história há quase vinte anos. Mas não sabia disso. Aonde morador de favela tirava certificado de residência até o início da década de oitenta? Aonde ele tirava? Na delegacia policial. Porque como disse o Seu João Pinto muito bem: a única agência do estado que passava recibo da existência dos moradores da favela era a polícia. Porque o morador de favela ele só existia enquanto problema, ele só existia enquanto alguém a ser eliminado, controlado, reprimido, removido, apagado.

A favela não foi vencida. A memória da favela, a existência da favela não vai ser apagada. Não por causa dos historiadores ou dos sociólogos ou da academia ou dos governantes, mas porque os próprios moradores de favela não vão deixar que ela morra, nem mesmo em termos de memória.

Moro na favela e vivo na comunidade

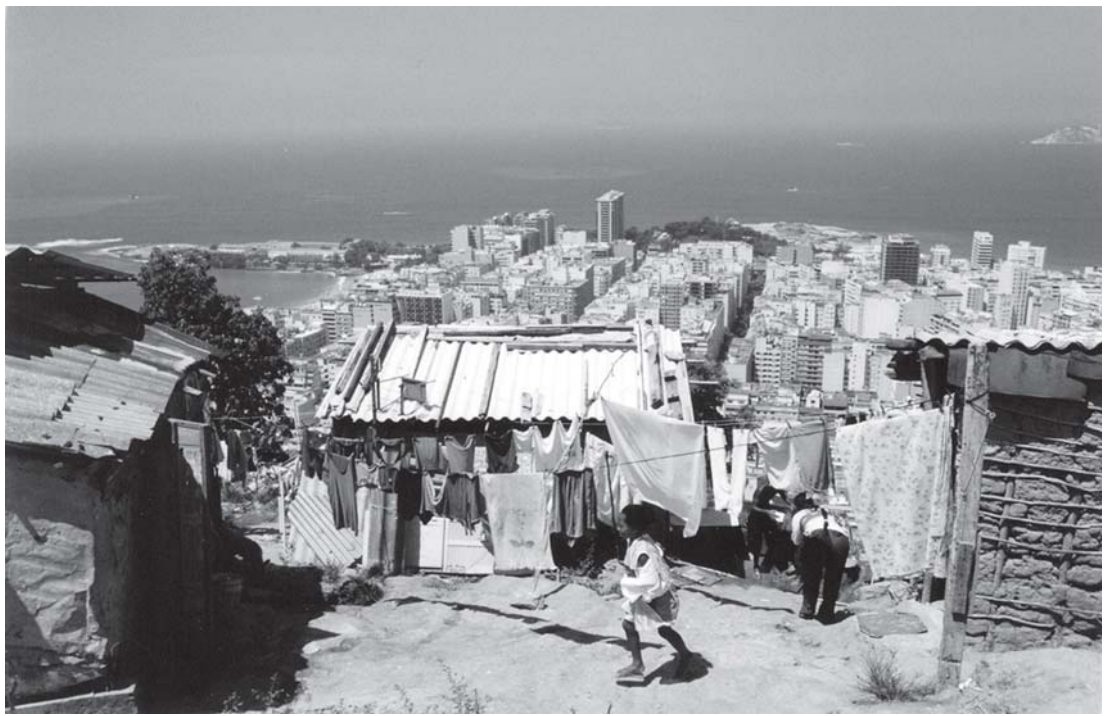
João Pinto

Líder comunitário do Cantagalo

É uma satisfação grande da comunidade do Cantagalo estar aqui e para mim, também, é um prazer esse encontro. É super importante para nós. Sou migrante. Nasci lá no interior da Bahia, muito atrasadinho, pé no chão, se estivesse de meia era porque estava todo mundo de meia, era pé no chão mesmo, mas a gente era feliz. A gente era feliz porque a gente tinha o direito de comer o que a gente plantava. Se nós aqui na cidade soubéssemos o quanto nós devemos àqueles homens que nós chamamos aqui na cidade de matutos, seria ótimo. Eles mandam o alimento para a cidade e nós só consumimos. Na cidade não se constrói, não se planta. E é uma diferença total das comunidades de baixa renda. Não gosto também desse nome favela como foi dito aqui antes. Este é um meio de subestimar quem mora nas favelas. Ninguém é favelado por querer, por prazer, é por necessidade, por circunstâncias. Moro na favela e vivo dentro de uma comunidade.

Todos nós trabalhamos nas grandes empresas deles. A crítica é construtiva. Favela é um meio de subestimar as pessoas. Chamo de comunidade de baixa renda. Trabalho numa faculdade há 28 anos, mas nasci no interior. Entrei na faculdade sem fazer vestibular porque sou um profissional de manutenção, técnico de manutenção elétrica e hidráulica.

A comunidade do Cantagalo está situada dentro de Ipanema. No entanto, construíram



Kita Pedrosa/Viva Favela

Pavão-Pavãozinho e os bairros de Copacabana e Ipanema: realidades contrastantes (2003)

Ipanema e deixaram Cantagalo de lado. É uma comunidade agredindo a outra. Quando Mitterand esteve aqui com Brizola para subir o morro, ele ficou estarecido de ver o luxo e depois a miséria. Ele teve um choque emocional e não conseguiu ir para o palanque. Aquilo também me feriu muito porque pobreza é uma coisa de circunstâncias. Pobreza não é defeito assim como também cor de pele não é doença.

Infelizmente, a sociedade nos obrigou a aceitar isso tudo. Você vê que nas comunidades pobres, eles jogam um pobre contra o outro, enquanto eles, os ricos, estão se abraçando e se beijando. Os políticos só visitam a comunidade para repreensão, só iam para repreender o morador de comunidade de baixa renda, ou então, os políticos chegam cheios de intimidade, dando tapa nas nossas costas, depois dão adeus de mão fechada, desculpa o termo, para não dizer uma banana para gente. E para o ano, eles voltam cínicamente, rindo da nossa cara.

Nós temos que assimilar isso tudo. Temos de nos conscientizar dessa imagem que eles têm de nós e nos unirmos, nós temos força. É isso que falta para nós.

E outra coisa, faz uma avaliação dos nossos jovens. A classe média baixa e a classe média ou a classe dominante têm seus jovens na escola ou na faculdade. O nosso jovem, a maioria está nos presídios e no tráfico. Faça

uma avaliação. Estou me excedendo, mas tudo isso verdade. Eu vejo aí.

Nós temos uma creche com 110 crianças de 2 a 5 anos. Pegamos aquela criança no colo, amanhã somos obrigados a carregar aquela criança para o cemitério. Nós estamos desunidos, mas nós temos força. O que falta em nós é coragem de contestar.

Nós resolvemos o problema de habitação no Cantagalo sem um tostão do governo. Só quem implantou alguma coisa lá foi o governo Brizola. Ele foi nosso único credor. O governo nunca mandou um engenheiro para saber se a gente estava fazendo uma casa ou uma armadilha.

Se você fizer uma boa casa, é uma casa só. Agora, e se você fizer ela mal? Quer dizer, nós temos que questionar tudo isso com o governo porque eles não estão fazendo nenhum favor a nós. Nós votamos, nós trabalhamos, nós pagamos os nossos impostos direta ou indiretamente. E pagamos muito caro. Mais caro do que quem mora na Vieira Souto. Nós pagamos um preço que nem temos condições de assimilar o quanto.

O dia que a gente conseguir unir nossas forças, juntar as mãos... Na comunidade de baixa renda todo mundo se dá, na cidade parece que todo mundo está de mal um com o outro, ninguém fala com ninguém. Na nos-

sa comunidade, nós nos cumprimentamos, nós nos confraternizamos, nós nos queremos bem, nós amamos um ao outro, nós choramos, nós gargalhamos, na hora do sofrimento, nós estamos juntos e, na hora da alegria e na dor e na doença também.

O que falta a nós é essa consciência comunitária que nós temos que estar unidos na alegria e na dor, na saúde e na doença, como um casal. É isso que nós queremos contestar contra o Estado. Ele precisa de nós. E além de precisar de nós, eles dependem. Eles precisam de nós e dependem de nós também. A gente tem que se unir mesmo com garra, com amizade, com amor, um ao outro.

Gente, Jesus Cristo morreu de braços abertos em defesa de todos nós e nós com tanta coisa para fazer ainda continuamos de braços cruzados. Nós precisamos descruzar os braços e participar da nossa realidade. Ajudar nosso próximo, amar nosso próximo como a nós mesmos. A comunidade parece pequena porque o sistema joga um contra o outro.

Tenho bisneto. Não tenho medo de uma criança de dez anos, mas tenho cuidado. Bem dizia meu pai e minha mãe: “Quando uma criança começa a fazer xixi escondido, você começa a respeitar porque ele já tem maldade” Isso tudo é verídico. Temos de cuidar dessas crianças, não nos omitir. Nosso problema é que nós estamos nos omitindo. Nós estamos perdendo nossas crianças para a polícia e para o tráfico.

Infelizmente, vejo mães perdendo a voz para com o filho porque o tráfico nos obriga, infelizmente, porque se o tráfico fosse coisa de pobre, ele já tinha acabado há muito tempo. (palmas)

Esses aplausos são para todos nós. Nós temos que ter uma consciência que não podemos estar nos omitindo, perdendo nossos jovens. Nós não temos culpa. Nós não somos o dono do mundo. Mas nós somos o fi-

lho. Nós temos de estar juntos. Nós temos de nos unir. Nós não temos que nos omitir. Vejo criança assim e me sinto culpado. Quando vejo uma criança que passou pela creche, sou do Conselho Deliberativo, e amanhã, vejo ele com arma na mão, aquilo me fere. E me sinto mal se não falar nada. Minha filha fala: “O senhor fala certas coisas!!” E eu digo: minha filha, não quero ter cumplicidade, dizer que estou de acordo. Quero discordar porque a discórdia faz parte do melhor amigo. O melhor amigo discorda um do outro. E não quero ser vítima da minha própria omissão, vendo meus jovens se perderem. O massacre é esse aí: é o pobre matando outro, é o pobre batendo em pobre. Um aluno da Cândido Mendes não quer ser polícia militar. Mas tem gente que não serve para ser mais nada na vida, vai ser polícia. Ele vai para lá para tirar proveito da sociedade que todos nós contribuímos.

Pena que me expresso um pouco mal, mas fico um pouco estressado porque é tanta coisa para a gente resolver nas comunidades, essas competições que nós temos... Porque liderança de comunidade, um quer servir a comunidade melhor do que o outro. “Quero servir minha comunidade melhor do que aquele ali que é o presidente da associação, da minha própria associação”. Ele quer se ver melhor. É um direito dele. Se cada um fizesse um pouquinho, cada um investisse um pouquinho nas comunidades de baixa renda, hoje não estaria esse estado crítico que está aí.

Quantos de nós se reuniram no tempo da ditadura e chegava a Interpol, acho que era a Interpol, a gente fazia como se estivesse dando aula de catequese porque não podia falar dos movimentos comunitários? Éramos proibidos. Mas gente, não tem coisa melhor do que o tempo. O tempo só é curto para quem não sabe esperar. Vamos dar tempo ao tempo. Porque o tempo tem tempo. Nós aguardamos, aguardamos e estamos aí, nessa democracia falsa. Mas graças a Deus, hoje já é um outro Estado. Lula assumiu o

governo. É uma coisa inédita: um trabalhador, um operário estar no poder maior da nação. Isso é uma coisa que questionou muito a elite, a classe dominante. Nós somos os dominados porque somos também fracos. Nós somos fracos, mas, no potencial, nós temos muita força. Mas a gente que tem que se unir. Nós temos que estudar. Nós temos que trabalhar. Porque gosto muito de presidente de associação que tem carteira assinada. Cada presidente de associação de moradores deve procurar trabalhar, nem que seja como autônomo.

Mas que eles façam para a comunidade um trabalho digno como outros fazem pela Vieira Souto. Moro no Cantagalo e para mim é uma honra. Mas infelizmente hoje, há garotos que não têm onde morar por causa dessa guerra toda. Essa briga coloca os garotos todos na rua com mulher e filhos. Nem uma favela eles têm mais para morar. Gente, isso é triste. Nós temos que pensar que não podemos deixar acontecer o que está acontecendo por aí. As autoridades estão caladas e se fazendo de cegas. Eles estão vendo as coisas acontecerem, mas pensam: “Deixa eles se comerem e depois a gente vai lá para enterrar”. Temos de nos conscientizar.

As mulheres como guardiãs da memória (da comunidade, da favela, do morro...)

Deley de Acari (Wanderley da Cunha)

Poeta e líder comunitário

Acho que tem algumas coisas a acrescentar no que foi dito até aqui. Acho que, por exemplo, crime organizado, quando fala em tráfico de drogas, você fala na favela; quando eu penso no crime organizado, eu penso no Silverinha, eu penso no traficante que mora na Vieira Souto e tal. Uma coisa que está me incomodando muito nessa questão da favela, na memória da resistência é a seguinte: o crime organizado tem substituído o aparelho do Estado, os aparelhos repressores no

controle social. Isso influi inclusive na própria resistência. Nós, como de comunidade, de favela, de morro.

Por exemplo, até onde interessa ter o crime organizado na favela de Acari? Até onde interessa que eu dê porrada na polícia? Porque eu não sei quem está no bolso do traficante. De repente, vou dar porrada no comando do batalhão, quando o batalhão está no bolso do cara de lá e eu vou incomodar. Essa é uma coisa que é importante.

Tem uma coisa que acho que é importante também, que é uma coisa que vem do início do século, que é o morro, independente de favela ou comunidade. O pessoal do Vidigal, ninguém fala: “Eu moro na favela do Vidigal”, falam: “Eu moro no morro do Vidigal.” Que dá uma outra conotação. Morar no morro da Mangueira tem todo um papel cultural importante. Por exemplo, tenho alguns amigos que não conhecem Acari ainda. Eu não moro no morro de Acari. Acari não tem morro, é uma favela. O pessoal diz: “Eu vou te visitar lá no morro”. Morro?

Acho que a coisa mais importante é a seguinte, como o crime organizado, a violência está dentro da comunidade. Isso foi uma coisa que comentei muito com o Marcos Alvito e com a Christina Vital, a memória da favela é uma memória de cultura oral e essa cultura oral acontece lá na rua, no bairro, mas, na medida em que a violência avança, isso acaba ou fica abafado. Em Acari, por exemplo, acabou a folia de reis, acabou a festa junina.

Para finalizar, fazendo humor mórbido, não sei se é positivo ou não. Como nas favelas, os homens morrem muito mais do que as mulheres, quer dizer, tem muito mais mulheres do que homens, as mulheres têm sido as principais guardiãs da memória, de uma coisa que eu chamo de passado recente da favela e do presente.

Eu acho que se deve dar visibilidade à importância das mulheres para o registro des-

sa memória. Pelo menos metade da tese de doutorado do Marcos Alvito não seria possível fazer se não fosse a memória das mulheres da favela de Acari.

MEMÓRIA FAVELA: MULHER!

“Entre o hoje e o amanhã corre um rio que nos alerta: nas águas de quem oprime não navega quem liberta”

Renato Teixeira cantado por

Pena Branca e Xavantinho.

De favela em favela

os homens vivem cada vez menos

já que se matam cada vez mais.

As mulheres vivem cada vez mais

já que quase nunca se matam...

nem mais, nem menos.

De favela em favela

quem vive mais conta mais

Quem vive pouco não resta

nem o evento da própria morte

pra contar.

As mulheres que estão vivendo mais,

cada vez mais vão ficando pra contar

das vidas e das mortes e muito mais:

sobre a existência toda que pulsa

pungente no tempo que passa...

do que se nasce pra vida

até pro que se morre pra

uma outra vida... Se há!

Assim, cada vez mais

a memória da favela sobrevive

dum jeito de lembrar feminino.

Só que a mulher da favela

não conta a favela com a voz da razão.

Pra dizer a verdade

ela diz a favela. Ao contrário

do senso comum, ela sensualiza

sensualizando a favela... Tipo

o pensamento parece uma coisa à toa

mas como é que a gente voa

quando começa a pensar.

Na memória da favela

é prestar atenção no que diz

a mulher da favela.

Mas há que prestar atenção no que

ela “não diz” da favela.

Ao memorizar a favela, ´

é neste “não dizer” que está a verdadeira memória da favela.

A memória mulher da favela

não é a mesma memóriamachodafavela...

não é também tesededoutoradofeminista...

nem documentáriopraestaçãounibanco...

A memória mulher da favela

tem carne e sangue, tem gosto e desgosto,

tem odor e tem dor, tem idoneidade e felici-

dade.

A memória mulher da favela

menstrua.

É fisicamente palpável, cafunesável, visível.

A memória mulher da favela

copula, fica molhadinha, goza

e concebe... e brota nas cozinhas,

nas portas de rua... e nas rodas de cerveja

se oraliza e se faz verbo

como uma cria de parto normal

e não num parto absurdo de

uma pesquisa de campo.

A memória mulher da favela

por mais trágica e dolorida

que venha ser a lembrança

é sempre uma saudade meiga

que Dolores cantava.

A memória mulher da favela

faz a saudade esperança do passado

faz esperança saudade

do futuro.

A memória mulher da favela

é cabeça e coração,

razão e emoção.

Mas, em tudo, que tudo por tudo

a memória mulher da favela...

É Útero!

E, em sendo uterina, cada morte

por mais trágica, é só uma virgulinha

dentre milhões de ?s, !s e ...s

Em sendo uterina,

a memória mulher da favela

nunca no final do parágrafo

há ponto final. Há sempre dois pontos:

E o que vem depois dos dois pontos?!

Ouçã o que diz a mulher da favela...

mas há que prestar atenção

no “o-não-dizer” da mulher da favela

e, ou melhor, :

A memória das favelas:

Márcia Pereira Leite
Antropóloga e professora do departamento de Ciências Sociais/UERJ

121

A memória das favelas

Síntese e propostas de desdobramentos

Sem a pretensão de dar conta de tudo o que foi colocado e debatido nos dois dias do Seminário e muito menos de retratar a riqueza dos debates, vou registrar alguns dos temas e questões enfatizados em diversas intervenções. A idéia é que esta pequena memória possa ser usada como um ponto de partida para a discussão dos possíveis desdobramentos e também para incorporar a esse diálogo quem não pôde participar deste primeiro encontro.

Temas e questões enfatizados

Nos dois dias do seminário – *A Memória das Favelas* – falou-se, sobretudo, em valorizar uma outra história das favelas, combatendo os estigmas que, desde o início do século, lhes foram associados. Muitas intervenções ressaltaram que esses estigmas estão hoje relacionados principalmente à violência. Debateu-se como resgatar a história das favelas como parte da história da cidade do Rio de Janeiro, reconstruindo e valorizando as lutas e realizações dos moradores de favelas, sua importância na vida cultural, econômica e social da cidade. Discutiu-se alternativas para conferir visibilidade e relevância a essa história. Pensou-se em como valorizar o patrimônio popular, os bens culturais, históricos e comunitários. Insistiu-se na necessidade de que se reconheça amplamente que os moradores das favelas (e da cidade) devem ter o direito de desfrutar desse patrimônio, o que implica reivindicar/exigir políticas públicas nessa área e com esse sentido.

Destacou-se as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelos centros e projetos de história e memória. Há dificuldades de toda a

ordem. Algumas delas são referentes à metodologia (o que recolher; como organizar os acervos, catalogar, divulgar, etc.); outras, à falta de recursos materiais e de equipamentos para implementar e/ou desenvolver as propostas de trabalho; outras ainda, à indisponibilidade de espaço físico para acolher projetos e centros e à divulgação, esta especialmente importante por estar relacionada ao objetivo mais amplo de valorizar e dar visibilidade à história das favelas cariocas e de seus moradores.

Porém, os maiores desafios apontados foram, de um lado, levar os moradores das favelas a se apropriarem das discussões realizadas no âmbito dos centros e projetos e dos materiais por eles produzidos em seu cotidiano: na escola, no trabalho, nas conversas do dia-a-dia. De outro, divulgar as propostas de trabalho, os temas e materiais produzidos para o conjunto dos moradores da cidade, em especial, nas escolas. As escolas foram consideradas como principais parceiras por sua potencialidade de difusão das propostas entre os seus alunos e respectivas famílias. Entretanto, poucas vêm acolhendo com entusiasmo e simpatia o trabalho de resgate e reconstrução da história e da memória das favelas cariocas e de seus moradores. Discutiu-se muito, com base nas diferentes experiências relatadas, sobre o que e como fazer para romper esse bloqueio e conquistar essa parceria.

Falou-se também das dificuldades introduzidas no resgate da história e na reconstrução coletiva da memória das favelas pela questão da violência. Indubitavelmente, a violência coloca um limite entre o que é possível e o que não é possível registrar,



Jovem campeã de karatê, moradora do morro do Alemão (2002)

discutir e divulgar, tanto no que se refere ao passado, quanto em relação ao presente. Discutiu-se a necessidade de ter esse limite em mente, não estritamente como um dado, mas também como um desafio a ser enfrentado sempre que (e na mediada em que) as circunstâncias, neste caso extremamente desfavoráveis para os moradores de favelas, o permitam. Ponderou-se que não é possível escamotear a violência pelos efeitos e dificuldades que ela traz para a vida cotidiana nas favelas. Por outro lado, também se ressaltou que o silêncio a respeito da violência pode comprometer o resgate da história das favelas e a reconstrução de sua memória, uma vez que os registros do presente são parte da memória do futuro.

Discutiu-se a necessidade de superar os estigmas e o isolamento que incidem sobre os moradores de favelas, seus representantes e organizações. Um caminho frequentemente apontado foi romper fronteiras,

investindo nas passagens e fortalecendo as conexões com a cidade. Diversas intervenções enfatizaram a necessidade de buscar e consolidar interlocutores e parceiros na cidade. Também foi bastante valorizado o intercâmbio dos projetos e centros de história e de memória com os movimentos de organização de base nas favelas e com grupos, instituições e movimentos dos bairros, em especial, com as suas escolas, universidades, organizações não-governamentais, centros de pesquisa e associações de moradores.

Por fim, foram consensuais as propostas de trocar experiências e realizar intercâmbios entre os diferentes centros e projetos, reconhecendo sua diversidade e valorizando sua autonomia, mas sempre procurando estabelecer parcerias e somar esforços para avançar em relação aos objetivos e lidar, de modo cooperativo e dentro do possível, com as muitas dificuldades apontadas.

Propostas de desdobramentos

Houve várias sugestões no sentido de dar continuidade ao diálogo propiciado pelo seminário entre centros, projetos e pesquisadores. Entre elas destacamos as propostas abaixo, mencionadas nas falas de diversos participantes:

Organizar um calendário de visitas aos diferentes centros e projetos, visando facilitar o intercâmbio e a troca de experiências entre os mesmos. A idéia aqui é que todos possam se enriquecer com essas experiências, cada grupo delas se apropriando a seu modo e no seu tempo.

Realizar encontros com pesquisadores que se disponham a relatar sua experiência em favelas, discutindo temas e problemas do passado e avaliando sua pertinência e/ou desdobramentos no presente.

Criar uma rede de memória das favelas, respeitando as particularidades de cada centro e projeto, os momentos diversos em que se encontram e seus objetivos específicos. Propôs-se caminhar junto no que for possível, valorizando o diálogo, fortalecendo a solidariedade e recuperando a memória de uma experiência em vários aspectos compartilhada pelos moradores das favelas cariocas. E, neste percurso, ir incorporando outras comunidades, centros, projetos e pesquisadores interessados.

Já existe uma lista de endereços que pode ser acionada. O modo de usar essa listagem está vinculado ao caráter que se queira (e possa) imprimir a essa rede. Neste momento, parece ser mais consensual a opção de utilizar a lista como espaço de divulgação de atividades, valorizando a constituição de uma rede como descrita no item anterior. Buscando também efetivar as trocas por meio de um investimento dos centros, projetos e pesquisadores na participação e proposição de atividades e parcerias.

Um primeiro produto desta parceria seria um vídeo de registro do seminário e dos projetos. A UERJ gravou grande parte dos debates e a idéia é agora buscar recursos para editá-lo e disponibilizar cópias para todos.

Sugeriu-se que os materiais produzidos pelos projetos e centros, que assim o desejassem, poderiam integrar um mesmo banco de dados, ou bancos de dados distintos, mas com diversas entradas (*links*), de modo que um remetesse ao outro. Esta seria uma forma de construir conexões entre a memória de cada comunidade e a memória das favelas, assim como entre esta e a memória da cidade, atendendo ao objetivo mais amplo que nos anima a todos: resgatar e valorizar a história das favelas como parte da história do Rio de Janeiro, destacando a sua importância na vida cultural, econômica e social da cidade.

Levantou-se a possibilidade dos centros de pesquisa e das universidades (por exemplo, o CPDOC/FGV e a UNIRIO) apoiarem os projetos e centros de história e memória, preparando tecnicamente as pessoas que vão lidar com os acervos, isto é, treinando-as no uso dos instrumentos ou suportes de memória. Valorizou-se o intercâmbio de experiências no sentido de pensar como essas ferramentas podem render mais na reconstrução da história e da memória, além de se apontar para a possibilidade de assim formar multiplicadores nas comunidades.

Por fim, diante da riqueza e da beleza dos projetos que sensibilizaram todos os participantes do seminário e de suas múltiplas dificuldades. Propôs-se realizar uma ampla campanha publicitária com dois objetivos básicos: (a) valorizar e dar visibilidade a uma outra maneira de tematizar as favelas na cidade; (b) buscar apoios e parcerias para desenvolvimento dos centros e projetos. A idéia aqui é investir tanto na busca de recursos, quanto na questão do reconhecimento de que os moradores de favelas têm direito à cidade e à cidadania e, portanto, a uma vida digna em todos os sentidos.

